

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

RAIANA MARJORIE AMARAL DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MULHERES E AS
AÇÕES DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA NO BRASIL: DOS ESPAÇOS
DOMÉSTICOS AOS ACADÊMICOS**

NATAL
2021

RAIANA MARJORIE AMARAL DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MULHERES E AS
AÇÕES DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA NO BRASIL: DOS ESPAÇOS
DOMÉSTICOS AOS ACADÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Orientadora: Dra. Lenina Lopes Soares Silva

NATAL

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFRN – Campus Ceará Mirim

O48e Oliveira, Raiana Marjorie Amaral de.
Políticas de educação para o trabalho de mulheres e as ações do Programa Mulher e Ciência no Brasil: dos espaços domésticos aos acadêmicos / Raiana Marjorie Amaral de Oliveira. – Natal, RN, 2021.
157 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2021.
Orientador: Dr^a. Lenina Lopes Soares Silva.

1. Educação profissional – Mulher – Brasil. 2. Educação profissional – Mulher – Políticas públicas. 3. Programa Mulher Ciência. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Patrícia da Silva Souza Martins CRB15/520

RAIANA MARJORIE AMARAL DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MULHERES E AS
AÇÕES DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA NO BRASIL: DOS ESPAÇOS
DOMÉSTICOS AOS ACADÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional, na linha de Políticas e Práxis em Educação Profissional

Dissertação apresentada e aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Lenina Lopes Soares Silva, Dra. Orientadora/Presidente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Alcides Leão Santos Júnior, Dr. Examinador Titular Externo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Kadydja Karla do Nascimento Chagas, Dra. Examinadora Titular Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Adriana Aparecida de Souza, Dra. Examinadora Suplente Externa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Joicy Suely Galvão da Costa, Dra. Examinadora Suplente Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico esta dissertação à todas as mulheres invisibilizadas pela história, que resistiram e contribuíram para que hoje fosse possível, ocuparmos este espaço! Às mulheres, trabalhadoras/estudantes/mães que resistem diariamente, aos desafios de acumular tantas atividades e ainda assim desenvolver pesquisa e conhecimento!

AGRADECIMENTOS

Desenvolver uma pesquisa de mestrado é uma tarefa árdua, mesmo em condições ideais. Mas, quando acontece durante uma pandemia o desafio se torna ainda maior, que só foi possível realizar com o apoio e incentivo de várias pessoas.

Agradeço à minha orientadora Lenina Lopes Soares da Silva, pela compreensão, paciência, confiança e todo o aprendizado compartilhado ao longo dessa jornada.

Agradeço à minha companheira de orientação e de mestrado Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes, com quem pude partilhar, anseios, angústias e alegrias, e que sempre me socorreu quando foi preciso.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, Diogo Vale, Érika Farias, Gerliene Araújo, Leidson Souza e Evanilson Moura, pelo incentivo para ingressar na pós-graduação, e pelo apoio e ajuda nas demandas de trabalho durante as minhas ausências. Sem vocês esse percurso teria sido mais dolorido.

Agradeço ao meu esposo, Manoel Heronides de Araújo Neto, sem dúvida o meu maior incentivador no desenvolvimento desta pesquisa! Pelo suporte, por segurar a minha mão quando foi necessário, por me impulsionar a continuar nos momentos difíceis, pela disposição em ajudar no que fosse preciso para que eu pudesse finalizar este trabalho.

E por fim, agradeço a minha mãe e ao meu pai, Mônica Penha Amaral de Oliveira e Carlos Magno de Oliveira, por me impulsionarem a acreditar que eu poderia estar em qualquer local que desejasse, pela educação que me permitiu a inquietude, o inconformismo e o questionamento.

Pela maior parte da história, 'anônimo' foi uma mulher.

Virgínia Woolf

RESUMO

O estudo insere-se no campo das discussões a respeito de mulher e educação profissional, científica e tecnológica, considerando que a formação científica colabora para o trabalho da mulher em espaços para além daqueles que são naturalizados cultural e socialmente como trabalho feminino. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas de educação e trabalho para mulheres no Brasil, observando o seu percurso histórico e a implementação do Programa Mulher e Ciência, propondo reflexões sobre as ações do Programa direcionadas ao aumento da participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas. E como objetivos específicos: historicizar a participação da mulher na educação, no trabalho, na ciência e sua inserção na organização social brasileira; discutir os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM), instituídos no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, focalizando as iniciativas voltadas à educação, ao trabalho e à ciência; e refletir sobre o Programa Mulher e Ciência, identificando suas ações para a inserção da mulher nos espaços acadêmicos e científicos do país, situando as mulheres brasileiras nestes espaços no período de 2005 a 2019. A perspectiva adotada é a histórico-crítica, buscando compreender as transformações sociais e culturais vivenciadas na sociedade brasileira, observando-se a participação das mulheres na educação profissional, no mundo do trabalho e nos espaços acadêmicos e científicos no Brasil. Foi realizado um estudo exploratório, que utiliza pesquisa bibliográfica e busca documental, considerando fontes escritas, institucionais e oficiais, tendo a *internet* como local de pesquisa. Foram discutidas as ações do Programa Mulher e Ciência, com atenção especial aquelas relacionadas ao segundo objetivo, como as chamadas “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, o projeto “Pioneiras da Ciência” e o “Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher!”. Foi possível observar que as ações trouxeram contribuições, como maior visibilidade às mulheres que ocuparam/ocupam espaços acadêmicos e científicos, e o seu efeito multiplicador, estimulando o desenvolvimento de outras ações que se iniciaram a partir do Programa. Os dados apresentados em relação à participação das mulheres apontam que os avanços ainda são tímidos, e ainda há muito a se avançar, entretanto, apenas a chamada “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação” continua ativa. Conclui-se que, embora a proposta inovadora do PMC seja um marco nas políticas de educação e trabalho para mulheres, estas ações apresentam limitações, sendo necessário a ampliação de ações desta natureza, em especial no contexto social e político vivenciado no país.

Palavras-Chaves: Mulher e Educação Profissional; Mulher e Ciência; Políticas para Mulheres; Programa Mulher e Ciência.

ABSTRACT

The study is situated in the discussions regarding women and professional education, scientific education, and technology education, considering that scientific training contributes to women's work in areas beyond those that are culturally and socially naturalized as female labor. The research has as a general objective to analyze the education and work policies for women in Brazil, observing their historical trajectory and the implementation of the Woman and Science Program, proposing reflections on the actions of the Program aimed at increasing the participation of women in scientific professional careers and technological. And as specific objectives: historicize the participation of women in education, work, science and their insertion in the Brazilian social organization; discuss the National Plans of Policies for Women (PNPM), instituted in Brazil in the first two decades of the 21st century, focusing on initiatives aimed at education, work, and science; and reflect on the Women and Science Program, identifying its actions for the insertion of women in academic and scientific areas in the country, placing Brazilian women in these areas in the period from 2005 to 2019. The perspective thought is the historical-critical one, seeking to understand the social and cultural transformations experienced in Brazilian society, observing the participation of women in professional education, in the world of work, and academic and scientific spaces in Brazil. An exploratory study was carried out, which uses bibliographic research and document search, considering written, institutional, and official sources, using the internet as the research site. The actions of the Women and Science Program were discussed, with special attention to those related to the second objective, such as the so-called "Girls and Young Women Doing Exact Sciences, Engineering and Computer Science", the "Pioneers of Science" project, and the "Young Women Researchers – Science too it's a woman thing!". It was possible to observe that the actions brought contributions, such as greater visibility to women who occupied/occupy academic and scientific areas, and their multiplier effect, stimulating the development of other actions that began with the Program. The data presented about the participation of women show that progress is still small, and there is still a long way to go, however, only "Girls and Young Women Doing Exact Sciences, Engineering and Computer Science" remains active. It is concluded that, although the innovative proposal of the PMC is a milestone in education and work policies for women, these actions have limitations, requiring the expansion of actions of this type, especially in the social and political context experienced in the country

Keywords: Professional Education and Woman; Woman and Science; Policies for Women; Woman and Science Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01 –	Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil.....	57
Quadro 01 –	Tempo destinado aos afazeres domésticos, segundo sexo.....	59
Figura 01 –	Organização do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres.....	67
Figura 02 –	Organização do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres	74
Figura 03 –	Organização do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres.....	82
Quadro 02 –	Produção do Conhecimento no catálogo da CAPES sobre a mulher na educação profissional – 2021.....	88
Quadro 03 –	Produção do Conhecimento no catálogo da CAPES sobre Mulher e Ciência – 2021.....	92
Figura 04 –	Áreas de Atuação do MCTI.....	100
Quadro 04 –	Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher! (Homenageadas na primeira edição)	113
Gráfico 01 –	Mulheres na Educação Profissional de nível médio.....	118
Gráfico 02 –	Participação das Mulheres na Rede Federal de Ensino Profissional. Científica e Tecnológica – 2018-2020.....	120
Quadro 05 –	Perfil do aluno de Graduação - Censo 2010	122
Gráfico 03 –	Áreas com maior número de mulheres matriculadas.....	123
Gráfico 04 –	Áreas com maior número de homens matriculados.....	123
Tabela 02 -	Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa e Sexo, segundo a Área Geral do Conhecimento – Brasil – 2013.....	124
Gráfico 05 –	Matrículas de mulheres nos cursos com menor participação feminina, dentre os vinte com maior número de matrículas.....	125
Gráfico 06 –	Matrículas de mulheres nos cursos com maior participação feminina, dentre os vinte com maior número de matrículas.....	126

Tabela 03 –	Percentual de Concluintes por sexo, segundo áreas do conhecimento (2013)	127
Gráfico 07 –	Percentual de Concluintes por sexo, segundo áreas do conhecimento (2019)	128
Gráfico 08 –	Percentual de Títulos de Mestrado obtidos por mulheres em Ciências exatas e da terra e Engenharias (2004- 2017)	131
Gráfico 09 –	Percentual de Títulos de Doutorado obtidos por mulheres em Ciências exatas e da terra e Engenharias (2004- 2017)	132
Gráfico 10 –	Títulos de doutorado por grandes áreas e sexo do titulado.....	134
Gráfico 11 –	Participação das pesquisadoras – Bolsa-ano por grande área.....	136
Gráfico 12 –	Mulheres Pesquisadoras em situação de liderança.....	137
Gráfico 13 –	Bolsa Produtividade CNPq – Participação das mulheres.....	138

LISTA DE SIGLAS

ABC – Academia Brasileiras de Ciências
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ANDIFES – Associação nacional dos Dirigentes do Ensino Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNMB – Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF – Programa Ciências sem Fronteiras
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família
PEA – População Economicamente Ativa
PMC – Programa Mulher e Ciência
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PMM – Programa Mulheres Mil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNPG – Planos Nacionais de Pós-Graduação

PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

SBF – Sociedade Brasileira de Física

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SEDIM – Secretaria dos Direitos da Mulher

SEMPI – Secretaria do Empreendedorismo e Inovação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SETEC– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

STEM – Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

UBM – União Brasileira de Mulheres

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL.....	28
2.1	EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL IMPÉRIO: ENTRE O CONFORMISMO E A RESISTÊNCIA.....	31
2.2	EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL REPÚBLICA DO SÉCULO XX: ENTRE O TRABALHO LIVRE E O DISCIPLINAMENTO.....	37
3	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MULHERES NO BRASIL NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI.....	50
3.1	AS MULHERES NO BRASIL DO SÉCULO XXI.....	52
3.2	PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA MULHERES.....	61
3.2.1	I Plano Nacional de Políticas para Mulheres.....	66
3.2.2	II Plano Nacional de Políticas para Mulheres.....	74
3.2.3	III Plano Nacional de Políticas para Mulheres.....	80
4	O PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÁREAS ACADÊMICAS E CIENTÍFICAS NO BRASIL (2005-2019).....	86
4.1	ESTUDOS ANTECEDENTES SOBRE MULHER NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E NA CIÊNCIA.....	87
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA (PMC).....	95
4.2.1	O PMC e as ações de estímulo à produção científica.....	103
4.2.2	A participação das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas: contribuições do PMC.....	108
4.3	SITUANDO AS MULHERES NOS ESPAÇOS CIENTÍFICOS DO BRASIL (2005-2019)	117
4.3.1	Educação Profissional e tecnológica de Nível Médio.....	117
4.3.2	Graduação.....	121
4.3.3	Pós-Graduação.....	130
4.3.4	Carreiras Científicas.....	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?

(Nísia Floresta, 1989)

Esta seção tem a finalidade de realizar a apresentação deste trabalho dissertativo, contemplando a contextualização da pesquisa realizada, sua justificativa, assim como seus objetivos e metodologia utilizada.

Este trabalho de dissertação tem como tema políticas de educação para o trabalho para mulheres com ênfase na formação de cientistas (mulheres) no Brasil. Nesse sentido, traz reflexões sedimentadas na história do país sobre a educação e o trabalho direcionados para as mulheres e sobre a participação da mulher brasileira na educação profissional e na ciência por meio do mapeamento de políticas de educação para o trabalho, bem como de trabalhos acadêmicos que tenham como objeto de estudos a temática em análise nas duas primeiras décadas do século XXI. Conforme observamos na citação de Nísia Floresta, em epígrafe nesta seção, considerada primeira feminista brasileira, a dificuldade das mulheres em acessar o campo da ciência é uma problemática histórica.

Diante dos marcos históricos encontrados sobre educação e trabalho para mulheres no Brasil, elegeu-se como espaço/campo/*locus* empírico da investigação o Programa Mulher e Ciência e sua implementação no recorte temporal de 2005 a 2019, por ser esse programa a única política implantada no país que tem como público-alvo específico a mulher e sua formação científica.

O estudo insere-se no campo das discussões a respeito de mulher e educação profissional, científica e tecnológica, considerando que a formação científica colabora para o trabalho da mulher em espaços para além daqueles que são naturalizados cultural e socialmente como trabalho feminino. Assim, em uma perspectiva histórico-crítica, busca-se compreender as transformações sociais e culturais vivenciadas na sociedade brasileira, observando-se a inserção das mulheres na educação profissional e no mundo do trabalho, para subsidiar as discussões relacionadas à sua imersão no trabalho acadêmico e científico, a partir das ações do Programa Mulher e Ciência.

De acordo com o estudo Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a presença da mulher no mercado de trabalho vem crescendo. A taxa de participação da mulher na força de trabalho subiu de 51,7% em 2012, para 54,5% em 2019, enquanto a masculina teve uma redução de 1% no mesmo intervalo, passando de 74,7% no ano de 2012 para 73,7% em 2019 (IBGE, 2021). Mas, se considerarmos o percentual total dos homens, observamos que ainda existem muitas mulheres fora do mercado de trabalho. Apesar do aumento da participação feminina, esta inserção ainda apresenta particularidades que carecem de estudos e pesquisas para seu desvelamento.

Em um estudo no início do século XXI, Hirata (2003) aponta que as mulheres estão situadas entre a população com dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou acesso à educação profissional, situação agravada se considerarmos a etnia, por exemplo, quando se é mulher e negra. Para a autora, vários aspectos interferem neste quadro, a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do trabalho doméstico e os papéis construídos socialmente, posto que

é em nome da incompetência técnica construída desde a infância na socialização familiar, diferenciando papéis masculinos e femininos, no exercício do cotidiano que se dá a técnica para o menino, como por exemplo, consertar o carro, consertar pequenas máquinas, quando o pai vai chamar o menino para fazer estas coisas e o aprendizado da relação de serviço para as meninas: cuidar da boneca, cuidar do irmão menor, ajudar a por a mesa. As funções e cargos atribuídos às mulheres são sempre caracterizados por esta relação de serviço (HIRATA, 2003, p. 148).

Assim, observamos que a posição que a mulher ocupa na divisão sexual do trabalho é determinada desde o seu processo educativo inicial, ainda quando criança no seio familiar, quando as suas brincadeiras e atividades são direcionadas para papéis histórico e socialmente atribuídos às mulheres.

Influenciado por estas relações sociais estabelecidas e dos papéis diferenciados para cada sexo, Nogueira (2004) apresenta discussões a respeito do termo divisão sociossexual do trabalho. Com a crise do capital e as estratégias de reestruturação produtiva para superá-la, as mulheres foram chamadas a assumir postos de trabalho também no campo da produção em meados dos anos de 1970. Porém, as relações de desigualdades que já adinham do espaço doméstico, se perpetuavam no tocante às ocupações das

mulheres ao longo da história nos países capitalistas. Nesse período, tivemos uma série de movimentos políticos que questionavam os padrões culturais da sociedade brasileira em todas as dimensões da vida, inclusive os vinculados ao papel ocupado pelas mulheres na organização social.

Para Souza (2014), a escolha da profissão é marcada e definida historicamente na sociedade, sendo atribuídas socialmente profissões específicas voltadas para as mulheres, e outras para os homens. Ainda segundo a autora, atribuir a uma profissão o caráter de feminino, significa também afirmar que existem profissões que não devam ser exercidas pelas mulheres.

Com as discussões a respeito da teoria da divisão sexual do trabalho, ela está “ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente” (BIROLI, 2018, p. 42). Assim, a autora discute a questão da des/profissionalização do trabalho das mulheres, que ocupavam espaços de trabalhos não valorizados e que não geravam produtos de valor. Dessa forma, foi se criando no imaginário social que o trabalho das mulheres não necessitava de formação, pois advinham de características historicamente definidas como qualidades biológicas do sujeito/ser - mulher. Esse processo de subalternidade tem início nas relações estabelecidas no espaço doméstico e se perpetua para os demais espaços, que reverberam também nas relações de trabalho e, conseqüentemente, no lugar que deve ser ocupado pelas mulheres na organização social.

Em relação a divisão sexual do trabalho doméstico, segundo dados do IBGE (2021), a jornada feminina é de 21,4 horas semanais, já a masculina é de 11 horas. Esse aspecto, conforme apresenta Hirata (2003), influencia diretamente na formação e carreiras profissionais das mulheres, pois essas têm menor tempo para direcionar às atividades de trabalho e estudo.

As ocupações em expansão quando nos referimos ao sexo feminino, são empregos precarizados que não priorizam a qualificação técnica e a formação profissional, principalmente para áreas científicas. As áreas que têm atendido o público feminino são marcadas pela informalidade e atividades historicamente desenvolvidas pela mulher no âmbito doméstico. Nesse, culturalmente as atividades que desempenhavam eram/são por amor à família, como confecção de doces e salgados, corte e costura, e o trabalho doméstico em geral (HIRATA,

2003). Essa realidade é ilustrada com os dados apresentados pelo IBGE, que apontam que 92% dos trabalhadores domésticos brasileiros, no ano de 2014, eram do sexo feminino (IBGE, 2014). Os dados sinalizam ainda a desigualdade de renda, que não se alterou no recorte de tempo considerado pela pesquisa de Hirata (2004-2014), embora, o tempo de escolarização seja maior entre as mulheres.

As informações contidas no Mapa do Mercado de Trabalho (IBGE, 2001), avaliou o período de 1992 a 1997, e a Síntese dos Indicadores de 2015, apontam que o público feminino veio, ao longo dessas décadas, se profissionalizando e ultrapassou os homens no que se refere aos anos de escolarização e grau de escolaridade.

Dados do Censo Escolar evidenciam que, desde o ano de 1996, o número de matrículas do sexo feminino vem aumentando em todos os níveis de ensino no Brasil. No entanto, é possível identificar maior concentração do público feminino em profissões historicamente definidas como femininas, voltadas ao cuidado, na área de humanidades e serviços públicos, a exemplo do serviço doméstico remunerado, serviços no ramo de alimentação e atividades da área da saúde (IBGE, 2001).

A ausência da participação da mulher na ciência se deve a herança cultural que não é particular do Brasil. Historicamente, a ciência foi desempenhada por homens e, mesmo com a chamada ciência moderna entre os séculos XV e XVI, essa realidade não se alterou. As poucas mulheres que se envolviam em atividades científicas, geralmente eram da aristocracia e desempenhavam papéis secundários, como interlocutoras ou tutoras dos cientistas, muitas mulheres precisaram, inclusive, se passar por homens para obter o acesso ao estudo, como no caso de Margaret Ann Bulkley, que se passou por James Barry para se qualificar como médica em 1812, na Inglaterra (CARTA CAPITAL, 2019).

A participação da mulher na ciência vai começar a avançar apenas no final do século XIX e início do século XX, e se intensifica após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), quando entram na atividade científica devido a necessidade de mão de obra qualificada e o avanço dos movimentos feministas (LETA *et a.l.*, 2006).

Algumas mulheres que se destacaram como pioneiras na ciência passaram por dificuldades para se estabelecer nesse espaço. Marie Curie foi a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel no ano de 1903, quando recebeu o Nobel de Física pela descoberta da radioatividade. Em 1911 recebeu o Nobel de Química pela contribuição nos estudos na área, sendo a primeira pessoa a ser premiada duas vezes. Marie precisou sair da Polônia, seu país de origem, para realizar seus estudos na França, em 1891, pois na Polônia as mulheres não eram aceitas em universidades. Outro caso que ilustra essa dificuldade é o da cientista Lise Meitner, que durante 30 anos realizou estudos em parceria com o químico Otto Hahn, até o ano de 1938, quando precisou deixar a Alemanha. Em 1939, em consequência dos estudos realizados em conjunto, publicaram sobre a descoberta da fissão nuclear, entretanto, em 1944 apenas Hahn recebeu o Prêmio Nobel de Química e Meitner foi ignorada (CORTES, 2008).

A mulher aumenta a sua escolarização, mas permanece ocupando profissões com menor remuneração se comparada aos homens. “Nas atividades acadêmica e científica, as mulheres tendem a concentrar-se nas ciências ditas ‘softs’, ciências da vida (biológicas e da saúde), humanas e sociais; enquanto as ciências ditas ‘hard’ são ocupadas prioritariamente por homens” (LETA *et al.*, 2006, p. 538). De acordo com dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2020), dos títulos de doutorado concedidos no ano de 2017, a participação das mulheres representa apenas 34% em áreas como: Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias, sendo a área de menor participação. Já na área da saúde, o percentual é de 67%, seguido da área de linguística, letras e artes com 65% e biológicas com 63%, se configurando como as três áreas com maior concentração de mulheres.

Dados do diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2021a) reafirmam essa tendência ao apresentar dados sobre a participação das mulheres como bolsistas. No ano de 2015, apenas 34% das bolsas-ano na área de ciências exatas e da terra foram destinadas às mulheres, e 36% na área de engenharias. Já em saúde e linguística, letras e artes, as mulheres foram 68% e 64%, respectivamente, dos estudantes que receberam bolsa.

Em buscas no *site* da Academia Brasileira de Ciências (ABC, 2021), a respeito dos membros titulares, observamos que a primeira mulher a se tornar

membro titular na área de engenharias, foi Virgínia Sampaio Teixeira Ciminelli¹, e esse fato ocorre apenas no ano de 2009. Em todas as áreas da ABC, os membros titulares são majoritariamente homens, sendo engenharias, ciências físicas e matemática, as que possuem atualmente o menor percentual de mulheres.

No início do século XXI, nesse contexto de desigualdade entre homens e mulheres, o comando do Estado brasileiro é assumido por político de origem popular e no que tange às políticas específicas para as mulheres vimos a instituição da Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal (SPM), criada em 2003, e o ano de 2004, foi instituído como o Ano da Mulher. Isso estimulou a criação de programas e ações voltados para o fomento da participação das mulheres em diversas áreas, inclusive, na ciência (BRASIL, 2004).

Ainda em 2004, foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM na qual as discussões resultaram na elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, publicado em 2005. Esse traz em seus capítulos objetivos direcionados a educação inclusiva e não-sexista, a autonomia e a igualdade no mundo do trabalho. (BRASIL, 2005). Ele foi sendo revisado a cada Conferência até o ano de 2013, quando aconteceu a última Conferência Nacional de Políticas para Mulheres no país.

Nessa mesma perspectiva, ainda em 2005, é lançado pela SPM, o Programa Mulher e Ciência (PMC), iniciativa planejada em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), com o intuito de estimular a participação da mulher na ciência (LIMA, 2017).

A II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, foi realizada no ano de 2007, resultando no documento que origina o II Plano de Políticas para Mulheres, previsto para o período 2008-2011. Esse estabelece 388 ações, o que sinaliza para uma ampliação se considerarmos as 199 ações do I Plano

¹ Virgínia Sampaio Teixeira Ciminelli é engenheira química, primeira mulher a se tornar membro da ABC na área de engenharias. Virgínia já recebeu o grau de Comendadora e de Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. O GEMS Alumni Achievement da Penn State, Universidade pela qual se doutorou e o Prêmio Mersocul de Ciência e Tecnologia. É membro da Academia Nacional de Engenharia, Academia Mundial de Ciências e da Academia Nacional de Engenharia dos Estados Unidos.

(BRASIL, 2008). Ampliação oportuna em termos políticos se considerarmos que o país apresenta indicadores preocupantes em relação às mulheres.

A III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres aconteceu em 2011 e dela resultou o III PNPM, instituído pelo Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013. O III PNPM, previsto para o triênio 2013-2015, é o último Plano Nacional de Políticas para Mulheres aprovado e propõe ações que desconstruam a percepção da divisão sexual do trabalho (BRASIL, 2013).

Em 2015 aconteceu a IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, porém, não temos até o segundo semestre de 2021, a formalização de um novo PNPM. O relatório dessa Conferência foi publicado, entretanto, devido ao contexto político do país, com o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rouseff, ocorrido no ano de 2016, tivemos vários retrocessos no que se refere às políticas direcionadas às mulheres, conforme discutiremos de forma mais aprofundada na terceira e quarta seção deste trabalho (BRASIL, 2017).

Em meio a esse cenário vivíamos a expansão da educação profissional que tem sido evidenciada no Brasil, desde 2008, especialmente com a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que se faz presente nos PNPM's como *locus* no qual ações e metas que objetivam a formação profissional da mulher deveriam ocorrer.

Dentre as iniciativas desenvolvidas no âmbito da educação profissional direcionadas às mulheres, temos o Programa Mulheres Mil (PMM), política que originalmente foi desenvolvida no Canadá e que foi assumida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com o objetivo de articular a formação profissional e tecnológica, visando o aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica². O Programa foi instituído por meio da Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, do MEC, sendo ofertado prioritariamente por instituições públicas (BRASIL, 2011).

Vale destacar que adotamos neste estudo a educação profissional na perspectiva de formação humana integral e da politecnia, vislumbrando uma educação que permita a transformação social (MACHADO, 2010). De acordo

² Situação onde não há acesso a bens e serviços básicos, ou este acesso não acontece de forma satisfatória.

com Ramos e Frigotto (2017), esta concepção aponta para uma formação que possibilita aos egressos a compreensão crítica da realidade, ao mesmo tempo que lhes possibilitem conhecimentos técnicos para atuar profissionalmente, intervindo produtiva e politicamente, objetivando transformar a sociedade. Portanto, uma educação que pode inserir as mulheres na organização social em igualdade de condições com os demais sujeitos sociais, inclusive no mundo científico.

Esta concepção de educação profissional defende a formação que permite a compreensão do processo produtivo de forma crítica e complexa, e não apenas o adestramento dos estudantes às necessidades de mercado em suas perspectivas econômicas. Kuenzer e Grabowski (2006) afirmam que a educação profissional se articula à educação básica, assegurando a formação para o exercício da cidadania e participação nos processos sociais e produtivos.

A educação profissional se configura, assim, como eixo de formação que articula ofertas de ensino que vão desde o ensino básico até a pós-graduação, sendo componente da organização da educação brasileira. A partir do Decreto nº 5.514 de 23 de julho de 2004 a educação profissional, é estabelecida legalmente em três níveis, quais sejam, a formação inicial e continuada do trabalhador, a educação técnica de nível médio e a educação tecnológica de graduação e pós-graduação.

Esta formação profissional deve articular as competências demandadas pelo mundo do trabalho e pela academia, articulando espaço acadêmico e profissional de forma a promover a educação acadêmica e a aprendizagem pela prática do mundo do trabalho (FISCHER; WAIANDT, 2012). Nesta perspectiva, consideramos a educação profissional no sentido da formação que compreende as dimensões social, política e produtiva nas quais a ciência e a tecnologia estão presentes.

Estimular a formação profissional de mulheres, especialmente em ciência e tecnologia, corrobora com a visão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), quando informa que a ampliação da participação da mulher na Educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), é chave para a preparação das estudantes para o mundo do trabalho. Embora, a participação das mulheres em STEM tenha sinalizado aumento, estas ainda são sub-representadas.

De acordo com o estudo realizado pela Unesco, a respeito da educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática, ainda existem disparidades no que se refere a participação de homens e mulheres, especialmente nessas áreas. O relatório mostra que os contextos sociais e culturais ainda interferem na educação das mulheres, impossibilitando o acesso a uma educação de qualidade na área de sua escolha, conforme a UNESCO (2018):

[...] Apesar do aumento no acesso, em muitos contextos, obstáculos socioeconômicos e culturais, ente outros, ainda impedem as alunas de concluírem e se beneficiarem plenamente de uma boa qualidade educacional de sua escola. Essas barreiras aumentam na adolescência, quando os papéis dos gêneros se tornam mais arraigados para as meninas, e a discriminação de gênero, mais evidente. Tais barreiras incluem responsabilidades domésticas e de cuidado, casamento e gravidez precoce, normas culturais que priorizam educação dos meninos, instalações sanitárias inadequadas nas escolas, preocupações dos pais quanto à segurança das meninas no caminho de ida e volta da escola, e violência escolar relacionada a gênero. Adolescentes do sexo feminino de áreas rurais e desfavorecidas têm um risco maior de exclusão educacional (UNESCO, 2018, p.18).

Diante do exposto, e considerando os elementos apontados no relatório supracitado, e após buscas a respeito de políticas educacionais voltadas especificamente para mulheres na área da educação profissional e tecnológica, identificamos no Brasil, apenas, o Programa Mulher e Ciência, vinculado à SPM, implementado em 2005, em uma articulação da Secretaria de Políticas para as Mulheres à Secretaria de Igualdade Racial e à Secretaria de Direitos Humanos (BRASIL, 2006a).

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada se justifica pela necessidade de estudos sobre a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, advindo dessa constatação a finalidade desse estudo, qual seja, compreender como as políticas específicas para as mulheres, em especial, o Programa Mulher e Ciência, têm sido desenvolvidas no Brasil.

Para isso partimos das problemáticas históricas, sociais e contextuais elencadas e nos questionamos sobre o transitar das políticas públicas para mulheres no percurso histórico da educação, e do trabalho no Brasil, e como ele transcorreu ao longo do século XX, bem como sobre as políticas de educação para o trabalho para mulheres no país, nas duas primeiras décadas do século

XXI, no sentido de desvelar o lugar das mulheres no campo acadêmico, por meio de uma análise sistemática dos espaços ocupados e das ações desenvolvidas após a criação do Programa Mulher e Ciência para educar profissionalmente, mulheres para atuação no campo científico.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as políticas de educação e trabalho para mulheres no Brasil, observando o seu percurso histórico e a implementação do Programa Mulher e Ciência, propondo reflexões sobre as ações do Programa direcionadas ao aumento da participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas.

Como objetivos específicos temos: historicizar a participação da mulher na educação, no trabalho, na ciência e sua inserção na organização social brasileira; discutir os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM), instituídos no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, focalizando as iniciativas voltadas à educação, ao trabalho e à ciência; e refletir sobre o Programa Mulher e Ciência, identificando suas ações para a inserção da mulher nos espaços acadêmicos e científicos do país, situando as mulheres brasileiras nestes espaços no período de 2005 a 2019.

No sentido de buscar caminhos para percorrer esse estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo estado de conhecimento³ sobre a temática no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), visando identificar as produções que abordam o tema de estudo proposto. Segundo Morosini e Fernandes (2014):

[...] *estado de conhecimento* é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo[...] (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p 155).

Assim, esse tipo de estudo contribui para o desenvolvimento de novas pesquisas, possibilitando a construção de novos conhecimentos, a partir de

³ Pesquisa que tem como objetivo o levantamento do conhecimento já produzido a respeito de um tema, através do mapeamento do que já foi publicado.

pesquisas e publicações já realizadas. Apresentaremos os resultados desta pesquisa na seção 4.

Dessa forma, este trabalho além da finalidade e objetivos já apresentados, traz como proposição dissertativa a promoção de reflexões necessárias a respeito da temática (mulher e formação científica) perpassando pelas políticas públicas que visem contribuir para a transformação da sociedade, incluindo a mulher como protagonista na nova organização social. Para isto, realizamos um estudo exploratório, utilizando pesquisa bibliográfica e busca documental, considerando fontes escritas, institucionais e oficiais, tendo a *internet* como local de pesquisa.

De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2015), as pesquisas na *internet* estão em pleno desenvolvimento e possuem elevado grau de autossimilaridade. Apesar de ser uma tendência bastante utilizada, as autoras alertam para a necessidade de fundamentação e contextualização. Assim, destacaremos as legislações e documentos oficiais que permeiam a área estudada.

A partir destes mecanismos utilizados, da revisão bibliográfica e do estado do conhecimento sobre o tema, a pesquisa segue a perspectiva de análise do materialismo histórico-dialético, considerando todos os aspectos que compõem a totalidade social, a fim de apreender os processos históricos e fatos sociais, que possibilitem desvelar a realidade apresentada e compreender as múltiplas determinações que configuram o objeto a ser estudado (MINAYO, 2004).

Utilizamos como base teórica para a discussão de conceitos como políticas públicas, políticas para mulheres, educação profissional, ciência, trabalho, patriarcado e divisão sexual do trabalho, autores como Saraiva (2006), Saffiotti (1987), Frigotto (2010), Saviani (2004), Marx (1996), Hirata (2003), Federici (2017) entre outros.

Para Minayo (2004) a pesquisa se configura como atividade de aproximação com a realidade. É uma atividade que não se esgota e nos permite relacionar teoria e dados. A pesquisa aqui apresentada se configura como pesquisa estratégica, pois objetiva destacar aspectos da realidade, não apenas para aprofundar os conhecimentos, mas para que ela possa dar subsídios para realização de ações em prol de sujeitos sociais que foram invisibilizados ao longo da história do país. Esse tipo de pesquisa é o mais utilizado na avaliação e

análise de políticas, todavia, esse estudo se aproxima de procedimentos epistemológicos histórico-críticos no sentido dado por Saviani (2004).

Assim sendo, o estudo aprofunda-se na compreensão das relações humanas e nos significados das ações dos homens, como ações políticas, buscando compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, na perspectiva da compreensão das políticas como parte desse processo de correlação de forças. Nesse sentido, compreendemos que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo e histórico, considerando que

as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído (MINAYO, 1994, p 13).

A pesquisa segue a abordagem dialética ao observar o objeto em suas relações sociais e considerá-lo imerso na historicidade, totalidade e práxis, em um movimento que possibilita a transformação social através do conhecimento (SEVERINO, 2016). De acordo com Minayo (2004), essa abordagem compreende quantidade e qualidade como inerentes à realidade social, rompendo com a dicotomia entre estudo quantitativo e qualitativo.

O ciclo dessa pesquisa se iniciou com a fase exploratória, em que realizamos o levantamento das produções, do histórico e dos documentos que envolvem a problematização da pesquisa. Seguimos com a escolha e definição do campo empírico, qual seja, o Programa Mulher e Ciência.

A segunda fase da pesquisa foi realizada através do levantamento de dados na *internet* sob dois enfoques; do primeiro objetivo da pesquisa, identificando dados qualitativos a respeito das iniciativas do Programa e ações decorrentes de sua implementação; e do segundo objetivo, utilizando dados quantitativos por meio de estudos prévios de diversas fontes, como Censos da Educação Básica, Censo do Ensino Superior, estudos do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e levantamentos do CNPq. Ou seja, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, visto que utilizou dados de estudos já realizados e documentos oficiais.

A terceira fase desse percurso metodológico, foi a de escrita/elaboração da dissertação a partir do segundo semestre do curso de mestrado, período no

qual também participamos de evento e publicamos a produção acadêmica parcial, decorrente dessa pesquisa⁴.

Esta dissertação está organizada em 4 seções, sendo essa Introdução a seção 1, segue-se às seções as considerações finais e os elementos pós textuais.

A segunda seção apresenta uma revisão histórica em busca de informações e conhecimentos sobre o objeto de pesquisa, e traz uma discussão sobre a participação da mulher nas políticas de educação e trabalho no Brasil, considerando desde o Brasil Império, até o século XX para situar a educação profissional e a mulher na ciência, bem como as reformas e legislações brasileiras que trazem as temáticas: educação e trabalho.

Na terceira seção, discutimos as políticas direcionadas às mulheres nas duas primeiras décadas do século XXI, situando o contexto social e político do período e os movimentos sociais, com ênfase no movimento feminista e nos avanços no que se refere a entrada de políticas para mulheres na agenda política nacional. Apresentamos as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres e os seus respectivos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, com enfoque nas iniciativas relativas à educação e ao trabalho.

A quarta seção trata do campo empírico da pesquisa e traz os estudos antecedentes do objeto de estudo. Nela também apresentamos o Programa Mulher e Ciência e o contexto de sua implementação como política nacional. Discorreremos de forma breve sobre as ações e iniciativas que estão relacionadas ao primeiro objetivo do programa, posto que esse já foi estudado em profundidade na tese de Lima (2017). Sendo assim, propormos reflexões a partir das ações mais direcionadas ao segundo objetivo do programa, além de apresentar dados que se referem à participação das mulheres na educação profissional e nas carreiras científicas após a implementação do Programa.

⁴ OLIVEIRA, Raiana Marjorie Amaral de; SILVA, Lenina Lopes Soares. **Políticas Públicas de Educação e Trabalho para Mulheres**: Um estudo exploratório na SETEC/MEC. In: Anais do III Encontro Nacional de Ensino e Interdisciplinaridade - ENACEI. Mossoró/RN: UERN, 2019.

_____. **O Plano Nacional de Políticas para Mulheres e o Programa Mulher e Ciência em seus nexos convergentes com a Educação Profissional**. In: GOMES DE OLIVEIRA, Elenice (Org). Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: Educação como prática da esperança. Fortaleza – CE: Realize Editora, 2019. Disponível em https://b4435f84-fcd4-48dc-918c-fb30e6766cc4.filesusr.com/ugd/d70b51_acf907d429374fc8b6a2b7eeddd54ace.pdf Acesso em 20 de julho de 2021.

Por fim, as considerações finais do trabalho trazem apontamentos e reflexões às quais chegamos ao concluir a pesquisa, e afirmamos que estamos longe de esgotar todas as possibilidades, pois os resultados apontam para um campo vasto de conhecimento, ainda pouco explorado, e em que há necessidade de realização de novas pesquisas como já havia apontado os estudos antecedentes.

2 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL

- E esses livros prestam para moça ler, Conceição? No meu tempo, moça só lia romance que o padre mandava [...]
 - Isso não é romance, Mãe Nácia. Você não está vendo? É um livro sério, de estudo [...]. Trata da questão feminina, da situação da mulher na sociedade, dos direitos maternais, do problema...
 - E minha filha, para que uma moça precisa saber disso? [...]
 - Qual o que, Mãe Nácia! Leio para aprender, para me documentar [...]
- (QUEIROZ, 1987, p.92)

Nesta seção, discutiremos como se deu a participação da mulher na sociedade brasileira, resgatando os espaços que elas ocuparam desde o período imperial até o século XX. Destacando as áreas relacionadas ao trabalho e a educação, buscando iniciativas voltadas para este público, objetivando historicizar a participação da mulher na educação, no trabalho e na ciência no Brasil.

A epígrafe dessa seção foi extraída do romance “O Quinze”, de Raquel de Queiroz, e aponta o ideário relacionado à participação da mulher na sociedade brasileira. No livro, publicado em 1930, Conceição é uma professora, culta e que ama os livros. O casamento não está em seus planos, para o espanto de sua avó, Mãe Nácia. O diálogo acima problematiza o conservadorismo de uma sociedade patriarcal com a modernização levantada pelo movimento feminista.

Discussões a respeito da mulher, do seu papel social, dos novos espaços que vem ocupando na sociedade, inclusive o espaço político, estão presentes no contexto social e político desde o início do século XX, inclusive se apresenta na literatura produzida no Brasil.

Algumas questões relacionadas, especialmente a inserção da mulher no mercado de trabalho, remuneração, cargos e formação profissional também têm sido centrais nas análises sociais e são consequências da identidade da mulher, construída socialmente no Brasil sob influência da formação histórico-cultural do país, marcada pelo patriarcado e pelas relações de subordinação (SAFFIOTI, 1987). Vimos que historicamente foram definidos socialmente papéis e atividades a serem desenvolvidos pelas mulheres, que se diferenciam das atividades desempenhadas pelos homens na organização social.

Diante dessa constatação, entendemos que para haver mudança nessa identidade são necessárias mudanças nos papéis delegados às mulheres. Nesse sentido, são requeridas políticas públicas como ações de Estado que visem solucionar um problema social ou minimizar os flagelos das condições sociais e econômicas que acometem a população, como no caso das mulheres e seus espaços na organização social brasileira, incluindo-se nesses, os espaços científicos.

A política pública é um conjunto de decisões públicas que objetivam o equilíbrio social, tendo como finalidade a justiça social, consolidação da democracia e manutenção do poder (SARAIVA, 2006). As políticas são implementadas através de ações que buscam mudar qualitativamente a realidade social, com as finalidades já expostas. Podem ser implementadas através de programas, projetos e ações que possibilitem atingir o objetivo proposto. Sendo assim, cabe ao Estado assumir a condução de políticas que promovam a inserção de seus cidadãos e cidadãs como sujeitos sociais de forma equânime.

As políticas e a legislação são instrumento que possibilitam a alteração da situação da educação das mulheres, assim como institucionalização da participação delas na educação e em carreiras nas ciências, tecnologias, engenharias e matemática, possibilitando a mudança social e promovendo igualdade de condições educacionais para homens e mulheres (UNESCO, 2018).

Para Frigotto (2010) a educação no Brasil faz parte de um projeto de sociedade de classes e grupos sociais desiguais, alimentado por políticas públicas pouco efetivas e fundamentadas em teorias que não dão conta da realidade de um país tão complexo. Aqui o projeto assumido vem sendo sempre o da classe burguesa brasileira que alimenta uma escola dual ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico e cultural. Essa dualidade esteve presente ao longo da história sob vários aspectos, e ultrapassa a diferenciação entre a educação destinada às classes ricas e pobres. Essa dualidade também está presente no processo de consolidação da educação das mulheres, à medida que se deu forma diferenciada da educação destinada aos homens.

Esse projeto reforça uma educação excludente, e a escola como ambiente de reprodução do sistema patriarcal existente no país. Isso porque

historicamente as decisões importantes que afetam o povo foram tomadas por homens. Esse sistema afeta não somente as políticas econômicas, pois influencia a área educacional. Sendo assim, as políticas para mulheres conduzem-nas a ocupar postos de trabalhos menos valorizados e com menores remunerações do que os homens. Esse sistema de discriminação é funcional ao capital, pois quanto mais discriminado, mais suscetível a situações de exploração está aquele grupo (SAFFIOTI, 1987).

O trabalho e a educação são atividades essencialmente humanas, e estão intrinsicamente relacionadas, pois desde as sociedades primitivas, os homens aprendiam a partir do momento que iniciavam o processo de produção, “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho” (SAVIANI, 2004, p. 154).

Marx (1996) apresenta uma reflexão sobre o sentido ontológico do trabalho, considerando que este é uma atividade essencial ao ser humano e refere-se a sua interação com a natureza que, quando objetivado para a melhoria nas condições de vida se configura como atividade de libertação. Assim, a formação para o trabalho é também libertária, especialmente quando possibilita melhoria nas condições de vida das mulheres, sujeitos sociais para os quais essa pesquisa dirige suas finalidades.

A ampliação da formação para o trabalho e do acesso profissional das mulheres é resultado de fatores como o crescimento do movimento feminista e da luta de grupos sociais por igualdade de direitos. Estes movimentos contribuíram para que discussões sobre a participação da mulher sejam levantadas, possibilitando a proposição de mudanças e transformações sociais. As discussões precisam ser fomentadas e problematizadas e faz-se necessário compreender o histórico da participação da mulher na sociedade, em especial na área da educação profissional e na ciência, objeto de estudo aqui proposto.

Assim, esta seção tem como objetivo historicizar a participação da mulher na educação, no trabalho e na ciência, e o seu espaço na sociedade brasileira, situando teoricamente estas discussões. A primeira subseção faz um resgate histórico sobre a participação da mulher na organização social no país, desde o Brasil Império, com ênfase no acesso à educação, percorrendo nesse histórico as legislações e reformas realizadas no âmbito da educação e da formação para

o trabalho. Na subseção seguinte prosseguimos a discussão a partir do Brasil República, considerando os avanços legais e as mudanças no contexto social.

2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL IMPÉRIO: ENTRE A CONFORMISMO E RESISTÊNCIA

A participação da mulher na sociedade brasileira em meados do século XIX estava associada as funções sociais destinadas a ela nesse período, quais sejam; filha, esposa, mãe e dona de casa. Nessa perspectiva, Saffioti (1987) afirma que “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8). Essa não é uma realidade exclusiva do Brasil Império, posto que continua até os dias atuais. No período imperial, as mulheres eram preparadas para as funções que lhes cabiam (filha, esposa, mãe e dona de casa), sempre numa situação de subordinação ao homem, inicialmente ao pai, e posteriormente, ao esposo.

Esse sistema social, que subordina a mulher ao homem é denominado de sistema patriarcal. O patriarcado é um conceito que se refere a um fenômeno construído socialmente, inclusive com a participação das mulheres, que o compreendem como natural por estarem imersas no sistema (SILVA, 2019).

Na visão de Saffioti (1987), a sociedade naturaliza este processo sob a justificativa de que o espaço doméstico é próprio da mulher, derivando da sua capacidade de ser mãe, ficando assim, as atividades domésticas e cuidados com os filhos, sob sua responsabilidade. Para Bonfim (2009) o estigma da fragilidade e da pouca inteligência era funcional ao patriarcado, pois justificava a ausência das mulheres dos espaços públicos, entre eles a escola.

No cenário imperial brasileiro poucas foram as reivindicações ou lutas pela mudança da situação da mulher, a não ser casos isolados, como o da notória escritora Nísia Floresta, nascida em 12 de outubro de 1810, no Rio Grande do Norte. Educadora, escritora e poetisa, foi pioneira na educação feminista no Brasil, fundou em 1838 o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, voltado para a educação das meninas. Falecida em 1885, Nísia foi uma defensora da educação da mulher, como caminho para o desenvolvimento social do Brasil (SILVA, 2019).

Silva (2019) situa ainda os jornais femininos da época que apesar de levarem as mulheres a outros espaços, tinham sempre o cunho de reforçar o espaço doméstico da mulher, levantando temáticas relacionadas ao lar. As mulheres eram preparadas e aspiravam sempre o casamento, buscando preparação e conhecimento que lhes tornassem boas esposas e mães. Além dos assuntos relacionados ao lar, a moda também despertava interesse das mulheres, como forma de chamar a atenção do público masculino, objetivando a realização de um bom casamento.

Essa relação de subordinação da mulher atinge todas as classes sociais e todos os espaços da sociedade. E ela não acontece aleatoriamente, “a supremacia masculina beneficia aqueles que detêm as maiores parcelas de poder econômico e político” (SAFFIOTI, 1987, p.23).

A chegada da família real no Brasil, em 1808, trouxe mudanças nas estruturas sociais, econômicas e culturais do país. Dom João VI foi responsável pela fundação de instituições de pesquisa, possibilitando o início da institucionalização da ciência no Brasil, que se deu de forma tardia (LETA *et al.*, 2006). Dentre outros aspectos, houve investimento em cursos superiores em diversas capitais, porém não existia qualquer dispositivo que possibilitasse a mulher o acesso a este nível educacional (SILVA, 2019).

Com a abertura dos portos em 1808, abre o espaço para a expansão da economia interna, várias fábricas passaram a se instalar no Brasil, demandando mão de obra para executar o processo produtivo. Diante dessa demanda, temos o Decreto de 23 de março de 1809 que marca a criação dos chamados Colégios de Fábricas, primeiros registros da educação profissional formal no país, com o objetivo de formar mão de obra de baixa remuneração e pouca qualificação para atender às fábricas. Não há qualquer menção a educação e formação para mulheres no decreto (BRASIL, 1809).

Esses estabelecimentos de educação profissional possuíam um caráter assistencialista, direcionados inicialmente à população que trouxe a família real para o Brasil, em maior parte órfãos que viviam em situação de miséria, e tinham nessas escolas, única opção de formação e qualificação. Seguindo o padrão de ofícios, a educação profissional era ofertada dentro dos próprios estabelecimentos de serviços, como cais, arsenais e hospitais. Este processo formativo foi marcado pela simples transferência de técnicas. Vale destacar que

nesse período, essas instituições ainda não estavam abertas para matrícula de mulheres

Saffiotti (2013) acrescenta que apenas em 1816 temos registros de algumas iniciativas de instrução laica para as mulheres, onde era ensinado costura e bordado, religião e noções de aritmética por senhoras portuguesas e francesas que chegavam ao Brasil.

Após a independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, dentre as iniciativas educacionais identificadas, as que atendiam ao público masculino eram mais comuns, mas também existiam aquelas voltadas à educação da mulher. Após a formação básica para ambos os sexos, que consistia em aprender a ler, escrever e contar, aos meninos eram ensinadas noções de geometria, já para as meninas, bordado e costura. De acordo com Saffiotti (2013) a ideia da instrução das mulheres esteve presente na Constituição de 1823, com a previsão de um projeto de educação voltado ao atendimento dos dois sexos, mas foi sufocada pela dissolução da Assembleia.

Assim, a mulher era excluída da vida pública da Corte, inclusive, sendo negado a ela pela Constituição Política do Império do Brasil, promulgada em 1824, o título de “cidadão brasileiro”. Homens e mulheres tinham direitos e deveres distintos. As mulheres eram excluídas dos espaços sociais e intelectuais, devendo limitar-se aos serviços domésticos e à educação dos filhos (SILVA, 2019).

Silva (2019) afirma que a educação se coloca como mais um fator que diferencia homens e mulheres. O primeiro dispositivo legal que permitiu as mulheres o acesso à educação, foi promulgado em 15 de outubro de 1827, porém, apesar de apresentar avanço no que se refere a previsão de escolas para meninas, a educação era elementar e sem possibilidade de níveis mais avançados, evidenciando temas relacionados à economia doméstica. Saffiotti (2013) acrescenta que,

A lei [...] isenta a mestra da necessidade de ensinar noções de geometria e restringe o ensino da aritmética nas escolas de meninas às quatro operações. Acabara-se, pois, por introduzir diferenças entre os currículos das escolas primárias masculinas e femininas, o que representava uma decorrência da visão que se tinha dos papéis sociais da mulher, para a qual nada serviria o conhecimento da geometria, e ainda do conhecimento que se tinha do grau de ignorância das que se candidatariam aos postos magisteriais (SAFFIOTTI, 2013, p. 274).

Apesar de se configurar como um marco histórico, como primeiro plano de educação das mulheres, a efetivação da lei não ocorreu de forma simples, entre as dificuldades de executá-la estava o provimento de mulheres capacitadas para ensinar nestes estabelecimentos (SAFFIOTI, 2013).

No ano de 1854, a Reforma Couto Ferraz, substitui a Lei das Escolas de Primeiras Letras, e traz em seu texto a obrigatoriedade de uma escola do chamado primeiro grau do ensino primário para cada sexo em cada localidade, porém, a educação das meninas, continua com o mesmo caráter, sendo prevista além das matérias comuns do primeiro grau, aulas de bordado e trabalhos de agulha. A reforma coloca a obrigatoriedade da educação dos meninos, mas não menciona obrigatoriedade relativa as meninas.

Art. 50. Nas escolas para o sexo feminino, além dos objectos da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bordados e trabalhos de agulha mais necessarios.

[...]

Art. 64. Os paes, tutores, curadores ou protectores que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 annos sem impedimento physico ou moral, e lhes não derem o ensino pelo menos do primeiro gráo, incorrerão na multa de 20\$ a 100\$, conforme as circumstancias.

A primeira multa será dobrada na reincidencia, verificada de seis em seis mezes.

O processo nestes casos terá lugar ex-officio, da mesma sorte que se pratica nos crimes policiaes (BRASIL, 1854).

Assim, apesar da previsão legal de uma escola para meninas em cada localidade, e da obrigatoriedade dos pais ou responsáveis em matricular os meninos, ficando inclusive sujeito a multa, não há menção à obrigatoriedade quando se trata das mulheres. Percebe-se também que esta reforma mantém uma educação diferenciada para mulheres, com o objetivo de prepará-las para desempenhar suas funções na casa e na família, sem perspectivas de formação para o trabalho.

Observa-se também a previsão da educação profissional na Reforma Couto Ferraz, destinada aos meninos pobres, que estivessem em situação de mendicância, que após as instruções de primeiro grau, devem ser encaminhados às companhias de aprendizes ou para oficinas públicas ou particulares, mediante contrato. Não existe previsão para formação profissional para mulheres no referido dispositivo.

Em 1879, por meio do Decreto nº 7.247, de 19 de abril, temos a reforma Leôncio de Carvalho. Dentre as mudanças que afetam a educação das mulheres, temos a obrigatoriedade do ensino para ambos os sexos, entre 7 a 14 anos, também há a previsão para os jardins de infância para meninas e meninos entre 3 e 7 anos. Nas disciplinas elencadas nessa reforma ainda permanecem as aulas de costura para as meninas no curso de primeiro grau e de economia doméstica e trabalhos de agulha no segundo grau. Porém, nesse Decreto está prevista também a possibilidade de matrícula no curso de obstetrícia, para mulheres entre 18 e 30 anos, para que exercessem a função de parteira, já que não eram admitidas mulheres nas faculdades de medicina (BRASIL, 1879).

As Escolas Normais foram criadas para a formação de professores da educação primária entre 1835 e 1880, é aberta ao público feminino, tornando-se um marco no acesso das mulheres ao sistema educacional, levando também a um processo de feminização do magistério, pois essas escolas passaram a ser predominantemente frequentadas por mulheres. Este processo levou a identificação da docência, especialmente das primeiras letras, ser destinada às mulheres (SILVA, 2019).

Saffioti (2013) acrescenta que a sociedade se posicionou de forma contrária a formação das primeiras mulheres normalistas, elas foram colocadas socialmente como pessoas sem moral. Vale destacar que essa formação foi direcionada a meninas oriundas de famílias sem recurso. Dentre inúmeras tentativas de abertura das Escolas Normais, apenas em 1880 com a reabertura da Escola Normal de São Paulo foi possível qualificar meninas do então Seminário de Nossa Senhora da Glória, como mestras de primeiras letras. A autora revela ainda, que estas iniciativas representaram muito mais uma adequação das meninas de origem pobre à sociedade, do que de fato um investimento na educação da mulher, pois estas escolas aliavam a profissionalização à formação de boas mães e donas de casa. Entretanto é mister salientar que estas instituições de ensino profissional se configuravam como uma das poucas oportunidades de continuação das mulheres nos estudos.

Dessa forma, Bonfim (2009) acrescenta que, embora as iniciativas de profissionalização das mulheres seguissem a lógica patriarcal, elas se configuraram como uma possibilidade para as mulheres extrapolarem os espaços privados e transitarem nos espaços público, promovendo mudanças de

hábitos na sociedade. A autora destaca que esse processo de profissionalização das mulheres, é marcado pela conformação, pois lhes preparava para exercer os papéis que o sistema patriarcal lhes destinava, mas é também marcado pela resistência a esse modelo, quando lhes permitia, apesar das limitações, o acesso ao mercado de trabalho e ao processo de emancipação.

No final do século XIX, influenciado pelo contexto de modernização do país, os homens estavam passando a se preocupar mais com a educação dos filhos, e como essa tarefa era destinada às mães, era necessário que elas tivessem conhecimento para que ensinassem as primeiras lições aos filhos. Assim, a educação das mulheres entra em pauta nas discussões, porém ainda permanecendo com as particularidades, da “natureza feminina” (SILVA, 2019).

O período de transição entre o Império e a República é marcado pela efervescência intelectual e ideológica, com a possibilidade de criação de um novo país, muitas correntes entram em cena nesse cenário de disputas, e a educação é uma área que ganha destaque. A educação do povo passa a ser preocupação nacional, e a escola primária é vista como forma de construir novos valores e hábitos republicanos (BONATO, 2003).

Beltrão e Alves (2009) afirmam que, em 1881, temos um decreto imperial que faculta às mulheres o acesso à educação de nível superior, entretanto, devido à dificuldade no acesso a níveis mais básicos de ensino, as mulheres, em sua maioria, não estavam habilitadas para as faculdades.

Saffioti (2013) destaca que neste ano foi registrada a primeira matrícula feminina no ensino superior. Ambrozina de Magalhães foi a primeira mulher a se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano seguinte, em 1882 são matriculadas mais duas mulheres como alunas regulares e uma como ouvinte. Algumas dessas mulheres, a exemplo de Ambrozina, já frequentavam as aulas, porém sem registro legal.

Beltrão e Alves (2009) afirmam que a primeira mulher a receber o título de médica foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887. E que a exclusão das mulheres dos cursos secundários, impossibilitavam o acesso aos cursos de nível superior, o que impossibilitou, mesmo com a abertura desse nível de ensino às mulheres, a ruptura com a diferenciação entre a educação de homens e mulheres.

A partir do contexto apresentado, discutiremos a seguir como se deram as políticas de educação e trabalho direcionadas as mulheres no período da República.

2.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL REPÚBLICA NO SÉCULO XX: ENTRE O TRABALHO LIVRE E O DISCIPLINAMENTO

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, várias mudanças ocorreram no Brasil, especialmente no que se refere ao sistema político e econômico, afetado diretamente pela abolição da escravidão. Em 1891 é aprovada a primeira Constituição do Brasil República, porém as mulheres permaneciam sem nenhuma previsão legal.

A Primeira República (1889-1930) é um período de transformações no cenário brasileiro. Com o intuito de modernização da sociedade que, com o fim da escravidão, demandava trabalhadores livres e comprometidos com o trabalho, a educação da mulher entra em pauta, porém, a sua formação deveria continuar a ser vinculada ao papel de mãe e esposa, e aos ensinamentos cristãos, sendo incluídas matérias como Puericultura e Psicologia, como resultado do movimento por uma “nova educação” (LOURO, 2004).

De acordo com Bonfim (2009), a sociedade demandava das mulheres o papel de repassar aos filhos valores como disciplina, dedicação ao trabalho e honestidade. Era da mulher o papel de manter o equilíbrio físico e emocional do lar. Dessa forma, o objetivo da formação das mulheres era educar uma prole saudável e socialmente controlada. Se configurando muito mais como mediadoras do processo educacional dos filhos, do que detentora do direito à educação.

Assim, a perspectiva educacional neste período preparava as mestras, mas também as mulheres para o casamento e a maternidade, para que pudessem desempenhar de forma satisfatória o acompanhamento educacional dos filhos. Não se tratava apenas de uma formação ou preparação profissional para o mundo do trabalho.

No final do século XIX, muitas instituições que atendiam crianças desvalidas foram transformadas em institutos profissionais, femininos ou masculinos, mais no sentido de proteger a sociedade do potencial perigo que os

desvalidos ofereciam do que ofertar educação (REIS; MARTINEZ, 2012). Para Bonato (2003), antes de uma instituição de educação, essas escolas são vistas como casas de caridade, perspectiva esta que vai se manter até os anos de 1920. Assim, em 1897 no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, é criado pelo poder municipal, através de decreto o Instituto Profissional Feminino, ofertando 120 vagas para meninas, preferencialmente pobres e desamparadas (BONATO, 2003).

Através dos estudos de Bonato (2003) que discute as escolas profissionais femininas no Rio de Janeiro, observamos o Decreto nº 282 de 27 de fevereiro de 1902, que determina que o ensino profissional compreende o curso elementar, médio e complementar das escolas primárias, onde deve ser ensinado,

Economia doméstica e trabalhos domésticos (lavanderia e culinária), estenografia e datilografia e higiene profissional; costura e tudo que a ela se relacione, 'inclusive o corte de roupa branca e de cores', cerzidura, aposição e justaposição de remendos, etc; de bordado branco, matiz e ouro; de flores; ensino elementar. O ensino da arte compreende: desenho à mão livre, desenho geométrico aplicado às indústrias; música vocal e notação escrita, ginástica. (BONATO, 2003, p.70).

Percebe-se que o direcionamento do ensino para mulheres estava relacionado às áreas historicamente destinadas a ela no âmbito familiar. Para Louro (2004) a lógica da sociedade no início do século XX é de que as mulheres precisavam ser muito mais educadas do que instruídas, para que assim pudesse desempenhar as suas atividades no âmbito doméstico. Já para Perrot (2007),

é preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... (PERROT, 2007, p. 93).

Observa-se que o principal objetivo era preparar a mulher para o casamento, e com ele o desenvolvimento das atividades para quais elas eram preparadas desde a infância, ser dona de casa e mãe. Assim, pode-se afirmar que essa mobilização para a educação da mulher, antes totalmente relegada a qualquer instrução, não tinha no seu cerne a ideia de formá-la para o trabalho ou

de possibilitar as egressas algum tipo de autonomia. E sim, a perspectiva de qualificá-la para o papel maternal que a sociedade lhes atribuía.

Assim, a proposta de modernização do país, que ganhou força com o início do século XX, apresentava como modelo de educação profissional para as mulheres, o ensino profissional voltado ao trabalho no lar, como dona de casa ou empregada doméstica especializada, na indústria e no comércio. O ensino profissional feminino, aparece como oferta de educação, voltado as meninas pobres e de classe média baixa (BONATO, 2003).

Bonfim (2009) destaca que as mulheres burguesas eram valorizadas pela maternidade, pelo cuidado com a saúde dos filhos, pela beleza, elegância e submissão. Continuavam a ser inferiorizadas em relação aos homens e tinham sua capacidade intelectual questionada. Já as mulheres de classes populares, além de serem inferiorizadas em relação aos homens, eram também inferiorizadas em relação as mulheres burguesas, pois desempenhavam trabalhos mal remunerados, eram responsáveis pelo lar e não possuíam condições objetivas de alcançarem os atributos valorizados na mulher burguesa, como a delicadeza, a fragilidade e recato.

Em 23 de setembro de 1909 é instituída oficialmente a educação profissional através do Decreto-Lei nº 7.566, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha. Essas tinham caráter assistencialista e eram destinadas às camadas mais pobres da população. Os esforços do governo federal, em relação as iniciativas de educação profissional com o Decreto de 1909, eram voltados especialmente ao público masculino. A educação profissional feminina se destacou após este período, através de iniciativas dos estados e do Distrito Federal (FONSECA, 1961).

No Rio de Janeiro as Escolas Profissionais Femininas foram criadas através do Decreto nº 838 de 20 de outubro de 1911, que previam a inauguração de vinte escolas profissionais, sendo dez para o sexo feminino, para funcionarem nos moldes dos Institutos Profissionais que já existiam. Porém, só começaram a funcionar em 1913, ano em que foram inauguradas a 1ª e a 2ª Escola Profissional Feminina do Distrito Federal (BONATO, 2003).

De acordo com Bonato (2003), essas escolas ofertavam um currículo que continha: ginástica, aula primária, desenho, higiene profissional, música, economia doméstica e estenografia e datilografia, além de oficinas, que

ocupavam a maior carga horária. As oficinas ofertadas eram de coletes, costura e chapéu, bordado, flores, engomar (passar roupa), culinária, datilografia e lavanderia.

Vale salientar, que assim como acontecia na educação profissional masculina, a educação voltada para as mulheres também era destinada às camadas mais pobres da população, com o intuito de formá-las para o lar, a indústria e o comércio. Entretanto, não objetiva apenas preparar a trabalhadora para fábricas e magistério, mas prepará-la para reforçar as tarefas do lar, com aspectos de moralização e civilização. (REIS; MARTINEZ, 2012).

As Escolas Profissionais Femininas ofertavam cursos como modelagem, desenho, pintura, gravura, fotografia, escritura mercantil, costura de mão e a máquina, rendas a mão e a máquina, flores e as suas aplicações, chapéus, coletes, etc. Assim, observa-se que apesar do avanço das escolas femininas, pouco altera o que diz respeito as áreas ocupadas pelas mulheres, concentrando-se nos serviços domésticos, trabalhos na cozinha, cuidados com as crianças e magistério (BONATO, 2003).

Assim, neste início do século XX, a educação voltada as classes menos favorecidas, compreendia o ensino primário, normal e técnico profissional. As meninas oriundas das classes mais abastadas estudavam nas escolas particulares no Rio de Janeiro, idiomas, ciências e belas artes, enquanto aquelas pertencentes as famílias mais pobres, a educação era direcionada ao trabalho, visando qualificar a mão de obra feminina, salientando que essas mulheres deveriam ser qualificadas para aquelas atividades compatíveis com a sua natureza feminina (BONATO, 2003).

Reis e Martinez (2012) defendem que não foi negado as mulheres a profissionalização, desde que ela estivesse ligada aos trabalhos domésticos e as atividades consideradas próprias das mulheres. A educação profissional foi prevista para ambos os sexos, mas, em escolas distintas. Aos homens foi destinado a formação para o trabalho na indústria, e às mulheres para o lar e para prendas manuais que possam auxiliar na renda familiar. A educação profissional da mulher lhe possibilitava mais qualificações, no intuito de melhorar a reputação perante a sociedade e a um possível pretendente.

É mister considerar que a transformação do espaço da mulher na sociedade acontece de forma tímida. Bonato (2003) acrescenta que a expansão

da educação da mulher não aconteceu sem resistência, sob o argumento de que as mulheres já trabalhavam sem precisar de formação, alguns viam o recurso investido nas escolas profissionais femininas, como desperdício de recurso público. Reis e Martinez (2012) acrescentam que, enquanto a educação profissional masculina foi regulamentada de forma nacional, através do Decreto de 1909, as políticas da educação profissional feminina ficaram a cargo dos estados e do Distrito Federal e foram implementadas posteriormente.

No que se refere ao ensino superior, Beltrão e Alves (2009) destacam que, embora as mulheres estivessem aumentando a sua participação, ainda representavam um percentual irrisório neste nível de ensino. No Distrito Federal até o ano de 1912 não chegaram a ocupar 1,5% das matrículas no ensino superior.

A década de 1920 é marcada pela efervescência da temática da educação e neste período grandes iniciativas educacionais se destacaram. As reformas educacionais que ficaram a cargo dos estados, tinham o objetivo de ampliar o acesso à educação. Apesar da existência do ensino superior no país, ofertado por faculdades, apenas em 1920 é instalada a primeira Universidade no Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Porém, o avanço na ciência só aconteceu de fato com a fundação da Universidade do Estado de São Paulo em 1934 (LETA *et al.*, 2006).

Saffioti (2013) destaca que até 1930 as mulheres não haviam ainda conquistado o seu espaço no ensino superior e apresenta alguns dados do ano de 1929 que apontam para uma tímida participação das mulheres no número de concluintes do ensino superior. As mulheres eram apenas 4 dos 613 que concluíram o curso de medicina, 1 dentre os 213 que se formaram engenheiros civis e 2 entre os 403 que se formaram em Ciências Jurídicas e Sociais. Os dados apresentados pela autora mostram ainda, que nos demais cursos de engenharia, não haviam mulheres formadas.

Em 1922 é fundado o movimento intitulado Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Rio de Janeiro, que tinha como um de seus objetivos promover a educação da mulher e elevar o seu nível de instrução, liderado pela feminista Bertha Lutz (TELES, 1993). No mesmo ano acontece a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino no Rio de Janeiro, convocada por Bertha Lutz, bióloga formada pela Universidade Sorbone, ela ocupou um alto cargo no Museu

Nacional, sendo uma das mulheres de destaque nesse período. A Conferência tinha como tema geral, a colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher, no bem social e aperfeiçoamento humano. E como um dos objetivos o grupo pretendia deliberar sobre questões práticas de ensino e instrução feminina. Dentre os participantes da Conferência, tínhamos diretores das escolas profissionais femininas, inclusive do estado de São Paulo (BONATO, 2008).

As escolas profissionais eram bem aceitas e inclusive reivindicadas pela sociedade, Reis e Martinez (2012) apresentam a Escola Nilo Peçanha, fundada em 1922, na cidade de Campos, Rio de Janeiro, onde eram ofertadas oficinas de costura, bordados e rendas, chapéus e cozinha. Muitas egressas passavam a exercer a função de professora.

Para as mulheres o ensino profissional feminino desempenhava o papel de prepará-las para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do futuro marido e dos possíveis filhos.

As escolas profissionais também propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, tendo agora qualificação para trabalhar fora de casa, como professoras, como muitas egressas da Escola Profissional Feminina o fizeram, ou até mesmo confeccionando produtos para serem vendidos por elas próprias ou recebendo pela confecção de prendas, sem sair de casa (REIS; MARTINEZ, 2012, p. 43).

Entre 1906 e 1920 a presença das mulheres avança, em especial na área do vestuário, em atividades como costura, acabamento e bordados, e no magistério (BONATO, 2003).

Para Menezes *et al.* (2009) a crise econômica de 1920 estimulou o trabalho da mulher, possibilitando àquelas que não conseguissem casar, desempenhar alguma atividade que lhes permitisse o sustento, não sendo um fardo para as famílias. O maior campo de atuação continuava a ser o magistério infantil, para que pudessem lecionar nas escolas femininas.

A partir dos anos de 1930, cursos técnicos de datilografia e taquigrafia começam a ser bastante procurados por mulheres. Apesar do avanço na oferta das escolas, elas ainda eram insuficientes, existiam longas filas de espera para ingressar nas escolas profissionais (BONATO, 2003).

Ainda nesse clima de modernização e mobilizações em prol da educação nacional, tem destaque o movimento pela chamada Educação Nova, ganhando força na década de 1930. Em 1932, temos o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que faz uma crítica as reformas isoladas que aconteceram nesse período e a falta de espírito filosófico e científico. O Manifesto apresenta novas ideias para a educação, propondo uma política educacional unificada em todo o país. O movimento propõe educação pública, única, laica, gratuita e obrigatória, que atenda aos interesses dos indivíduos e não aos interesses de classe.

Em relação a participação da mulher na educação, o movimento traz a proposta de uma educação unificada para ambos os sexos, sem separações, a não ser aquelas que se relacionem as aptidões psicológicas e profissionais. Podemos elencar também a defesa pela formação profissional, incluindo as propostas de educação industrial, assim como o incentivo ao desenvolvimento de áreas científicas no ensino superior, para além das profissões liberais já desenvolvidas no Brasil. O Manifesto defende também a formação de pesquisadores no ensino superior (AZEVEDO *et al.*, 2010). Neste período tem início o processo de ingresso de um número significativo das mulheres nos cursos superiores (MENEZES *et al.*, 2009).

A Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho, apresenta avanços no que se refere ao reconhecimento da mulher como cidadã. A partir desta Constituição a mulher tem o direito ao voto. A legislação também prevê a igualdade, sem distinções de sexo, assim como o acesso das mulheres aos cargos públicos e proíbe diferenças salariais por motivos de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Na área da educação, a Constituição prevê que cabe a União traçar diretrizes para a educação nacional (BRASIL, 1934).

Leta (2003) aponta para a ausência de estudos e de sistematização de dados no que diz respeito ao desenvolvimento da mulher na ciência brasileira e de sua inserção no campo profissional. Porém, podemos identificar alguns nomes que se destacaram na ciência e na pesquisa, através das edições do projeto Pioneiras da Ciência, que apresentaremos na terceira seção. Nomes como Carmem Portinho, terceira mulher a se graduar em Engenharia Civil em 1925; Carlota Pereira de Queiroz, graduada em medicina no ano de 1926; e Nise da Silveira, médica de destaque que foi admitida no curso de medicina em 1921,

apontam para o avanço da participação da mulher, porém ainda eram casos isolados e que conviviam com muita resistência e preconceito da sociedade.

Em novembro de 1937 é instaurado o Estado Novo, com a Constituição de 1937, que traz um retrocesso no que diz respeito a Constituição anterior, reprimindo direitos e trazendo a censura. Em relação ao papel da União com a educação, a Constituição prevê no inciso IX, do artigo 15: “fixar bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e juventude” (BRASIL, 1937). Percebe-se, assim, a marca do conservadorismo e do autoritarismo presente durante este período da história brasileira.

Neste cenário conservador, temos na área educacional a Reforma Capanema em 1940, no que diz respeito a educação das mulheres, a reforma revoga a coeducação defendida pelos educadores da Escola Nova, e determina que a educação das mulheres deve se dar em ambientes separados dos homens, e quando houver estabelecimentos mistos, as aulas devem acontecer em salas exclusivamente femininas (HORTA, 2010). A concepção defendida na reforma é de que a educação da mulher difere da educação masculina, devendo ser voltada para a vida do lar, conforme observamos no artigo 25 do Decreto Lei Nº 4.224, de 09 de abril de 1942,

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942).

Assim, observa-se que neste período há um retrocesso frente aos avanços que as mulheres haviam conseguido na última década que apontamos anteriormente.

Em 1946, com o fim do Estado Novo, a quinta Constituição apresenta de volta alguns direitos individuais. No que se refere a participação da mulher na sociedade, temos de volta o artigo que proíbe diferenciação salarial por idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, assim como retorna nos moldes da Constituição de 1934 o artigo que prevê a formulação das diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1946).

Após treze anos tramitando no Congresso, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 4.024 foi aprovada em 20 de dezembro de 1961. No dispositivo legal, é feita a menção à distinção entre sexo, apenas no artigo 26, que se refere ao ensino primário. Em seu parágrafo único o artigo prevê que, “os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade” (BRASIL, 1961).

De acordo com Beltrão e Alves (2009), é com a LDB de 1961, que as mulheres têm maior chance de ingressarem no ensino superior, pois permite que as mulheres oriundas do magistério prestem vestibular. Assim, temos nos anos de 1970 um crescimento significativo da participação das mulheres no ensino superior. Martins (2009) destaca que o período entre 1945 e 1965 foi de intenso crescimento do ensino superior no país.

No início da década de 1960 o ensino superior, em evidência e em expansão, origina um movimento que lutava pela realização de uma reforma universitária, com ampla participação da sociedade acadêmica, como alunos, docentes, pesquisadores. Com a implantação do Regime Militar no país em 1964, temos a extinção da União Nacional dos Estudantes, ataques as organizações estudantis das universidades e a previsão de punições aos estudantes, professores e funcionários que realizassem atividades contrárias ao regime (MARTINS, 2009).

Segundo Alves e Oliveira (2014), para minar os focos de resistência ao regime que se instalavam nas universidades, foram realizadas pequenas reformas que funcionaram como base para a Reforma Universitária instituída em 1968. O governo militar instituiu por meio da Lei nº 5.640 de 1968 uma Reforma Universitária que objetivava adaptar o ensino superior às metas previstas para o desenvolvimento nacional e ampliar o acesso a este nível de ensino, mas com o menor custo financeiro. Este fato acarretou o estímulo a criação de universidades

particulares. Entretanto, a reforma de 1968 trouxe a modernização para as universidades federais, a articulação entre ensino e pesquisa, a institucionalização da carreira acadêmica, e demandou a criação de uma política nacional de pós-graduação, que impulsionou o programa de iniciação científica e a formação de novos pesquisadores (MARTINS, 2009).

O movimento da Reforma Universitária de 1968 trouxe a institucionalização da pós-graduação no país, que se regulamentou através dos três Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG, o primeiro aprovado em 1975, o segundo em 1982, e o terceiro já na Nova República, data de 1986. Porém a Reforma trouxe como consequências a desmobilização política dos estudantes, a racionalização acadêmica, administrativa e tecnicista, e dificuldades no que se refere à qualidade da educação ofertada (ALVES; OLIVEIRA, 2014).

A Constituição aprovada em janeiro de 1967, durante o Regime Militar no Brasil, foi emendada por inúmeros Atos Institucionais – AI's, marcados pelo autoritarismo e cerceamento de liberdades políticas. A Carta Magna de 1967 mantém os direitos a igualdade, sem distinção de sexo e proíbe, além da diferenciação salarial, já prevista nas anteriores, critérios de admissão que diferenciem trabalhadores por sexo, cor e estado civil (BRASIL, 1967). Entretanto, esse período foi marcado pelo conservadorismo, atribuindo a diferenciação entre homens e mulheres, e os papéis que cabem as mulheres socialmente.

Em 1971, temos a aprovação de uma reforma educacional, sendo uma nova versão da LDB, porém essa legislação não faz menção às mulheres ou a diferenciação sobre sexo. A Reforma de 1971 concentra mudanças no ensino profissionalizante, tornando o ensino de segundo grau, obrigatoriamente, profissionalizante (MOURA, 2010).

Leta *et al.* (2006), apresenta alguns dados a respeito da participação das mulheres na educação nos anos de 1970. As mulheres tinham se equiparado aos homens nos três níveis de ensino apresentados. No ensino fundamental as mulheres representaram 49,7%, no ensino médio 49,4% e no ensino superior ela apresenta o dado de 1972, onde as mulheres representaram 46,6%. Porém, a autora aponta que ainda em 1970, as mulheres eram apenas 21% da População Economicamente Ativa – PEA.

Entretanto, com o aumento da escolaridade das mulheres e a intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho, nos anos de 1970, há uma falsa sensação de que a desigualdade entre homens e mulheres não é mais um problema social, como apresenta Pinto, Junior e Luz (2009):

Na área pública, as condições de acesso mostram-se *a priori* superadas, devido à imposição legal de concurso público, a que estão submetidas todas as empresas e instituições. Entretanto, as formas sutis de desigualdade, tacitamente estabelecidas, escapam ao arcabouço legal vigente, expressando-se de forma clara no número reduzido de mulheres que chegam ao topo da pirâmide hierárquica. (PINTO; JUNIOR; LUZ, 2009, p. 402).

Assim, embora a diferenciação entre homens e mulheres não acontecesse mais por meio das legislações educacionais, a sociedade ainda não se configurava como local de igualdade entre os sexos.

A década de 1980 foi marcada pelos movimentos sociais e, de acordo com Biroli (2018), o movimento feminista e de mulheres tem forte atuação na luta pela construção de políticas para mulheres no país. Farah (2004) afirma que como resultado desses movimentos, temos neste período as primeiras políticas com recorte de gênero, a exemplo do Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985. As duas políticas foram estaduais e desenvolvidas pelo estado de São Paulo. A nível nacional, ainda em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com a Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de promover políticas para a eliminação da discriminação contra a mulher e assegurar condições de liberdade e de igualdade de direitos, além de incentivar a sua participação política, econômica e cultural.

Segundo Biroli (2018), em 1986 aconteceu o Encontro Nacional Mulher e Constituinte, que culminou na elaboração de um documento intitulado “Carta das mulheres aos constituintes”, na qual reivindicavam a inclusão de direitos para as mulheres na Constituição em diversas áreas, dentre elas trabalho, educação e cultura.

Com a redemocratização do país e a efervescência de vários grupos da sociedade civil, temos em 1988 a aprovação da Constituição Cidadã. Foi reforçada a igualdade em direitos e deveres entre homens e mulheres, e prevista ainda proteção do mercado de trabalho da mulher, no artigo 7º. A educação

passou a ter lugar de destaque na Carta Magna de 1988, sendo prevista também o acesso à cultura, a educação e a ciência, sendo acrescentado ainda pela Emenda Constitucional nº 85/2015, a tecnologia, pesquisa e inovação (BRASIL, 1988).

Ao assumir a presidência Fernando Collor de Melo, em 1990, defende a redução do papel do Estado, reduzindo as atribuições do então CNDM (FARAH, 2004). Na transição para o governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos algumas tentativas de estruturação e fortalecimento do CNDM, entretanto, o Conselho não recebeu orçamento que permitisse essa reestruturação. Apenas no final do governo de Fernando Henrique foi criada a Secretaria dos Direitos da Mulher – SEDIM, subordinada ao Ministério da Justiça (BIROLI, 2018).

No que se refere as legislações relacionadas a educação no período pós Constituição, temos a LDB aprovada em 1996, que traz elementos e princípios norteadores para a execução da Política Nacional de Educação, porém, não especifica em seu corpo, ações ou iniciativas específicas para as mulheres.

Diante do exposto, apesar das legislações apontarem desde a primeira metade do século XX a previsão para educação das mulheres, observamos que a sua inserção na educação brasileira foi marcada por fatores como preconceito, proibição legal e diferenciação frente a educação masculina.

Contudo, o acesso das mulheres brasileiras à educação, foi um processo de ruptura com um código moral já instituído na sociedade. O sistema patriarcal possibilitou o desenvolvimento de uma cultura de supervalorização masculina e de ausência das mulheres em diversos espaços sociais, que necessita ser reafirmada através de políticas públicas (SILVA, 2019). Assim, embora as mulheres tenham alcançado um percentual mais equilibrado junto aos homens ainda na década de 1970, no ensino fundamental, médio e superior, ainda são minoria nos espaços de decisão. Como apresenta Rezende (2020), a mulher ainda tem baixa representatividade em cargos de chefia e direção, nos setores públicos e privados. São minoria no legislativo, no executivo e no judiciário.

A ampliação do acesso das mulheres à escola, que aconteceu ao longo do século XX, possibilitou as mulheres uma certa vantagem nos índices educacionais, se comparadas com os homens, porém essa vantagem não se reflete no mercado de trabalho (BRASIL, 2009). A chamada “feminização do mercado de trabalho”, que ocorre desde a década de 1990, trouxe um aumento

significativo da participação das mulheres, porém, a concentração das mulheres nas ocupações marcadas pela informalidade e pela ausência de proteção social, ainda é uma realidade. A ocupação de postos de poder e decisão continuam sendo um grande desafio para as mulheres. Assim, a participação deste público no mundo do trabalho é marcada pela desigualdade territorial e hierárquica. Para Silva e Azevedo (2012, p. 251) “as últimas décadas do século XX, especialmente os anos 1990, foram marcadas pela globalização da economia mundial, selando também um processo emergente de evolução tecnológica, cuja base organizou-se em torno da informação, compreendida como a revolução tecnológica.”

Para Alves (2016), apesar do Brasil ser reconhecido como um país com as legislações mais avançadas do mundo, a igualdade de gênero não foi alcançada na prática e nem em todas as esferas. Assim, observa-se que o movimento pela igualdade de gênero precisa adentrar o aspecto cultural e comportamental da população, para que se consiga transformar a sociedade e colocar em prática o que legalmente já é previsto. Considerando essa dificuldade, é importante a adoção de políticas de paridade entre homens e mulheres em diversas áreas, assim como em instâncias de poder e representatividade.

A partir do histórico apresentado nesta seção, é possível compreender o processo social e cultural que permeia a inserção da mulher na educação brasileira. A partir dessa contextualização, iremos discutir as políticas de educação e trabalho para mulheres no século XXI, através da análise dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres que realizaremos na próxima seção.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MULHERES NO BRASIL NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

O século XXI será das mulheres! Quem avisa são os filósofos. De fato, elas estão em toda a parte, cada vez mais visíveis e atuantes. Saíram de casa, ganharam a rua e a vida. Hoje trabalham, sustentam a família, vêm e vão, cuidam da alma e do corpo, ganham e gastam, amam e odeiam. Quebraram tabus e tradições. Não é pouco para quem há cinquenta anos só tinha um objetivo na vida: casar e ter filhos. [...] para que o século XXI seja delas, de todas elas, é preciso compreender os passos dados, corrigir rotas, sair de si próprio e pensar no coletivo.
(DEL PRIORE, 2013, p. 5).

Esta terceira seção tem como objetivo discutir os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM's), instituídos no Brasil no início do século XXI, com ênfase nas iniciativas voltadas à educação, trabalho e ciência no Brasil. A discussão gira em torno das principais políticas voltadas para este público nos últimos vinte anos, destacando os desdobramentos dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres em programas, projetos e ações, em especial àqueles nas áreas de educação e formação técnica e científica.

A epígrafe introdutória foi retirada do livro “Histórias e Conversas de Mulher”, (DEL PRIORE, 2013) e aponta que as mulheres ganharam espaço no fim do século XX e início do século XXI, conforme discutimos na seção anterior deste trabalho. Entretanto, destaca que há ainda muito a ser feito, para que de fato o século XXI seja de todas as mulheres. Para “corrigir rotas”, transformar a realidade, conforme já discutimos, são necessárias políticas públicas que tenham esse objetivo.

Como apresentado na seção anterior, as últimas décadas do século XX foram períodos de grandes transformações sociais, resultado de lutas e disputas políticas que permitiram aos movimentos sociais visibilidade e ganhos no que se refere às conquistas legais, sobretudo no Brasil, após a aprovação da Constituição Federal de 1988, que prevê em seu inciso I, do artigo 5º, igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

Entretanto, Alves (2016) analisa que, embora a conquista legal da igualdade de gênero tenha chegado ao país, as desigualdades e práticas discriminatórias ainda estão presentes. As mulheres no Brasil, apresentam

menor participação no mercado de trabalho, maior concentração nas relações trabalhistas informais e menor remuneração se comparada aos homens,

contribui para este fato, não apenas as discriminações inerentes ao mercado de trabalho, mas também as permanências culturais e sociais da divisão sexual entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e as dificuldades práticas e institucionais de conciliação entre família e emprego (ALVES, 2016, p. 631).

Ainda segundo o autor, a divisão sexual do trabalho sobrecarrega as mulheres, que encontram dificuldades para usufruir do seu direito ao emprego. Assim, defende que as políticas públicas que tenham como objetivo a equidade entre homens e mulheres, devem considerar estas especificidades, para a curto prazo desenvolver políticas de conciliação família-trabalho. Para que, de igual modo, provoquem a participação dos homens nas atividades domésticas e familiares, além do enfoque em políticas afirmativas que possibilitem romper as barreiras impostas às mulheres, que devido às atividades de reprodução da vida social, tem maior dificuldade de progredir verticalmente em suas carreiras, e assim, ficam de fora do acesso ao topo das estruturas de trabalho e de poder. Para Alves (2016),

o desenho das políticas públicas deve levar em conta os estereótipos e a violência de gênero [...] os serviços sociais – como educação, saúde, moradia, água e saneamento básico – devem considerar as necessidades específicas das mulheres e das crianças, além de garantir o poder de ação, de voz e de participação das mulheres na elaboração e execução das políticas públicas (ALVES, 2016, p.634).

Assim, as políticas públicas voltadas para as mulheres, devem ter participação delas e para que sejam eficazes é necessário a compreensão do contexto social em que estão inseridas, considerando as dinâmicas domésticas e os papéis que elas desempenham socialmente. Um processo de emancipação das mulheres, que proporcione equidade, não pode ser visto apenas através de ações que promovam igualdade entre os homens e mulheres, desconsiderando a história e a cultura, pois para promover alterações no contexto social precisamos ultrapassar ações que proponham igualdade aos desiguais, é necessário considerar os contextos e nuances que possibilitem a equidade nas políticas elaboradas para este público.

De acordo com a professora Maria Lygia Quartim de Moraes, o movimento feminista nos fins dos anos de 1990 passou por um processo de ruptura interna. O movimento se fragmentou e isso fragilizou a luta feminista, tão em ênfase no final do século XX. Entretanto, considerando os grandes avanços legais que tivemos com a promulgação da Constituição de 1988, foi um período de conquistas para o movimento (MORAES, 2020).

Como parte da sociedade em transição, o movimento feminista passa também por transformações nesse novo século. Com um histórico de grandes conquistas no século XX, resultado de intensa luta do movimento, algumas mudanças aconteceram no que se refere ao papel da mulher na sociedade, mas muito ainda precisa ser feito. Assim, o movimento feminista no século XXI se amplia e cada vez mais se coloca como um movimento de engajamento político, que objetiva transformação cultural, abrangendo também outras demandas, como as questões sexuais, o que agregou ao movimento o engajamento de outros atores como o movimento LGBT, movimentos antirracistas, aglutinando assim atores que lutam por uma sociedade mais justa.

3.1 AS MULHERES NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Como já discutido anteriormente, as políticas públicas são respostas para problemas sociais que, de acordo com Saraiva (2006), objetivam dentre outros aspectos consolidar a democracia. Assim, para compreender as políticas para mulheres nas duas primeiras décadas do século XXI, é necessário conhecer o contexto social e político que permeou o país neste período. Assim, discutiremos brevemente alguns fatos e acontecimentos que impulsionaram e possibilitaram a inclusão das políticas para mulheres na agenda governamental do país.

Segundo Biroli (2018), no ano de 2001 o governo brasileiro é responsabilizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela omissão no caso emblemático de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu violência física e psicológica e tentativas de assassinato cometidas pelo marido. O caso teve repercussão internacional, pois foi levado à Comissão Internacional de Direitos Humanos no ano de 1998, por iniciativa da própria vítima, com apoio de algumas organizações feministas, e resultou na responsabilização e recomendações para que o país elaborasse legislação adequada para o caso.

Este momento foi de grande importância para o movimento feminista, que iniciou no ano de 2002, discussões que culminaram na elaboração do projeto que deu origem a Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 – conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e já foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como a terceira melhor legislação contra a violência doméstica do mundo.

No ano de 2002, em Brasília, aconteceu a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), organizada por articulações, redes e entidades feministas, incluindo a União Brasileira de Mulheres (UBM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais, Comissão Nacional sobre Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores, Rede de Mulheres no Rádio, entre outras. A CNMB tinha como objetivo a aprovação de uma Plataforma Política Feminista, especialmente direcionada aos candidatos as eleições de 2002. A plataforma foi resultado de uma mobilização iniciada em todo o Brasil, que contou com a participação de 5.200 ativistas nas 26 conferências estaduais (ROCHA, 2004).

Para elaboração da Plataforma foram discutidos eixos como: democracia política, Estado democrático e justiça social, inserção do Brasil no cenário internacional, democratização da vida social e liberdade sexual e reprodutiva. A Plataforma aprovada na CNMB objetiva fortalecer a democracia participativa, levantando propostas de superação das desigualdades de gênero, raciais/étnicas, econômicas e sociais (JORNAL FÊMEA, 2002).

De acordo com Carneiro (2003), a Plataforma foi um marco para o movimento feminista brasileiro,

reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio, sendo gestada [...] coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias[...] (CARNEIRO, 2003, p. 126).

Assim, o movimento incorpora todas as questões e dificuldades que permeiam a realidade de todas as mulheres, independente da região em que vivem, raça e orientação sexual, trabalhando na perspectiva de justiça

democrática e de um novo marco civilizatório, se posicionando coletivamente contra a ordem neoliberal.

Como consequência da mobilização das mulheres, temos ainda no ano de 2002 a criação da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM), vinculada ao Ministério da Justiça. Assim, as políticas de defesa e garantia dos direitos da mulher que eram competência da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, passa a ter uma secretaria específica.

No cenário internacional, tivemos alguns acontecimentos de grande impacto, especialmente no tocante às áreas culturalmente marcadas pelo público masculino. A realização da *1ª International Conference on Women in Physics*, ainda em 2002, repercutiu no Brasil com a criação da Comissão de Gênero no âmbito da Sociedade Brasileira de Física (SBF), no ano de 2003. No seguinte tivemos a realização da Conferência de Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida (LIMA, 2017).

No ano de 2003 tivemos a ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que trazia em seu plano de governo a temática da mulher e das minorias, apresentando dentre outras questões, ações de enfrentamento a discriminação das mulheres, a ampliação das conquistas das mulheres e a atuação na construção de uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres. Neste período, as políticas sociais passam a ter um papel de destaque no estado brasileiro, sendo investidos recursos em áreas como educação, saúde e minorias. Para Biroli (2018) foi um momento de permeabilidade inédita do movimento feminista no país, considerando que o PT tinha como base os movimentos sociais.

Ao assumir o governo, em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui, por meio da Medida Provisória nº 103, a Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal (SPM), com status de ministério e sob o comando da ministra Emília Fernandes, a Secretaria é regulamentada com a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e substitui a antiga SEDIM.

No mesmo ano da criação da SPM, temos ainda o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência do governo federal que unificou programas já existentes como o Bolsa Escola e o Vale Gás. Instituído por Medida Provisória em 2003 e transformado na Lei nº 10.836 em 09 de janeiro de 2004, o Programa de transferência de renda que tem como objetivo alívio imediato da

condição de pobreza das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioriza as mulheres como responsáveis legais pelo benefício. Esta ação tem como fundamento a valorização do papel da mulher e sua participação nas decisões familiares que, historicamente ficaram submissas aos homens, em especial nas decisões financeiras, pois em sua maioria, devido ao contexto já apresentado anteriormente, são dependentes financeiramente deles. Entretanto, considerando que essa responsabilização das mulheres reforça o papel de cuidadora da família e responsável pelos cuidados da casa, existem críticas a esta ação,

[...] Este é o grande paradoxo instituído pelo programa: pode contribuir para favorecer a capacidade de decisão das mulheres sobre a renda, ainda que limitada, mas reforça suas atribuições como mãe, no contexto de limitação da ação do Estado na reprodução social, da precariedade dos serviços de saúde e de educação [...] elas são cobradas e responsabilizadas não só pelo bem-estar das crianças, como pela manutenção da renda, uma vez que podem perder o benefício se não cumprirem o que as regras determinam. Elas não são o sujeito prioritário a quem o programa se destina; são os sujeitos por meios dos quais ela se realiza (AMB, 2011, p. 58).

Assim, podemos observar que, embora o PBF tenha como viés priorizar a titularidade dos benefícios para as mulheres, a fim de possibilitar a sua autonomia, em especial a financeira, há o reforço do papel da mulher no trabalho reprodutivo, sendo responsabilizada pelos cuidados das crianças, reforçando a divisão sexual do trabalho doméstico.

O estudo “Impacto da Crise sobre as mulheres”, realizado pelo Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, analisa os impactos da crise econômica mundial de 2008 no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o estudo,

[...] em situações de perda de emprego/ocupação no núcleo familiar [...], há maior probabilidade de que as mulheres retornem às suas casas e se responsabilizem pelas atividades domésticas do que os homens, seja pelo fato de que trabalhavam em pequenos empreendimentos familiares que não sobreviveram à crise, seja porque a perda de rendimento familiar impossibilitou a manutenção de uma trabalhadora doméstica que desenvolvia atividades que agora deverão ser desempenhadas por ela – ao passo que a trabalhadora doméstica dispensada também pode voltar para a “inatividade”. Aos homens usualmente cabe continuar no mercado de trabalho, em busca de emprego e renda para sustento da família, permanecendo, portanto, economicamente ativos (IPEA, 2009, p.45).

Os dados da Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, ilustram a citação acima, na medida que aponta um aumento das mulheres como pessoa que cuida responsável pelos afazeres domésticos no período analisado. Nos anos de 2006 e 2007, os homens tinham o percentual de 34,7% e as mulheres 65,3% nas responsabilidades com os afazeres domésticos. Já no ano de 2008, o percentual das mulheres atinge 67,1% e o dos homens retrai para 32,9% (IBGE, 2007; IBGE, 2008; IBGE, 2009).

O estudo do Observatório discute, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED do IBGE, que o ritmo de queda na taxa de desemprego diminui no período entre setembro de 2008 e abril de 2009 (oito meses após os primeiros efeitos da crise no Brasil) e a PEA feminina tem um crescimento menor que a masculina, revertendo a tendência que vinha acontecendo no país. Porém, a taxa de desemprego entre os homens, que fica nesse período em 24%, se apresenta maior do que entre as mulheres que atinge 11,2%, segundo os dados do IBGE apresentados no estudo. O que aponta para uma tendência das mulheres de se retirarem do mercado ou da busca pelo emprego, assumindo funções domésticas e familiares, concentrando-se no trabalho não produtivo.

Assim, de acordo com Biroli (2018), a mulher sai do mercado de trabalho para assumir as atividades não remuneradas que realiza no âmbito doméstico, e permitir que os homens tenham tempo livre para o trabalho remunerado. A autora afirma que a organização das famílias tem mudado, mas as meninas e mulheres continuam sendo as responsáveis pelas atividades domésticas.

Cisne (2012) problematiza que esta naturalização do trabalho doméstico como sendo dom ou habilidade inerente as mulheres, e o seu caráter de gratuidade por não se “configurar” como trabalho, é funcional aos interesses do capital, pois ele diminui o custo de reprodução da força de trabalho, uma vez que essas atividades, se não fossem realizadas de forma gratuita pelas mulheres, necessitaria de investimentos do Estado. Para a autora, este trabalho gratuito também possibilita que o salário mínimo seja sempre menor do que deveria.

De acordo com Federici (2017), esse processo de desvalorização do trabalho da mulher tem origem ainda nas sociedades europeias pré-capitalistas, a partir do momento que os métodos contraceptivos utilizados são criminalizados

e a mulher não possui mais autonomia sobre o seu corpo. Passam a ser consideradas não trabalhadoras e deveriam permanecer no âmbito doméstico realizando atividades que não eram caracterizadas como trabalho e sim tarefas domésticas, e apenas ajudar os maridos na produção. Assim, culturalmente as mulheres não possuíam condições de sobrevivência se não intermediadas pelo homem, fosse ele o pai ou esposo.

Assim, o processo de feminização do mercado de trabalho, que vinha ocorrendo desde o final dos anos 1990, sofre impactos provocados pela crise econômica mundial de 2008. A desaceleração desse processo, como vimos acima é influenciado pelo capital e pela formação de uma cultura de desvalorização do trabalho das mulheres. Pois, “a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, sua segmentação por sexo e suas desigualdades determinam a forma como o emprego masculino e feminino variam em contexto de retração econômica” (IPEA, 2009, p. 52). Dessa forma, apesar da ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, observamos que elas estão mais vulneráveis e instáveis. Em momentos de crise, elas são as primeiras a abrirem mão dos seus empregos para assumir atividades domésticas e familiares.

Entretanto, a partir dos dados que apresentamos na Tabela 01, que se referem ao período posterior ao estudo, com dados mais recentes, podemos observar que esse processo de feminização foi retomado.

Tabela 01 – Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil

INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO, SEGUNDO SEXO (2012-2019)								
Ano	Taxa de participação (%)		Nível de ocupação (%)		Taxa de formalização (%)		Taxa de desocupação (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2012	73,2	50,7	68,9	46,1	59,4	57,4	6,0	9,1
2013	73,2	51,3	68,9	46,6	60,3	58,9	5,8	9,1
2014	72,5	50,9	68,4	46,6	61,3	60,5	5,7	8,5
2015	73,0	51,5	67,6	46,1	61,5	60,5	7,5	10,5
2016	72,5	52,0	65,1	45,2	60,9	61,1	10,5	13,1
2017	72,5	52,7	64,6	45,0	59,2	59,3	10,7	14,6

2018	72,0	52,9	64,3	45,6	58,6	58,4	10,6	13,8
2019	72,5	53,7	65,5	46,1	58,5	58,3	9,6	14,1

Elaboração própria (2021).

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A análise dos dados apresentados acima, nos possibilita observar que a taxa de participação das mulheres nas atividades econômicas aumentou em 3%, entre os anos de 2012 e 2019, enquanto a dos homens teve uma retração. É importante considerar que, mesmo com este avanço, a diferença entre homens e mulheres ainda é considerável, representando quase 19% em 2019. Entretanto, se considerarmos que, em 2012, essa diferença representou 22,5%, visualizamos um pequeno avanço. Vale destacar que esse processo de feminização do mercado de trabalho, não está diretamente ligado ao processo de emancipação e autonomia das mulheres.

De acordo com Safiotti (2013), o uso da força de trabalho feminina vem sendo funcional ao sistema capitalista ao longo da história, sob a crença de que à medida que a população de mulheres economicamente ativa aumenta, temos um maior desenvolvimento econômico-social, a força de trabalho das mulheres ganha espaço. Entretanto, a autora discute que considerando o contexto de vida das mulheres, que historicamente tem menor capacidade reivindicatória que os homens, e tem um menor custo de força de trabalho, o uso dessa força de trabalho é utilizada pelo capital para o desenvolvimento da sociedade capitalista, não apontando para a emancipação da mulher.

A entrada no mercado de trabalho traz também sobrecarga para essa mulher, que além de submetida a situações precárias de trabalho e baixas remunerações, acumula com as atividades do âmbito doméstico, visto que não houve ruptura com a responsabilização do trabalho reprodutivo (CISNE, 2012). Podemos confirmar essa situação ao analisar as sínteses de indicadores sociais do IBGE nos últimos anos, apresentados no Quadro 01, no que se refere à média semanal de horas gastas com os afazeres domésticos.

Quadro 01 – Tempo destinado aos afazeres domésticos, segundo sexo.

Quadro - Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação									
		Ano x Sexo							
		2016		2017		2018		2019	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	Total	11	20,9	10,8	20,9	10,9	21,3	11	21,4

Elaboração própria (2021).

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual.

Observa-se que a diferença na média destinadas aos afazeres domésticos, entre os sexos, se mantém no período investigado. Vale destacar que a média de horas que as mulheres destinam às atividades domésticas, representa quase o dobro do tempo que os homens destinam para esta finalidade. Esses dados nos mostram que, apesar de todas as conquistas elencadas no percurso histórico já discutido neste trabalho, as atividades domésticas continuam sendo destinadas às mulheres, mesmo quando elas atuam em empregos externos. O que aponta que a divisão sexual do trabalho doméstico ainda precisa ser superada. Esta realidade traz como consequência, dentre outras questões, a maior dificuldade das mulheres em se dedicar à sua formação, profissionalização e carreira.

No cenário político brasileiro, tivemos em 2010 a eleição da primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do país, Dilma Roussef, que foi eleita pelo Partido dos Trabalhadores. A chegada de uma mulher ao maior cargo do executivo no país foi de grande representatividade para o movimento feminista. Entretanto, dentre as críticas recebidas pela presidente, é possível observar a cultura machista e patriarcal do país, onde a competência para ocupar o cargo, foi muitas vezes, questionada por questões relacionadas a gênero.

Após a reeleição de Dilma no ano de 2014, tivemos um momento crítico no cenário político do país, uma situação de instabilidade que culminou no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef no ano de 2016. O processo, dentre outras consequências, levou ao enfraquecimento das ações no que se refere à participação da sociedade e, especialmente as políticas sociais. De acordo com Menicucci (2018), o Brasil inicia um período de grandes e rápidos retrocessos, notório no desmonte de políticas sociais, e no crescimento do

conservadorismo. Segundo a autora, o golpe de 2016 é patriarcal, machista e sexista, iniciado ainda em 2014 com violência sexual explícita praticada contra Dilma Roussef na abertura da Copa do Mundo realizada no Brasil, em que a presidente foi alvo de xingamentos.

Biroli (2018b) destaca que o golpe se coloca também como reação às conquistas das mulheres em âmbito institucional. A visibilidade das mulheres, em áreas até então não exploradas por elas, e a mudança nos estereótipos mais extremos que dificultavam a participação em espaços como a política, incomodaram. É notória essa reação quando muitos defenderam o processo de *impeachment* em nome da família tradicional brasileira.

As políticas que apontavam para avanços nos direitos das mulheres, pelo intermédio da SPM, foram estancadas e desestruturadas, conforme discutiremos na subseção destinada ao IV PNPM. Tivemos perdas significativas que se materializaram no desmonte de programas que buscavam a emancipação e igualdade de gênero, e no reforço de estereótipos das mulheres, com exaltação do seu trabalho no âmbito doméstico, especialmente com o simbolismo da primeira-dama de Michel Temer, que assume após o golpe, como exemplo de mulher “bela, recatada e do lar”. Observamos também a redução drástica da participação das mulheres nos ministérios, apenas duas nos vinte e sete ministérios do governo Temer (MENICUCCI, 2018).

Ao assumir o governo federal Michel Temer, no ano de 2016, transfere a SPM para o Ministério da Justiça e Cidadania, sob o comando de Fátima Pelaes, que foi presidente da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, e se posicionava contra o aborto, inclusive nos casos em que é legalizado. A ação teve repercussão negativa, como aponta Santana (2018),

O desmonte do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, fruto de uma fusão feita na reforma administrativa no governo Dilma, foi duramente criticado, repercutindo internacionalmente. Temer voltou atrás e recriou a Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos. Não mais com o status de ministério ou como secretarias ligadas à presidência, todas foram para dentro do Ministério da Justiça. Se antes já existiam sem a devida substância econômica, tornaram-se organismos precarizados e esvaziados na formulação das políticas públicas e, sobretudo, nos recursos para materializá-las. Acrescente-se a isso o fato de que, num governo de caráter extremamente conservador, não há ambiente propício ao processo de transversalização das políticas para mulheres, para os negros, e para a promoção dos direitos humanos,

consubstanciando-se num verdadeiro desmonte de tais políticas. Mais adiante, Temer criou um Ministério de Direitos Humanos, como uma resposta à ausência de mulheres e negros no primeiro escalão e nomeou ministra a desembargadora Luslinda Valois, medida que jamais ultrapassou o perímetro do simbólico (SANTANA, 2018, p. 173).

A autora aponta para o caráter conservador do governo e da dificuldade de materialização das políticas voltadas para as minorias. Temos um processo de desmonte do que vinha sendo construído como política nacional para mulheres que, apesar de tímidos, já apresentava avanços significativos.

Na ocasião das eleições de 2018 essa realidade não se altera, com a ascensão de um governo ultraconservador, a SPM passa a ingressar o Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando da ministra Damares Alves. A pastora se posiciona contra o aborto e a favor da presença da mulher no ambiente doméstico, como responsável pela família e pelos filhos. Envolvidas em polêmicas e criticada pelos movimentos de mulheres, Damares representa o processo de avanço do conservadorismo fortalecido com o Golpe (ASSIS; MARTINS; FERRARI, 2018).

Podemos observar, na discussão da subseção aqui apresentada, que embora tenhamos avançado em alguns pontos, vivemos os últimos anos de retrocessos, e muitas barreiras ainda são impostas às mulheres no que se refere ao exercício pleno da cidadania, em especial, nas áreas de educação e trabalho, com igualdade de condições se comparadas aos homens. Para tal, são necessárias políticas que promovam essas mudanças. Trataremos a seguir sobre os Planos Nacionais, que direcionaram a Política Nacional para Mulheres, neste início do século XXI.

3.2 PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA MULHERES

O ano de 2004 é instituído no Brasil como o “Ano da Mulher”, estimulando iniciativas que promovam a figura da mulher e a criação de programas e ações que tenham como objetivo fomentar a presença das mulheres em diversas áreas. Ainda neste mesmo ano aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – I CNPM, convocada a partir do decreto presidencial, publicado em dezembro de 2003.

Sob o tema “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”, a Conferência aconteceu no período de 15 a 17 de julho de 2004, coordenada pela SPM e reuniu 1.787 delegadas de todo país, que se prepararam nas conferências municipais, estaduais e regionais, que reuniram mais de 120 mil mulheres (BRASIL, 2004a).

Considerada um marco no desenvolvimento de políticas com enfoque na mulher, a conferência teve como objetivo, propor as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Política para Mulheres. Diferente do que aconteceu na Conferência de Mulheres Brasileiras em 2002, a I CNPM foi convocada pelo Estado, objetivando a formalização de uma política com participação da sociedade civil, através dos movimentos de mulheres, em consonância com a Constituição de 1988.

Para Biroli (2018) a CNMB realizada no ano de 2002 resulta numa carta que traz expectativas para um maior acesso ao aparato público. Na realidade, é um movimento que busca esse compromisso dos agentes públicos na luta pelos direitos das mulheres. Já a I CNPM se caracteriza justamente como uma ação estatal, que aponta para a permeabilidade do Estado, que assume, através do I PNPM, a incorporação dos direitos das mulheres na agenda pública, com a formalização de uma política nacional.

Assim, a I CNPM foi um espaço de discussão sobre as políticas para mulheres, envolvendo atores que já participavam da luta pela inclusão da mulher, e que trouxeram à tona diversas áreas em que eram necessárias ações no tocante a proteção e ao estímulo da participação da mulher na sociedade. A I CNPM traz a responsabilidade de definir as diretrizes nacionais de uma Política direcionada às mulheres, pela primeira vez foi discutida e aprovada uma Política Nacional para Mulheres, desse modo, as oportunidades para ações com perspectivas feministas na gestão pública cresceram, levando a maior participação de mulheres nos espaços de gestão pública, seja pela participação nos conselhos ou na execução das políticas (AMB, 2011).

As discussões e encaminhamentos resultaram no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que foi publicado um ano depois, através do Decreto nº 5.390 de 8 de março de 2005, e apresenta capítulos que incluem, a educação inclusiva e não-sexista, e autonomia e igualdade no mundo do

trabalho, conforme vamos analisar detalhadamente nesta seção (BRASIL, 2005).

Durante as plenárias ocorridas na I CNPM, foi deliberada para o ano de 2007 a realização da II CNPM em que seria avaliada a implementação da Política Nacional para as Mulheres, que tem como princípio norteador a equidade de gênero, e possibilitou o desenvolvimento de diversas ações e programas que apresentaremos no decorrer desta seção.

O governo assumiu o compromisso da manutenção do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, como resultado da atuação de grupos feministas. O Conselho é vinculado ao Ministério da Justiça com o objetivo de promover políticas para eliminação da discriminação contra mulher, assegurando liberdade e igualdade de direitos. Composto por mulheres que representavam setores diversos do movimento feminista, também atuou junto aos movimentos que buscavam incluir direitos para as mulheres na Constituição de 1988. (BIROLI, 2018). No I PNPM, o governo mantém o CNDM como órgão de acompanhamento e controle da Política Nacional para Mulheres, formalizada através dos Planos, que discutiremos a seguir.

Ainda em 2004, o governo brasileiro, por meio do Decreto Presidencial de 20 de agosto, cria a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, com o objetivo de promover políticas de igualdade de oportunidades e tratamento e de combate à discriminação de gênero e raça no trabalho, reafirmando o compromisso do governo brasileiro com a promoção de melhores condições para as mulheres. A Comissão foi constituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Planejamento, SPM, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁵ e Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

No ano de 2007, aconteceu a II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, entre os dias 17 e 20 de agosto, em Brasília. Convocada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a conferência contou com mais de 2.500 mulheres, eleitas como delegadas nas conferências municipais e estaduais que

⁵ A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi criada em 2003, no dia 21 de março, dia em que é celebrado o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

antecederam a conferência nacional, e que teve a participação de 200 mil mulheres em todo o país.

Com o tema, “participação das mulheres nos espaços de poder”, a II CNPM avalia e traz proposições para aperfeiçoamento do I PNPM, resultando no documento que origina o II Plano de Políticas para Mulheres, previsto para o período 2008-2011. Regulamentado pelo Decreto nº 6.387, de 05 de março de 2008, o Plano estabelece 388 ações, e a incorporação de seis eixos temáticos: desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meio rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatória; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Enfrentamento das desigualdades que atingem mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; e Gestão e monitoramento do Plano (BRASIL, 2008).

A III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres aconteceu de 12 a 15 de dezembro de 2011, durante o primeiro governo chefiado por uma mulher na história do país. A Conferência foi realizada em Brasília e reuniu 2.125 delegadas, com o tema: autonomia e igualdade das mulheres. O resultado da Conferência foi a aprovação de 91 resoluções, organizadas nos seguintes eixos: autonomia econômica e social, autonomia pessoal das mulheres, autonomia cultural, e autonomia política, institucionalização e financiamento de políticas públicas para mulheres (BRASIL, 2013).

Diferente do que acontece nas duas primeiras Conferências Nacionais, a terceira não propõe a elaboração de um novo Plano, reafirma a Política Nacional vigente, com a inclusão das resoluções aprovadas. O Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013 trata do que chamaremos de III PNPM, previsto para o triênio 2013-2015 (BRASIL, 2013).

Vale destacar que, no ano de 2015, a SPM que tinha status de Ministério desde a sua criação em 2003, é “rebaixada” e passa a integrar o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, ainda no governo de Dilma Roussef, como parte da reforma administrativa realizada.

Entre os dias 10 e 13 de maio de 2016, 2.214 delegadas se reuniram em Brasília para a IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, sob o tema: Mais direitos, Participação e Poder para as Mulheres, culminando na aprovação

de 43 propostas, em quatro eixos: Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para efetivação da igualdade de direitos e oportunidades; Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres nos âmbitos municipal, estadual e federal: avanços e desafios; Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações; e Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2017). Assim como a III CNPM não existia a proposta de uma publicação de um novo Plano, a principal proposta da Conferência era a implantação de um Sistema Nacional de Políticas para Mulheres.

É importante considerar o contexto político em que aconteceu a IV CNPM, passado menos de um mês da abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Roussef, no dia 17 de abril de 2016. O processo foi central nas discussões da conferência, especialmente pelas críticas sofridas pela presidenta desde que foi reeleita em 2014, atingirem diretamente a sua condição de mulher. Na sua fala de abertura, Dilma afirmou: “a história ainda vai dizer o quanto de violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de impeachment golpista” (BRASIL, 2017, p.11).

Assim, com a situação política, que levou a perda do cargo da presidenta Dilma em agosto de 2016, não tivemos avanços e nem a implantação do Sistema de Políticas previsto na IV CNPM. Essa “ruptura” no andamento e formalização das políticas de atenção à mulher e a realização das conferências se justifica pelo contexto político vivenciado no Brasil.

Durante esse período, não tivemos a realização de conferências, nem tampouco alterações no Plano Nacional, sendo o último resultante da III CNPM, visto que não tivemos formalização do documento fruto da IV CNPM. A fim de retomar a realização das Conferências, o CNDM, por meio da resolução nº 1, de 05 de julho de 2019, faz a convocação para V Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, para o período de 24 a 27 de novembro de 2020, em Brasília, com o tema “garantias e avanços de direitos das mulheres: democracia, respeito, diversidade e autonomia” (BRASIL, 2019). Entretanto, a Conferência não aconteceu, considerando a situação de pandemia que impossibilitou a realização das diversas ações durante o ano de 2020.

Nas subseções a seguir, discutiremos cada um dos três Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, formalizados durante os últimos vinte anos no país.

3.2.1 I Plano Nacional de Políticas Para Mulheres

Conforme apresentado no tópico acima, O I PNPM se originou das diretrizes da I CNPM, que se consubstanciaram em 199 ações elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial e o CNDM. O Plano Plurianual 2004-2007, incluiu como um de seus desafios a redução de desigualdades de gênero e raça, entretanto, não havia ainda, no momento da elaboração do PPA 2004-2007, a formalização de um Plano Nacional de Políticas para Mulheres, assim, não tivemos orçamento elaborado sob a perspectiva de gênero (BRASIL, 2006a).

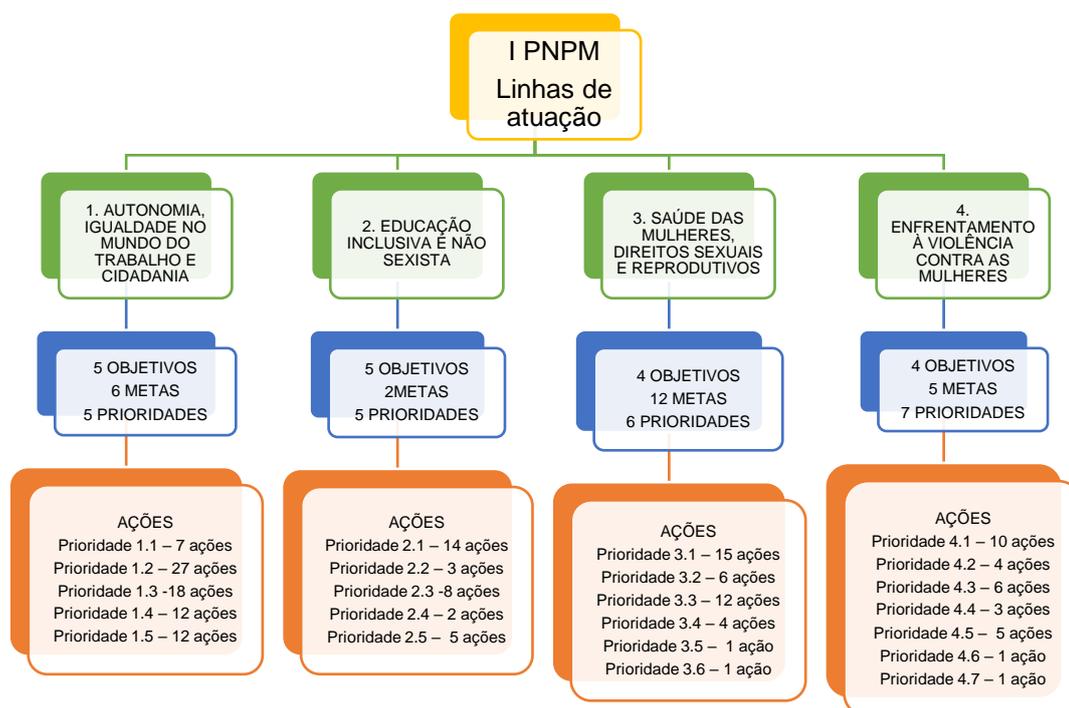
A execução das ações e o alcance das metas deste primeiro Plano foi prevista para o período entre 2005 e 2007, quando já havia a previsão da avaliação do plano na II CNPM. As ações são orientadas por pontos fundamentais que albergam atitudes políticas direcionadas para: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; e participação e controle social.

As ações propostas no Plano foram traçadas tendo como parâmetros quatro linhas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e ainda, enfrentamento a violência contra as mulheres. O Plano foi organizado em cinco capítulos, sendo os quatro primeiros referentes as linhas de atuação, já citadas acima, e o quinto: gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres. (BRASIL, 2004).

O Plano prevê ainda a criação de um Comitê de Articulação e Monitoramento, composto por representantes de onze ministérios e secretarias especiais e também do CNDM, que tem como a função acompanhar e articular a implementação do Plano, considerando as suas ações. Além disso, o Plano traz ainda como inovação a formalização dos pactos com estados e municípios para implementação do Plano.

Ao visualizar a Figura 01, podemos observar como se organiza cada linha de atuação, que corresponde aos capítulos do I PNPM.

Figura 01 – Organização do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres.



Fonte: Elaboração Própria (2021).

Os dois primeiros capítulos deste plano estão diretamente ligados à temática proposta neste estudo, assim, vamos nos deter a eles. Buscando conhecer os seus impactos nas políticas e ações de educação e trabalho para mulheres no Brasil.

Vale destacar que, no ano de 2005, ano de implementação do Plano, a taxa de atividade das mulheres foi de 52,9%. Vale destacar que neste mesmo ano, 47,3% das mulheres caracterizadas como empregadas ou trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada e 39,6% não possuíam registro, enquanto a realidade masculina indicou 56,9% e 35,4%, respectivamente (IBGE, 2006).

O primeiro capítulo do Plano tem como tema: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania e apresenta como objetivos:

- I – Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres;
- II – Promover a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho;
- III – Promover políticas de ações afirmativas que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos;
- IV – Ampliar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar;

V – Promover o direito à vida na cidade com qualidade, acesso a bens e serviços públicos (BRASIL, 2004, p. 42).

Como desdobramento dos objetivos deste capítulo, temos algumas iniciativas que vamos elencar aqui. A SPM em parceria com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançaram o Programa Pró-Equidade de Gênero no ano de 2005. Com o objetivo de estimular a construção da cultura organizacional com igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho formal. O Programa trabalha por meio da adesão das instituições, a primeira edição do programa no biênio 2005/2006 foi direcionada apenas às instituições públicas, onde das 16 instituições participantes, 11 receberam o Selo Pró-Equidade, a exemplo da Caixa Econômica Federal que, dentre as ações adotadas, destaca-se o aumento do número de mulheres e de negros em cargos gerenciais e reconhecimento das unidades regionais com melhores indicadores de gênero.

O Selo Pró-Equidade é um reconhecimento público para as instituições que implementam ações que promovam a igualdade entre homens e mulheres, e uma cultura organizacional mais igualitária em relação a gênero. O Programa foi ampliado e ofertado também para as instituições privadas. Em 2009, esse Programa incorpora também a temática racial, através da parceria com a SEPPIR (PINTO; ANDRADE JUNIOR; LUZ, 2009).

Durante o I PNPM acontece duas edições do Programa, 2005 e 2007, que premiam 11 e 23 instituições, respectivamente, obtendo reconhecimento público, como instituições que contribuem para uma sociedade mais igualitária. Dentre as instituições que receberam o Selo temos, Banco do Brasil, Itaipu Binacional, Petrobras, Prefeitura Municipal de Quixadá – CE e Secretaria de Estado de Trabalho, Renda e Esporte do Estado da Bahia, entre outras (BRASIL, 2016).

No ano de 2005, a SPM deu um passo decisivo em direção à consolidação de suas ações orientadas à promoção da equidade e ao combate de todas as formas de discriminação de gênero no mundo do trabalho: o Programa Pró-Equidade de Gênero e as ações relacionadas com o incentivo ao acesso das mulheres a linhas de microcrédito produtivo no meio urbano, além da continuidade das ações de apoio a projetos de incentivo à inserção de mulheres na População Economicamente Ativa – PEA – e de capacitação de mulheres para a geração de trabalho e renda (BRASIL, 2006a, p. 29).

Assim, em conformidade com o colocado acima, podemos elencar o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, desenvolvido em 2007 no Rio de Janeiro, foi institucionalizado nacionalmente em 2008. Visando a mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica para mulheres na criação e desenvolvimentos dos seus próprios negócios (BRASIL, 2008).

Zoauin e Barone (2009) destacam a importância de ações que auxiliem e prestem assistência aos empreendedores, especialmente as mulheres, estimulando a participação delas na área do empreendedorismo. Entretanto, a maior parte das mulheres empreendem por sobrevivência, por não encontrarem outra opção de trabalho ou na tentativa de conciliar trabalho e atividades domésticas. Assim,

a partir dos dados obtidos do comportamento da mulher brasileira motivada para empreender por sobrevivência, é possível considerar no seu perfil uma capa de insegurança em manter-se no processo de gestão de seu negócio e conseguir sobressair por intermédio de sua orientação empreendedora. Como contribuição dessa faceta, pode-se pensar na falta de orientação efetiva para sua permanência (ZOAUIIN e BARONE, 2009, p. 241).

Dessa forma, observamos a necessidade da implementação de ações que possibilitem às mulheres empreendedoras, através de formação e qualificação, a manutenção dos seus negócios.

Outra ação decorrente do I PNPM, foi o Plano Trabalho Doméstico Cidadão, implementado em 2006, pelo Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com a SPM e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O Plano tem como objetivo a oferta de qualificação profissional e escolarização às empregadas domésticas, em consonância com o que o PNPM traz em sua prioridade 2.3, relacionada a promoção da alfabetização e ampliação da oferta do ensino fundamental para mulheres adultas e a ação 2.3.6, que trata da criação de programas específicos para a promoção da alfabetização de mulheres adultas e idosas.

Se considerarmos os objetivos relacionados às mulheres rurais, algumas ações já vinham acontecendo desde o ano de 2003, umas foram ampliadas e novas ações entram na agenda como desdobramento da I CNPM e do I PNPM, em consonância com as metas C, D, E e F do primeiro capítulo do Plano, quais

sejam: Conceder crédito a 400 mil mulheres trabalhadoras rurais no período de 2005 a 2006; Documentar 250 mil mulheres rurais, no período de 2004 a 2007; Conceder 400 mil títulos conjuntos de terra, no caso de lotes pertencentes a casais, a todas as famílias beneficiadas pela reforma agrária, entre 2004 e 2007; e atender 350 mil mulheres nos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Assistência Técnica Sustentável, entre 2004 e 2007. Apresentaremos abaixo algumas iniciativas que tiveram o fomento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de outros atores em parceria com a SPM, e que estão relacionadas as metas citadas acima.

O Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, teve início no ano de 2004, com 101 mutirões que possibilitaram as trabalhadoras rurais o acesso aos documentos que lhes permitiriam ingressar nas políticas e benefícios. No ano de 2005, foram 192 mutirões, um aumento de 90% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2006a). Até o final da vigência deste I PNPM, foram 546 mil documentos emitidos, atendendo em torno de 265 mil mulheres trabalhadoras rurais, superando a meta D do primeiro capítulo do Plano, que estipulou a concessão de documentação a 250 mil mulheres (BRASIL, 2008).

Podemos destacar ainda a chamada para apoio financeiro a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agentes de Desenvolvimento, e o Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais, que objetiva apoiar a organização produtiva e melhorar o acesso das mulheres as políticas de apoio à produção que, em 2005, beneficiou 31 grupos para o projeto piloto, através de chamada pública, que iniciaram suas atividades em 2006 (BRASIL, 2006a). O projeto atende a meta F, que previa o atendimento de 350 mil mulheres nos projetos de assistência técnica e extensão rural e de assistência sustentável.

Ainda nas ações relacionadas as mulheres rurais, temos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que teve início no ano de 2003, foi fortalecido com as políticas de gênero implementadas pelo I PNPM, em consonância com a meta C – conceder crédito a 400 mil mulheres trabalhadoras rurais entre 2005 e 2006. Os dados apresentados no II PNPM apontam que, no período entre 2004 e 2007, atendeu a 1,5 milhões de mulheres. O Pronaf-Mulher, instituído no Plano Safra 2004/2005, permite às mulheres

assentadas, de todos os grupos, o acesso ao crédito especial. Na safra 2005/2006 foram concedidos 8.822 contratos, no valor de total de R\$ 56 milhões, e na safra 2006/2007, foram 10.854 contratos e R\$ 63 milhões (BRASIL, 2008).

Outro destaque é o Prêmio Margarida Alves de Estudo de Gênero, que apoia trabalhos de pós-graduação que tratam de temas relativos a mulheres trabalhadoras rurais e comunidades tradicionais, visando subsidiar a criação de políticas públicas para as trabalhadoras rurais.

Para prosseguir a análise, partiremos para o segundo capítulo do I PNPM, que aborda a educação inclusiva e não sexista, e tem como objetivos: Incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal; garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia; promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas; promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade; combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e comunicação.

Como metas deste segundo capítulo são apresentadas: reduzir em 15%, entre 2003 e 2007, a taxa de analfabetismo entre mulheres acima de 45 anos; aumentar em 12%, entre 2004 e 2007, o número de crianças entre zero e 06 anos de idade frequentando creche ou pré-escola, na rede pública.

Destacamos ainda as prioridades 2.1 e 2.5, quais sejam, promover ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual, e estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres, respectivamente. Estas prioridades estão diretamente relacionadas com o nosso objeto de estudo, o Programa Mulher e Ciência.

As ações 2.1.11 e 2.1.14, integram a prioridade 2.1, e apresentam: propor a inclusão das temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual nos currículos do ensino superior, e incorporar as diretrizes relativas à temática de gênero, raça e etnia no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, respectivamente. E a prioridade 2.5 – estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres.

Estas ações se relacionam ao Programa Mulher e Ciência (PMC), iniciativa planejada em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação (MCTI), e o Ministério da Educação (MEC), lançado em 2005 com o intuito de estimular a participação da mulher nas áreas científicas e tecnológicas. Destacamos ainda, essas duas ações integrantes do PMC: o “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”, que objetiva estimular estudantes a reflexão sobre as relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade, e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa “Pensando Gênero e Ciências”, que buscam fortalecer a propagação de uma cultura educativa mais igualitária. Nos aprofundaremos nas discussões a respeito do PMC e suas ações na próxima seção.

Com relação a presença das mulheres no ensino superior, no ano de 2005, das pessoas ingressantes em cursos de graduação presencial no país, 55% eram mulheres. Dos dez cursos com maior número de matrículas no país, as mulheres foram maioria significativa nos cursos de Pedagogia, Letras e Enfermagem, com o percentual de 91,3, 80 e 82,9, respectivamente. E atingiram percentuais muito baixos em Engenharia e Ciências da Computação, 20,3 e 18,8, respectivamente (INEP, 2007).

Dentre outras iniciativas que se destacaram no âmbito da educação e propagação de uma cultura não sexista, podemos elencar o curso “Gênero e Diversidade na Escola – Formação de Profissionais da Educação nas Temáticas de Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-Raciais”, fruto da articulação entre SPM, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o Conselho Britânico, órgão do Reino Unido, atuante nas áreas de Direitos Humanos, Educação e Cultura. O curso, ofertado inicialmente como projeto piloto, atendeu a 865 professores em seis municípios brasileiros, visando formar profissionais da área da educação sob a perspectiva de enfrentamento ao sexismo e da promoção da igualdade entre homens e mulheres (DORNELLES; WENETZ, 2019).

Podemos observar que tivemos desdobramentos positivos no que se refere aos capítulos apresentados do I PNPM. Vale salientar que, embora não esteja no contexto das ações de educação e trabalho, a Lei Maria da Penha, marco na história de luta pelos direitos das mulheres, foi aprovada também durante a vigência do I PNPM, no ano de 2006, foi um período de conquistas significativas para as mulheres,

[...] A avaliação do I PNPM apontou como principais avanços em direção à institucionalização da Política Nacional para as Mulheres e sua implementação: a maior inserção da temática de gênero, raça/etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo; a criação de organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres; e os avanços na incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas. Mereceram destaque, ainda, a promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); a criação da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva contra o Aborto; o aumento de crédito das mulheres rurais; e a política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos, entre outros. Esta mesma avaliação indicou como principais insuficiências que necessitam ser superadas: a não existência de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais; o baixo orçamento para as políticas para as mulheres; a criminalização do aborto; a falta de dados; a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas; a ausência de compartilhamento, entre mulheres e homens, das tarefas do trabalho doméstico e de cuidados; a fragilidade dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres existentes; entre outras (BRASIL, 2008, p. 22).

Assim, observa-se que tivemos muitas iniciativas em relação a participação das mulheres na educação e formação para o trabalho, na implementação do I PNPM. A criação do Programa Mulher e Ciência, em 2005, é um marco nas políticas brasileiras com recorte de gênero, se tornando a primeira iniciativa pública, em âmbito nacional, voltada para a participação da mulher nas áreas científicas e tecnológicas. De acordo com Lima (2017), apesar de algumas ações previstas no Plano sinalizar para uma educação não sexista, não há nada explicitamente tratando sobre a participação das mulheres na ciência.

De acordo com o balanço da Articulação de Mulheres Brasileiras (2011), o Estado patriarcal e neoliberal assegurou a reprodução de velhas formas de fazer política, além da limitação de recursos. Na contramão de alguns avanços, tivemos a implementação de políticas que reforçam o lugar da mulher como mãe e beneficiária passiva da ação do Estado.

No ano de 2007, foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, nesta ocasião o I PNPM foi avaliado e foram realizados os encaminhamentos para a sua atualização, que se materializou no II PNPM que abordaremos a seguir.

3.2.2 II Plano Nacional de Política Para Mulheres

Em 2007, com o acontecimento da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tem-se como resultado o II PNPM (Figura 02), o Plano Plurianual 2008-2011 instituído pelo Decreto nº 6.387, de 05 de março de 2008. Composto por 388 ações, e organizado em dez capítulos, o Plano soma 94 metas e 56 prioridades, conforme podemos observar na figura abaixo (BRASIL, 2008).

Figura 02 – Organização do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres.



Fonte: elaboração própria (2021).

Observa-se nesse II Plano um aumento no número de ações e de linhas de atuação. A ampliação deste plano, se comparado ao I PNPM, acrescenta às quatro linhas já presentes: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meio rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem mulheres, com especial atenção às jovens e idosas (BRASIL, 2008).

Continuaremos analisando apenas as ações dos dois primeiros capítulos, por se relacionarem diretamente com o estudo aqui proposto. O capítulo I, do II PNPM, intitulado “Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social”, tem algumas mudanças quanto aos objetivos gerais, se considerarmos os do I PNPM. Assim os objetivos gerais são:

- I – Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência;
- II – Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnico-racial nas relações de trabalho; e
- III – Elaborar, com base na Agenda Nacional, o Plano Nacional do Trabalho Decente, incorporando os aspectos de gênero e considerando a dimensão étnico-racial (BRASIL, 2008).

Vale destacar algumas metas:

- A – Aumentar em 12%, entre 2008 e 2011, o número de crianças entre zero e seis anos de idade frequentando creche ou pré- escola na rede pública;
- B – Construir 1.714 creches e pré-escolas, entre 2008 e 2011;
- C – Adotar medidas que promovam a elevação em 4% na taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais, entre 2006 e 2011;
- D – Manter a média nacional em, no mínimo, 50% de participação das mulheres no total de trabalhadores capacitados e qualificados atendidos pelo PNQ e nos convênios do MTE com entidades que desenvolvam formação profissional;
- E – Capacitar 12.000 mulheres no âmbito do Plano Trabalho Doméstico Cidadão e articular para sua incorporação na Educação de Jovens e Adultos;
- F – Aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada;

G – Conceder crédito especial (Pronaf Mulher) a 58 mil mulheres trabalhadoras rurais, no período de 2008 a 2011;
H – Ampliar a participação das mulheres no Pronaf para 35%;
I – Atender 29 mil mulheres em projetos de Assistência Técnica protagonizada por mulheres até 2011;
J – Realizar 1.500 mutirões do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, no período de 2008 a 2011;
K – Emitir documentação civil para 80 mil mulheres nas áreas entorno dos empreendimentos dos setores eletro, energético e mineral, em todo o território nacional;
L – Implementar a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Vale salientar que a meta relacionada a inclusão de crianças em creches e pré-escola, que no I PNPM foi incluída no capítulo relacionado à educação, mas, neste Plano foi realocada, considerando que é salutar na autonomia das mulheres e está diretamente relacionada à possibilidade do seu ingresso e permanência no mercado de trabalho, e passa a integrar este primeiro capítulo.

Biroli (2008) discute que os cuidados com as crianças são naturalizados como responsabilidades da mulher, quando essas mulheres não encontram uma rede de apoio, seja ele familiar ou institucional, no caso de creches e pré-escola, ocupar postos de trabalho se torna um desafio. Saffioti (2013) discute a importância do trabalho para as mulheres, para além da remuneração. De acordo com a autora, “ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura da vida” (SAFFIOTI, 2013, p. 96). Entretanto, muitas mulheres não conseguem ocupar esses espaços, e mesmo quando ocupam ficam sobrecarregadas.

Nesta discussão, é importante destacar o terceiro objetivo específico deste capítulo do II PNPM, qual seja, “Promover a valorização do trabalho doméstico não-remunerado e contribuir para a superação da atual divisão sexual do trabalho”. Este objetivo traz como novidade a valorização do trabalho doméstico não remunerado, que como vimos acima, historicamente é desenvolvido pelas mulheres, visto como atividades naturais e desvalorizados socialmente. Conforme já apresentamos anteriormente, referenciando autores como Souza (2014), Hirata (2003) e Nogueira (2004), a sociedade, sob interferência desta divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico, tende a desvalorizar e desqualificar o trabalho da mulher e limitar os espaços que estas podem ocupar na organização social, desqualificando-as para espaços historicamente masculinos.

Para o alcance do objetivo citado no parágrafo anterior, foram estabelecidas algumas ações, destacamos a 1.1.11: “Realizar campanhas para ampliar o acesso de mulheres a profissões, cargos e funções historicamente ocupadas por homens”, e a ação 1.6.7: “Realizar campanhas de valorização das ocupações consideradas femininas”. Para essas ações identificamos a Campanha “Mais Mulheres no Poder” realizada pelo governo federal no ano de 2008, por ocasião das eleições. Entretanto, essa campanha tinha a proposta de se tornar permanente e atingir espaços de poder e decisão na iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade, por meio de ações que impulsionassem a participação igualitária da mulher, em consonância com o II PNPM (BRASIL, 2008).

O segundo capítulo do II PNPM, “Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica”, apresenta como objetivos gerais:

- I – Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino;
- II – Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária;
- III – Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo e em situação de prisão (BRASIL, 2008).

Merecem destaque alguns objetivos específicos do segundo capítulo do II PNPM, que dialogam com o Programa Mulher e Ciência, criado na vigência do primeiro Plano, quais sejam:

- II – Promover a ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico e ao ensino superior, com equidade de gênero, raça/etnia;
- [...] III – Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica;
- [...] VI – Estimular a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros.

Estes objetivos são reafirmados nas prioridades: 2.3 - que aborda a promoção da formação das mulheres jovens e adultas para o trabalho, inclusive nas áreas científicas e tecnológicas, e a 2.4 - que objetiva estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino. É importante considerar que embora o I PNPM já traga ações relacionadas à educação, ao analisarmos o II PNPM, observamos avanços no que se refere às ações relacionadas as áreas científicas e tecnológicas.

O II PNPM aborda diretamente esta temática nas seguintes ações,

- 2.3.1 – Estimular a maior participação feminina em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por mulheres;
- 2.3.2 – Realizar campanhas para ampliar o número de mulheres nos cursos de ensino tecnológico e profissional;
- [...] 2.4.2 – Realizar o Encontro Nacional de Núcleos e grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências;
- 2.4.3 – Apoiar a produção de conhecimento sobre gênero, orientação sexual, considerando as questões étnico-raciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência, na educação profissional e tecnológica.

Como observaremos na próxima seção, estas ações estão em consonância com o Programa Mulher e Ciência, inclusive a promoção dos encontros Pensando Gênero e Ciência, que é uma das ações propostas pelo Programa. O prêmio Construindo Igualdade de Gênero, que foi iniciado em 2005 e integra o PMC, teve continuidade durante o período do II PNPM, conforme analisaremos mais detalhadamente na seção a seguir.

O Programa Mulheres Mil, foi outra iniciativa que objetiva oferecer formação profissional e tecnológica para mulheres, o público-alvo são mulheres em situação de vulnerabilidade. O Programa foi Instituído através da Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 do MEC, porém ele entra na agenda ainda na vigência do I PNPM, como projeto piloto iniciado em 2007 pela SETEC/MEC. (BRASIL, 2011). Fruto de uma parceria entre Brasil e Canadá, o programa objetiva articular a formação profissional e tecnológica com o aumento da escolaridade das mulheres, considerando as necessidades educacionais das comunidades e a vocação econômica das regiões onde os cursos são ofertados (ROCHA; SILVA, 2021).

Observa-se que a implantação desse programa, que foi desenvolvido através dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, está em consonância com ações previstas no II PNPM, como as: 2.6.3 - promover a continuidade da escolarização de mulheres jovens e adultas e 2.6.11 - promover a elevação da escolaridade de jovens agricultoras familiares (conclusão do Ensino Fundamental associado à qualificação social e profissional, respectivamente).

Trindade (2017) aponta, que o programa ao ser executado no país foi adaptado à realidade local, os cursos ofertados no programa objetivam a elevação da escolaridade atrelado aos cursos profissionalizantes e discutem temáticas relacionadas aos direitos da mulher, saúde, inclusão digital, cooperativismo, empreendedorismo, responsabilidade ambiental, etc. Entretanto, Rocha (2017) aponta que, embora o Programa Mulheres Mil se caracterize como uma ação de inclusão, que possibilitou o acesso de mulheres que foram excluídas dos processos formais de educação, ele atendeu mais as necessidades do mercado e da empregabilidade, do que proporcionou uma educação emancipadora e em consonância com os movimentos feministas.

O Programa Mulheres Mil (PMM), relaciona-se assim com outras ações previstas no primeiro capítulo do II PNPM, destinado à autonomia econômica das mulheres, considerando que objetiva capacitar as mulheres para o desenvolvimento de atividades que lhes possibilite rendimento financeiro, respeitando a cultura e economia local (BRASIL, 2011).

Outra iniciativa que objetiva fortalecer o papel da mulher e a sua valorização, se deu através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), regulamentado pela Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. O programa objetiva tornar acessível a moradia a todos os brasileiros, apesar do programa está mais diretamente relacionado ao primeiro objetivo específico do capítulo 7 do II PNPM, que trata do direito à moradia, vale destacar a sua contribuição no que se refere a autonomia da mulher, pois assim como o Programa Bolsa Família⁶, o PMCMV prioriza o atendimento de famílias que tem mulheres como responsável familiar,

⁶ Programa de transferência de renda com condicionalidades, direcionado a famílias em situação de vulnerabilidade, implementado pelo Governo Federal no ano de 2003, através de Medida Provisória, e sancionado no ano seguinte através da Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004.

além de formalizar, preferencialmente, os contratos e registros de imóvel em nome da mulher, mesmo quando houver outro responsável pela família.

De acordo com o exposto, observa-se que tivemos avanços no desenvolvimento de ações no II PNPM, se compararmos ao I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com o fortalecimento e o aumento de ações direcionadas para as mulheres na área de educação e trabalho.

Entretanto, mesmo com os esforços e compromissos assumidos no II PNPM, no que se refere a qualificação social e profissional, não foi possível ampliar da forma esperada o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Dentre as possíveis causas dessa dificuldade está a ausência de investimento em outros setores, que influenciam diretamente na participação das mulheres no mercado de trabalho, a exemplo da criação das creches, que não atingiu nem 50% do que foi proposto pelo referido Plano, ao final de sua vigência. Porém, tivemos ganhos no que se refere ao aumento da escolaridade e diminuição do analfabetismo entre as mulheres (AMB, 2011).

O II PNPM foi atualizado no ano de 2011, durante a III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e será apresentado a seguir.

3.2.3 III Plano Nacional de Políticas Para Mulheres

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, aconteceu no final do ano de 2011, num contexto em que tínhamos, pela primeira vez na história do país, uma mulher comandando o poder executivo do país. Após esta conferência, temos o III PNPM, previsto para o triênio de 2013-2015. Vale salientar que neste período, o contexto social e político do país, possibilitou uma visibilidade maior para a temática de gênero, e foi assumido pelo governo o compromisso com as políticas de igualdade de gênero,

[...] Nas últimas décadas, o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça. Entretanto, ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência, discriminação e salários desiguais. Uma boa parte da população feminina ainda não tem acesso a bens e serviços fundamentais, o que acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade (BRASIL, 2013, p.12).

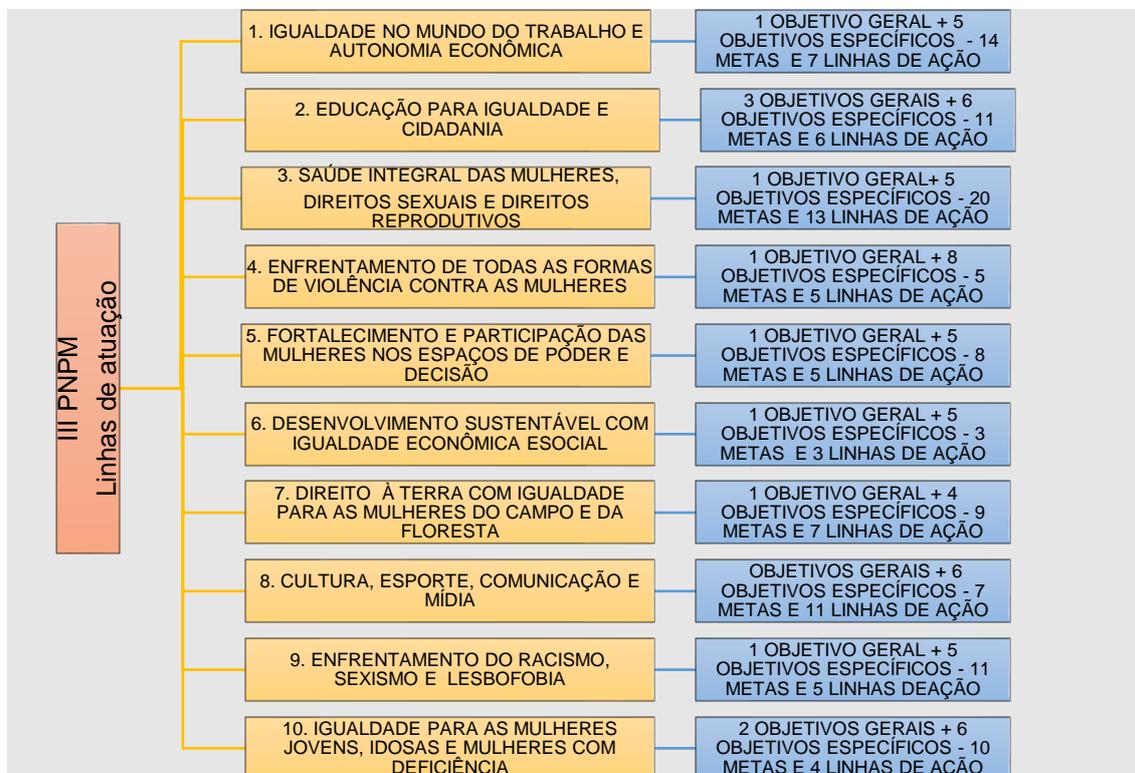
Observa-se que, mesmo com o avanço das políticas sociais para as mulheres, e com o crescimento da ocupação delas nos espaços sociais, ainda existem muitas mulheres sem acesso aos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. A taxa de analfabetismo entre as mulheres reduziu consideravelmente, entretanto, em 2017, entre as mulheres da zona rural ainda registrou 16,6%. O percentual de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, em 2017, era de apenas 29,2% (BRASIL, 2020).

Vale salientar que o movimento das mulheres, assim como, as dificuldades enfrentadas por elas não são homogêneas, estão permeadas por outras formas de opressão, que podem tornar o acesso a bens e serviço mais complexo, a exemplo de quando se é mulher e negra. Ao observar os dados do Mapa da violência de 2015, que tem como ano de referência 2013, ano em que foi publicado o III PNPM, é possível visualizar algumas discrepâncias. Enquanto a taxa de homicídio entre mulheres brancas apresentou uma queda de 9,8%, entre 2003 e 2013, teve um crescimento de 52,4% entre as mulheres negras (WAISELFISZ, 2015). É válido mencionar ainda, que neste intervalo, foi sancionada a Lei Maria da Penha em 2006. Por isso, apesar de pequenos, mas significativos avanços, é necessário ampliar o desenvolvimento de políticas de proteção direcionadas a este público

O III Plano segue a mesma organização do anterior, e está organizado em dez capítulos. Os dois primeiros tratam das temáticas sobre às quais nos debruçamos nesse trabalho. O primeiro aborda a igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país. Já o segundo, traz o objeto de estudo deste trabalho, pois apresenta ações para a construção de educação para igualdade e cidadania, contribuindo para promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens, e mulheres à educação de qualidade. Os capítulos que seguem, tratam da saúde integral e dos direitos sexuais e reprodutivos; o enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres; participação da mulher nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra e igualdade para as mulheres do campo e floresta; cultura, esporte e comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e por

fim, igualdade para mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. (BRASIL, 2013). A organização do III PNPM é apresentada na Figura 03.

Figura 03 – Organização do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres.



Fonte: elaboração própria (2021).

Conforme a Figura 03, o III Plano substitui o que nos anteriores era chamado de Prioridades por Linhas de ação.

O segundo capítulo do III PNPM, intitulado educação para igualdade e cidadania, tem como terceiro objetivo específico promover políticas para ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e superior, destacando áreas científicas e tecnológicas. Na linha de ação 2.3 prevê a “Promoção de políticas educacionais que enfatizem a educação das mulheres jovens e adultas nas áreas científicas e tecnológicas, nos meios urbano e rural, com vistas a reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.” Nessa linha estão previstas ações como:

2.3.1. Promover o acesso e a permanência das mulheres em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por elas, por meio de políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil.

2.3.2. Realizar campanhas para ampliar o número de mulheres nos cursos, tradicionalmente não ocupados por mulheres, do ensino tecnológico e profissional (BRASIL, 2013, p. 26).

Na linha de ação 2.4, é abordada a produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, em todos os níveis e modalidades de ensino. Apontando as seguintes ações:

2.4.1. Apoiar a constituição e o fortalecimento de núcleos de gênero nas universidades, em especial nas federais e estaduais.

2.4.2. Realizar quatro edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

2.4.3. Lançar dois editais de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo.

2.4.4. Realizar Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência.

2.4.5. Incentivar a produção de estudos, pesquisas e ações de mudança voltadas para o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia, a partir da criação de interface com instituições de pesquisa nacionais e internacionais e com organizações de mulheres negras, indígenas e lésbicas.

2.4.6. Apoiar programas e projetos de extensão universitária na linha temática mulheres e relação de gênero. (BRASIL, 2013, p. 26).

Como observamos nas ações acima, o III PNPM (2013-2015) apresenta, ações voltadas para fomentar a inserção da mulher em ocupações que foram historicamente destinadas aos homens. Além da realização de campanhas e publicização de informações, que contribuam para a desconstrução do ideário social sobre a mulher e seu espaço na sociedade, buscando contribuir para a superação da divisão sexual do trabalho. De acordo com Biroli (2018), a cidadania das mulheres é comprometida pela divisão sexual do trabalho, que oprime as mulheres e as colocam em desvantagem, especialmente quando se trata do acesso a profissões com maior reconhecimento.

De acordo com as informações apresentadas no III PNPM, as mulheres já ultrapassaram os homens no que se refere à escolaridade, em 2011, 61,1% dos concluintes de graduação eram mulheres (BRASIL, 2013c). Entretanto, o campo educacional ainda é marcado por desigualdades, pois

se, por um lado, grande parte dos indicadores educacionais mostra que as mulheres se sobressaem em relação aos homens; esses indicadores também comprovam a persistência de graves desigualdades associadas à discriminação sexista, étnica e racial, à concentração de renda, à distribuição desigual de riqueza entre campo e cidade. Se, por um lado, a situação mais favorável para as mulheres

do que para os homens no campo educacional revela o sexismo nas escolhas das carreiras acadêmicas; por outro, desnuda a ampliação da desigualdade entre as próprias mulheres (BRASIL, 2013a, p. 22).

Desta forma, é possível identificar a necessidade do fortalecimento de ações que promovam a participação das mulheres em áreas específicas, especialmente no que se refere às áreas científicas e tecnológicas. Desta forma, o III Plano apresenta como um de seus objetivos específicos do capítulo dois: promover políticas para ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade. As ações desenvolvidas nesse sentido serão abordadas mais detalhadamente na próxima seção.

As metas estabelecidas, no segundo capítulo do III PNPM, podem ser consideradas como aquelas que podem se vincular à formação profissional em ciência, e são onze metas, entre elas: elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024; ampliar a oferta em até oito milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de até quatro milhões de bolsas; ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com a elevação da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2013).

De acordo com os dados do Censo Escolar, tivemos no ano de 2013, 935.287 mulheres matriculadas na educação profissional, e em 2015, esse número atingiu 1.062.177, assim observamos que ocorreu um aumento de 13,5% (INEP, 2013; INEP, 2016). Observa-se que, no II PNPM, apesar de já citar a educação profissional e tecnológica, esta não estava expressa em metas, como ocorreu no III Plano.

No ano de 2015, aconteceu a IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, assim como ocorreu nas anteriores, é um momento de atualização do III PNPM, através da elaboração de um novo Plano. O relatório final da Conferência com diretrizes que deveriam nortear as políticas de promoção de igualdade entre homens e mulheres foi publicado, este deveria ser o documento base para a publicação do IV PNPM, porém, devido ao contexto político que o país viveu neste período, especialmente após o processo de *impeachment* da

presidenta Dilma Roussef, não existiu a formalização de um novo Plano Nacional resultante da IV Conferência. Assim, nesse contexto político, não tivemos avanços, nem a formalização de um novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no Brasil.

Na seção a seguir, abordaremos as ações do Programa Mulher e Ciência, objeto de estudo da pesquisa aqui apresentada, que já foi citado brevemente nessa seção, como uma das iniciativas de destaque no que se refere à participação da mulher nas áreas científicas e tecnológicas.

4 O PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ÁREAS ACADÊMICAS E CIENTÍFICAS NO BRASIL (2005-2019)

Por conta própria, sozinha, estudou, pesquisou, inventou. Enviava seus trabalhos, por correio, ao professor Lagrange. Sophie assinava Monsieur Antoine-August Le Blanc, e assim evitava que o exímio mestre respondesse: – Isso não é coisa de mulher. Fazia dez anos que se correspondiam, de matemático a matemático, quando o professor soube que ele era ela. A partir de então, Sophie foi a única mulher aceita no masculino Olimpo da ciência européia: nas matemáticas, aprofundando teoremas, e depois na física, onde revolucionou o estudo das superfícies elásticas. Um século depois, suas contribuições ajudaram a se tornar possível, entre outras coisas, a torre Eiffel. A torre tem gravados os nomes de vários cientistas. Sophie não está lá. Em seu atestado de óbito, de 1831, aparece como dona de casa, e não como cientista: – Isso não é coisa de mulher – disse o funcionário. (GALEANO, 2008, p. 191)

A epígrafe que inicia essa seção relata a história da matemática Sophie Germain, feita por Galeano (2008), e descreve a dificuldade da mulher para se inserir nos espaços científicos. Além disso, chama a atenção para a um outro problema que é a falta de reconhecimento daquelas mulheres, que mesmo com as dificuldades para acessar esses espaços, conseguem adentrá-los e desenvolver seus trabalhos. Apesar da Sophie ter vivido há dois séculos, observamos nas discussões já apresentadas nas seções anteriores, que as mulheres ainda necessitam de políticas para incentivar e dar visibilidade a sua atuação nos espaços acadêmicos e científicos.

Assim, nesta seção, iremos trazer reflexões a respeito de uma dessas políticas, o Programa Mulher e Ciência, identificando suas ações para a inserção da mulher nos espaços acadêmicos e científicos do país. Para tal, inicialmente apresentamos o estado do conhecimento sobre a mulher na educação profissional e na ciência no Brasil, realizada identificar os estudos antecedentes sobre o tema. Seguimos, na segunda subseção, com a caracterização do PMC, sua entrada na agenda e implementação como política nacional para mulheres. Na terceira subseção, apresentaremos as ações relacionadas aos dois objetivos do Programa. E, por fim, traremos a situação das mulheres nos espaços acadêmicos e científicos no Brasil após a implementação do programa.

Para o desenvolvimento desta seção, traremos dados que nos permitem refletir sobre a inserção da mulher em espaços historicamente ocupados por homens, conforme discutimos nas seções anteriores, identificando as ações do Programa que objetivam contribuir para a ampliação da participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas no país, delimitado ao período de 2005 a 2019.

4.1 ESTUDOS ANTECEDENTES SOBRE MULHER NA EDUCAÇÃO PROFISIONAL E NA CIÊNCIA

Para refletir sobre as ações do Programa Mulher e Ciência, realizamos inicialmente uma pesquisa do tipo estado de conhecimento sobre a temática em questão no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação do Ministério da Educação, visando identificar as produções que abordam o tema de estudo proposto. A Capes atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no país, tem dentre suas ações a função de possibilitar/facilitar o acesso e a divulgação da produção científica dos programas de mestrado e doutorado de todos os estados da Federação. O Catálogo de Teses e Dissertações foi criado em julho de 2002, é uma plataforma que possibilita a consulta de todos os trabalhos da pós-graduação brasileira.

Através do acesso ao Catálogo de Teses e Dissertações, foi realizada no dia 15 de junho de 2018, uma busca utilizando entre aspas o descritor: “mulher na educação profissional”, onde foi identificado apenas uma produção. Diante da ausência de produções, foram realizadas buscas com outros descritores, também entre aspas: “mulher e educação profissional” e “educação profissional da mulher”, porém não foi identificado nenhum resultado. A partir daí, no dia 18 de junho, foi realizada uma nova busca utilizando o descritor: “educação profissional feminina”, entre aspas, que identificou três produções. Em 10 de maio de 2021, realizamos novas buscas para a atualização dos dados, onde pudemos encontrar mais uma produção ao utilizar o descritor “mulher na educação profissional.”

Das cinco produções encontradas, todas são dissertações, sendo duas do programa de mestrado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do

Norte Fluminense Darcy Ribeiro; uma do mestrado em Educação da Universidade de Uberara/MG; uma do mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e por fim, uma do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria, conforme serão apresentadas no Quadro 02 que traz as referências dos trabalhos identificados.

Quadro 02 – Produção do Conhecimento no catálogo da CAPES sobre a mulher na educação profissional - 2021.

Nº	REFERÊNCIA
1	CARDOSO. V. L. A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso da antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais - CEFET/MG. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC. São Paulo, 2011.
2	ARRUDA, F. de O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 a 1930). Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). UEFN. Campos dos Goytacazes/RJ, 2013.
3	SILVA, E. de S. Profissionalização da mulher na Era Vargas: a história da Escola Profissional Nilo Peçanha, Campos, RJ (1931 a 1946). Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). UENF. Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.
4	RICCIOPPO, A. C. Ensino Profissionalizante feminino em Uberaba: O Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba (1953 - 1963). Dissertação (Mestrado em Educação). UNIUBE. Uberaba, 2016.
5	SILVA, T. D. Mulheres na Educação Profissional: movimentos nos cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). UFSM-RS. Santa Maria, 2020.

Elaboração própria (2021).

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

O trabalho intitulado: “A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso da antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais (CEFET/MG)”, escrito por Cardoso (2011), fruto de sua pesquisa no Mestrado em Ciências Sociais da PUC/SP, realiza uma análise da participação da mulher no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) que no decorrer de sua história recebeu diversas denominações e que, mesmo tendo início em 1910, apenas na década de 1960, as mulheres passaram a ingressar nos cursos ofertados pela instituição. São consideradas, pela autora, as narrativas de ex-alunas da instituição que permitem a análise e discussão, no que se refere às questões de gênero colocadas no contexto institucional. A dissertação contribuiu para a pesquisa, aqui apresentada, pois discute o histórico da participação das mulheres e sua entrada em escolas técnicas e na educação

profissional no Brasil, permitindo conhecer, através da experiência do CEFET/MG, a história de algumas mulheres que participaram desse processo.

A dissertação de Arruda (2013), “O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 a 1930)”, fruto de seu Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), realiza um estudo exploratório sobre a escolarização e práticas educacionais voltadas às mulheres, tomando como referência a Escola Nilo Peçanha, situada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. O trabalho considera o período de gestão de sua primeira diretora, que vai de 1922, quando foi fundada, a 1930. A pesquisa problematiza o contexto social, posições e contextos educacionais de homens e mulheres, e considera elementos como o prédio de funcionamento da escola, a gestão, alunas, professoras, currículos e direcionamento profissional das egressas, ponderando que a função sociocultural da instituição e suas contribuições no que se refere a mobilidade, libertação e construção social. Segundo Arruda (2013), “preparava suas alunas para serem boas moças, com valores apreciados pela sociedade do período. Além disso, dava oportunidades ao magistério, podendo lecionar na própria instituição em que se formaram ou em outras escolas [...]” (ARRUDA, 2013, p. 128). O trabalho nos permitiu uma aproximação com o contexto social do início do século XX e como a política de educação para mulheres estava situada nesse contexto.

A dissertação “Profissionalização da mulher na Era Vargas: a história da Escola Profissional Nilo Peçanha, Campos, RJ (1931 a 1946)”, produzida por Silva (2016), fruto de seu Mestrado, também no programa de Políticas Sociais da UENF, objetiva a compreensão da cultura escolar da Escola Nilo Peçanha, já apresentada no trabalho anterior, porém, o estudo aqui apresentado refere-se ao período de 1931 a 1946. A instituição é uma escola de profissionalização feminina que formou, por quase cinquenta anos, meninas de classe social pobre, preparando-as para artes domésticas e profissionais, também foi o campo empírico desta produção. O trabalho discute, a partir da pesquisa documental, o contexto social, as relações de gênero, o contexto político e educacional, que influenciaram as políticas educacionais e o funcionamento das escolas e programas de escolarização, voltados ao público feminino. O trabalho conclui que, embora os limites e especificidades do contexto apresentado, a escola

contribuiu para o acesso feminino à educação e ao trabalho, possibilitando dentro dos limites estabelecidos, principalmente no que se refere ao mundo o trabalho, a emancipação feminina. Silva (2016) afirma que “a contribuição social da Escola, através das novas formas de inserção social feminina e participação das mulheres na cidade de Campos, extrapolaram o trabalho que era feito dentro da escola e deixou marcas na memória popular até os dias de hoje” (SILVA, 2016, p.132). A dissertação nos permitiu a aproximação com a formação profissional das mulheres no período estudado e como, apesar das limitações, essa formação foi emblemática na ampliação do acesso das mulheres à educação.

“Ensino Profissionalizante feminino em Uberaba: O Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba (1953 - 1963)”, fruto do programa de Mestrado na área específica da Educação, escrito por Riccioppo (2016), pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), traz como objetivo central a compreensão do papel da educação profissional feminina na cidade de Uberaba/MG, considerando o período investigado. O campo empírico da pesquisa foi o Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, localizado na cidade de Uberaba/MG que, segundo a autora, era destinado à educação de meninas de alto poder aquisitivo da cidade e região, preparando-as para as tarefas domésticas e gestão dos lares, sendo o destino das egressas o matrimônio e o lar. A instituição com valores conservadores, nacionalistas e católicos, se consolidou como modelo de formação para as jovens da cidade e da região. O trabalho nos permitiu visualizar a educação feminina voltada para as mulheres oriundas de famílias de alto poder aquisitivo, apontando que a problemática da educação da mulher possui outras variáveis para além do gênero e da cor da pele, como por exemplo a classe social.

Por fim, a dissertação de Silva (2020), intitulada “Mulheres na educação profissional: movimentos nos cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria”, objetiva analisar os movimentos das mulheres na trajetória e perspectivas após os cursos subsequentes do Colégio pesquisado, tendo como referência os anos de 2018 e 2019. O estudo se propõe a conhecer quem são as mulheres matriculadas no Colégio Técnico, os motivos que levaram a ingressar e a permanecer no curso, e quais são as perspectivas dessas mulheres ao concluir os seus cursos. A autora destaca como resultados de sua pesquisa,

que os cursos técnicos são fundamentais para essas mulheres, tanto para a formação como para a inserção deste público no mercado de trabalho. A autora destaca ainda, a importância de os cursos serem ofertados no turno noturno e da necessidade da criação de uma rede de apoio e acompanhamento para essas mulheres. O estudo contribui para esta pesquisa, pois nos permitiu conhecer as mulheres que ingressam na educação profissional nos dias atuais, a partir do *locus* de pesquisa da autora. O trabalho aponta ainda, para importância das políticas de educação profissional se voltarem para a trajetória das mulheres.

Ao analisar as produções encontradas, observamos que a presença da mulher ocorreu de forma diferenciada nos espaços de educação profissional, e essa foi situada em nichos e instituições específicas voltadas a este público, que trazia uma formação diferenciada da dos homens, assim como para mulheres de origem pobre ou de famílias de alto poder aquisitivo. Podemos observar também, que esta inserção ocorreu de forma tardia, considerando o período em que esta área da educação foi ofertada aos homens. É possível visualizar que a educação profissional da mulher, se dava em áreas já estabelecidas socialmente como tarefas femininas, considerando que, em alguns casos, o objetivo não estava relacionado à inserção profissional, e sim, a capacitar as mulheres para desempenhar atividades domésticas. E como no caso da escola voltada ao público oriundo de famílias com maior poder aquisitivo, administrar o lar. Vale salientar que, mesmo com avanços ocorridos no decorrer dos anos, o trabalho de Silva (2020), que realizou uma pesquisa em tempos atuais, aponta que ainda é necessário trazer as particularidades das mulheres no desenvolvimento das políticas de educação profissional e tecnológica.

No dia 04 de outubro de 2019, realizamos novas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações com o descritor “mulher e ciência”, entre aspas. Nesta busca encontramos cinco publicações, sendo três dissertações de mestrado, duas em Educação e uma em Estudos Culturais, e duas teses de doutorado, uma em Ciências Sociais e outra em Comunicação Social. No dia 10 de maio de 2021 realizamos novas buscas, a fim de atualizar a pesquisa, entretanto, os resultados encontrados foram idênticos, conforme apresentados no Quadro 03.

Quadro 03 – Produção do Conhecimento no catálogo da CAPES sobre Mulher e Ciência – 2021.

Nº	REFERÊNCIA
1	REGO, S. A. S. Mulher e ciência : interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea). UFPE. Caruaru/PE, 2017.
2	LIMA, B. S. Políticas de equidade em gênero e ciências no Brasil : avanços e desafios. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UNICAMP. Campinas/SP, 2017.
3	ARAÚJO, B. M. de. Mulher e Ciência : Questões e problemas da inserção feminina na pesquisa científica pela “agenda setting” de dois periódicos científicos internacionais. Tese (Doutorado em Comunicação Social). UESP. São Bernardo do Campo/SP, 2002.
4	CAVALLI, M. B. A mulher na Ciência : investigação do desenvolvimento de uma sequência didática com alunos da educação básica. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIOESTE. Cascavel/PR, 2017.
5	PUPO, S. C. Mulheres no pop, no espaço e na tecnologia : reflexões sobre gênero e ciência, e o videoclipe como ferramenta na difusão científica. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). USP. São Paulo/SP, 2018.

Elaboração própria (2021).

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

A dissertação intitulada “Mulher e Ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina”, escrita por Rego (2017), é resultado de sua pesquisa no Mestrado em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa mapeou as publicações feministas em cinco países latino-americanos, evidenciando o papel da mulher na produção científica e a sua participação no espaço docente, enquanto produtora de conhecimento. O autor apresenta em suas considerações finais, que há uma carência na relação entre ciência, docência feminina e academia, sinalizado ainda para um vasto campo de pesquisa que possa contribuir para a eliminação da opressão sexista. Assim, a produção contribuiu para que tivéssemos uma aproximação com a situação das mulheres na docência e na produtividade científica, evidenciando a importância de estudos que discutam essa temática.

A tese de Lima (2017), sob o título, “Políticas de equidade em gênero e ciências no Brasil: avanços e desafios”, é resultado de sua pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, vinculada a Universidade de Campinas (Unicamp). A tese analisa as políticas implementadas, através das ações do Programa Mulher e Ciência, na perspectiva do primeiro objetivo do programa, qual seja, o incentivo à produção científica e a reflexão científica sobre as relações de gênero, mulheres e feminismos no país. A autora faz parte da equipe

de implementação do programa, que se trata de uma iniciativa pioneira, no que se refere às políticas para mulheres no país. Cabe ressaltar que o trabalho tem o mesmo campo empírico que a pesquisa aqui apresentada. Entretanto, a autora fez a análise das ações do primeiro objetivo do Programa, e nosso estudo tem como objetivo identificar as ações do programa, propondo reflexões a respeito da participação das mulheres no campo acadêmico e científico.

A tese “Mulher e ciência: questões e problemas da inserção feminina na pesquisa científica pela ‘agenda *setting*’ de dois periódicos internacionais”, é fruto da pesquisa do doutorado em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), realizada por Araújo (2002). Partindo da lacuna na participação das mulheres no campo científico, a autora analisa os temas selecionados e publicados nos *Science* e *Nature*, dois periódicos internacionais, durante a década de 1990, buscando descobrir se refletem a problemática do papel da mulher na ciência. Trabalhando temas como: feminismo, o estudo da ciência e a perspectiva de gênero, na constituição de um novo paradigma. O trabalho contribui para a pesquisa, pois promove discussões e apresenta dados que comprovam a necessidade de estudos e publicações que estimulem a participação das mulheres nas áreas científicas.

Cavalli (2017) apresenta como resultado de sua pesquisa de mestrado em educação pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), a dissertação “A mulher na ciência: investigação do desenvolvimento de uma sequência didática com alunos da educação básica.” Considerando os desafios enfrentados pelas mulheres no campo científico, o trabalho investiga as ideias de cientistas e da mulher na ciência, através do desenvolvimento de uma sequência didática com um grupo de alunos da educação básica, de uma escola particular da cidade de Cascavel/PR. Concluiu-se que os alunos possuem uma visão estereotipada dos cientistas, e uma visão masculinizada da ciência. A autora aponta a importância de desenvolver a compreensão científica com os alunos, rompendo estereótipos impostos pela sociedade. A pesquisa contribui com o nosso estudo por reafirmar a necessidade de políticas como o Programa Mulher e Ciência, que tenha como objetivo a construção de educação não sexista. Além disso, o trabalho reforça que as escolhas profissionais dos estudantes sofrem influências de diversos fatores, e são marcadas pelo sexismo.

A dissertação “Mulheres no pop, no espaço e na tecnologia: reflexões sobre gênero e ciência, e o videoclipe como ferramenta na difusão científica”, é resultado da pesquisa de Pupo (2018), no Programa de Mestrado em Estudos Culturais, realizado na Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi realizada através de uma pesquisa-ação com pré-adolescentes de um Centro para Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo, onde foram analisadas as representações das mulheres em videoclipes de música pop, com discussões teóricas sobre ciência, divulgação científica, mulher e ciência e a relação entre mídia, ciência e tecnologia, como fatores que afetam a participação social das mulheres. O estudo possibilitou um diagnóstico do que os sujeitos da pesquisa pensam sobre mulheres e ciência, além de outros aspectos. A autora apresenta ainda produtos midiáticos como meios que possibilitam introduzir assuntos de relevância social, sendo ferramentas capazes de atrair a atenção dos pré-adolescentes. O trabalho apresenta elementos que contribuíram para a aproximação com a discussão do sexismo e da sua influência nas carreiras profissionais.

Após a breve análise das publicações encontradas, que tem relação com o tema dessa pesquisa, observamos que esta é uma área ainda pouco explorada, apesar de todas as produções sinalizarem para a importância das discussões. Considerando as dificuldades e particularidades da participação da mulher no campo científico, a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes encontrou apenas cinco produções que abordam essa temática.

Nas produções que tratam da mulher na educação profissional, identificamos informações que confirmam a função social de administradora do lar, tarefas como costura, cuidados domésticos, como atividades destinadas às mulheres (RICCIOPPO, 2016). Nas rápidas passagens onde conseguimos identificar outras atividades distintas do contexto doméstico, observamos atividades que não exigiam grandes capacidades intelectuais, como secretária, telefonista e datilografia, ofertadas nas escolas direcionadas às mulheres oriundas de classes pobres (ARRUDA, 2013).

Em relação às produções que abordam mulher e ciência, apresentadas no Quadro 02, todas as produções consideram o contexto histórico da exclusão da mulher do campo científico e a visão masculinizada da ciência, como resultados de construções sociais e políticas que não tinham a mulher como ser

social com capacidades para além dos serviços domésticos. Cavali (2017) e Araújo (2002) salientam a importância das pesquisas e discussões que trabalhem esta temática, e contribuam para a transformação desta realidade.

Por fim, reverberamos que, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que compreende toda a produção acadêmica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país, há carência no que se refere a pesquisas e publicações com a temática proposta neste estudo, qual seja a participação das mulheres nas ciências e carreiras científicas, e há abundância de apontamentos nos cinco trabalhos dos autores sobre a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas que a abordem.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA (PMC)

As discussões a respeito das políticas direcionadas às mulheres vem ganhando espaço na agenda política nacional desde o final do século XX, como vimos nas seções anteriores. Entretanto, Lima, Lopes e Costa (2016) destacam que a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas, demoraram um pouco mais para entrar na agenda. A temática não aparece nas Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia, e entra na agenda a partir da criação da SPM, no ano de 2004, com as discussões que culminaram na criação do Programa em análise.

O Programa Mulher e Ciência é resultado do trabalho do grupo interministerial instituído através da Portaria nº 437, de 31 de agosto de 2004, para realização de estudos e propostas para a organização do Seminário Nacional com núcleos e grupos de pesquisas relacionados à questão de gênero das Universidades Federais. Coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres, o grupo contou com a participação de parceiros como Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior (ANDIFES), e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (BRASIL, 2004b).

O grupo contou ainda, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e outras entidades e associações ligadas à luta pelos direitos da mulher. Assim, observamos que o GT trouxe a contribuição de diversos atores, possibilitando a criação de uma política integrada, rompendo com a segmentação focada em setores específicos e órgãos agindo de forma isolada, o que nos conduz a afirmar que assim é superado um dos desafios apresentados por Wu *et al.* (2014) para a consolidação de políticas públicas, quando afirmam,

problemas coletivos devem ser abordados de forma eficaz, consistentemente e continuamente, e isso requer das instituições processos sólidos subjacentes. No mínimo, os governos precisam de um mecanismo integrado para criar, implementar e avaliar políticas públicas. Um processo de políticas integrado, na verdade, é um pré-requisito para buscar políticas que integrem as metas fundamentais da sociedade (WU *et al.*, 2014, p. 143).

Esta perspectiva de política integrada contribui para a superação de possíveis lacunas entre a formulação de uma política e o seu processo de implementação, além de possibilitar uma maior transparência e compartilhamento da responsabilidade entre os atores envolvidos no processo.

De acordo com Lima (2017), já na primeira reunião do grupo, realizada no dia 30 de março de 2005, foram definidos os objetivos do programa. Assim, o Programa Mulher e Ciência foi lançado com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país, e para promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. É importante considerar que, embora a Programa tenha sido implementado em 2005, não existe uma regulamentação oficial. Em nossas buscas, identificamos alguns artigos e produções que trazem apontamentos sobre o Programa, entretanto, ao buscar dados oficiais, não obtivemos resultados, os objetivos do Programa, assim como as suas ações estão disponíveis na apresentação que consta na página do PMC no *site* do CNPq.

O campo das ciências e das carreiras acadêmicas, se configura como campo de produção do conhecimento e exige do profissional atividades de pesquisa, que possibilitem produção de novos conhecimentos, e passam pela pós-graduação em cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para Schwartzman (2008), o cientista é o profissional que se interessa por áreas de

conhecimento novas, e sua carreira busca o reconhecimento pelos seus trabalhos, pesquisas e publicações.

Lima (2017) destaca que, além das discussões em nível internacional sobre as relações de gênero nas ciências, alguns outros fatores impulsionaram a criação do PMC no Brasil. A atuação e engajamento de algumas pesquisadoras, em especial a atuação de mulheres cientistas na Física, área pioneira nas discussões sobre a sub-representação das mulheres, que, sob influência da 1ª *International Conference on Women in Physics*, realizada em Paris no ano de 2002, repercutiu no Brasil com a criação da Comissão de Gênero no âmbito da Sociedade Brasileira de Física, em 2003.

Ao considerar os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, discutidos na seção anterior desse trabalho, observamos nexos entre eles e o PMC. No I PNPM há objetivos que visam incorporar a perspectiva de gênero no processo educacional formal e informal, e nas prioridades temos a previsão de ações no processo educacional que promovam a equidade de gênero, assim como o estímulo a difusão de imagens não-estereotipadas de mulheres. Já no II PNPM, há direcionamentos para a participação das mulheres nas áreas científicas, tecnológicas e a produção de conhecimento na área de gênero é prevista, de forma explícita, constatados como objetivo específico do segundo capítulo, relacionado à educação, assim como estão previstas nas suas ações,

2.3.1 – Estimular a maior participação feminina em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por mulheres.

2.3.2 – Realizar campanhas para ampliar o número de mulheres nos cursos de ensino tecnológico e profissional.

2.4.1. Apoiar estudos e pesquisas em nível de graduação e pós-graduação sobre educação, gênero, raça/etnia, orientação sexual e violência de gênero.

2.4.2. Realizar o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.

2.4.3. Apoiar a produção de conhecimento sobre gênero e orientação sexual, considerando as questões étnicoraciais, geracionais e a situação das pessoas com deficiência, na educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008, p. 65).

Observamos, assim, que o PMC influenciou a inclusão de forma direta da temática na Política Nacional, a partir do II PNPM, além de ampliar as ações previstas já no primeiro Plano. Segundo Lima, Lopes e Costa (2016), o PMC foi um marco na agenda política nacional, por inserir as questões de gênero em

ciências e tecnologias. Desse modo, considerando as cinco etapas do ciclo de uma política pública⁷, observamos que, é a partir das discussões apresentadas desde a primeira seção desta dissertação, que o Programa Mulher e Ciência entra na agenda política. Isso porque é por meio da criação do GT que origina o Programa, iniciando o processo de formulação da política, com a participação de diversos atores governamentais e não governamentais, culminando na definição dos objetivos e na elaboração do programa, se configurando como a fase de tomada de decisões⁸.

A implementação da política aconteceu com a execução das ações previstas no PMC, que deve ser seguida de avaliação das ações dessa política de forma contínua, o que nos parece não vem ocorrendo, pois não encontramos informações sobre isso nos espaços oficiais em que as ações do PMC são planejadas e executadas, a exemplo dos *sites* do Programa e do CNPq, que não apresentam dados atualizados das iniciativas desenvolvidas.

Como vimos na seção anterior desta dissertação, até meados do século XXI, o Brasil não possuía nenhuma política de formação específica para mulheres. E, apesar do PMC ser implementado no ano de 2005, segundo Lima, Lopes e Costa (2016), até o ano de 2016 continuava a ser a única iniciativa da área em âmbito nacional. Entretanto, não conseguiu inserir a temática nos documentos elaborados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), que abordou nos últimos anos apenas disparidades regionais, no que se refere ao desenvolvimento nas áreas de ciência e tecnologia, apontando para discrepâncias entre regiões do país. Mas, ignorando, de certo modo, as questões de gênero.

Dentre os documentos publicados pelo MCTI, que estão disponíveis no portal eletrônico do Ministério, encontramos um único documento que menciona a questão de gênero. No documento: Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2016/2022, publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC)⁹, é apontada a tendência mundial de

⁷ O ciclo da política pública é composto por cinco etapas, quais sejam, a entrada na agenda, a formulação da política, o processo decisório, a implementação e a avaliação (WU, 2014).

⁸ De acordo com WU (2014), a fase de tomada de decisão se difere do processo de formulação e de implementação de uma política, é uma fase de definição de qual caminho será percorrido, de que forma será tratado o problema que originou a política.

⁹ No dia 12 de maio de 2016, o Ministério das Comunicações foi extinto, por meio de medida provisória e incorporado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que passa a ser Ministério da Ciência,

implantação de políticas de gênero nas instituições científicas, buscando a promoção da paridade e eliminação do preconceito.

Garantir e incentivar a participação plena e efetiva das mulheres nas Ciências e assegurar a igualdade de oportunidades na área de CT&I apresentam-se com uma forte tendência mundial com benefícios diretos para a sociedade como um todo [...] Pesquisas sobre relações de gênero, divisão sexual do trabalho e relações de poder tem sido incentivadas (BRASIL, 2016b, p. 57).

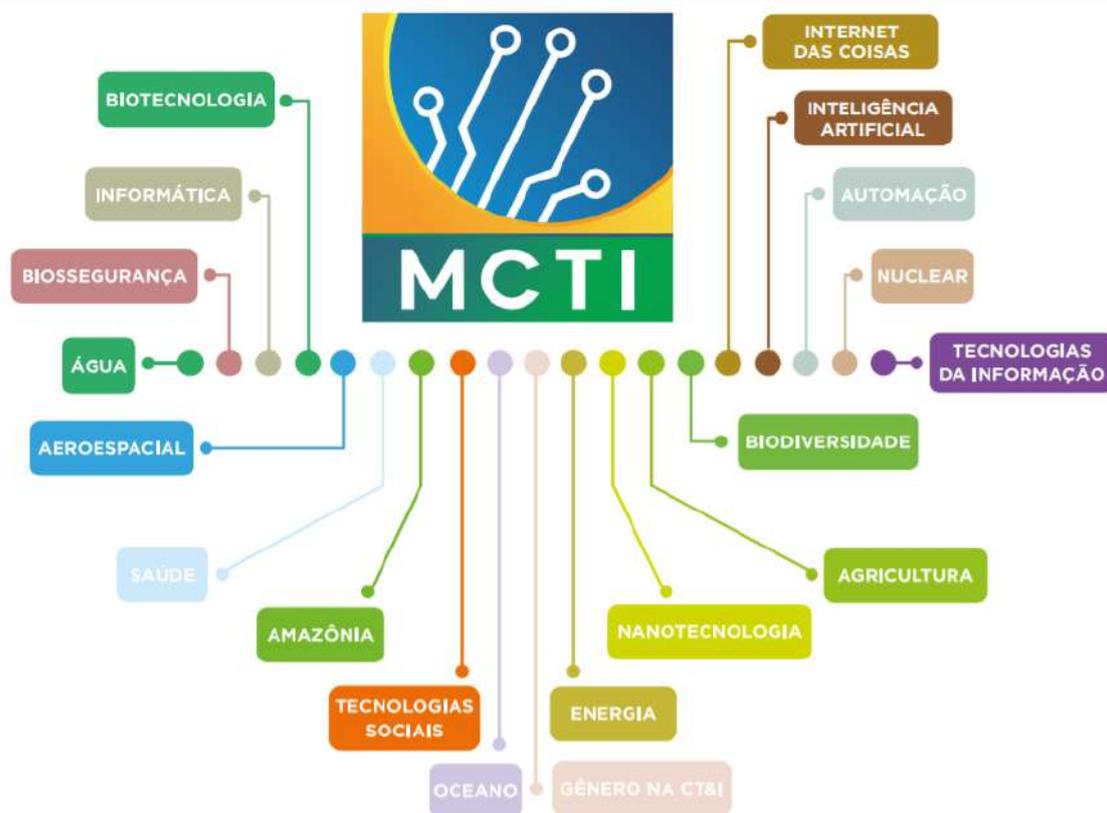
A temática de gênero é citada no documento e o trecho acima sinaliza como uma tendência, que vem sendo materializada em diversos países, porém, não há previsão de nenhuma ação ou estratégia do MCTI nesse sentido a ser materializada efetivamente. Apesar do PMC ter a colaboração do MCTI, também não há menção ao programa nas publicações do Ministério.

O documento apresenta as ações do Ministério durante o ano de 2019, primeiro ano da gestão do Ministro Marcos Pontes no MCTI, faz menções ao que chama de “entregas” pelo Ministério, e cita como uma das ações realizadas por intermédio da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI), o projeto “Empreendedoras Digitais”, em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo. O projeto se propõe a apoiar iniciativas e programas de *startups* lideradas por mulheres. A iniciativa é a única menção feita às mulheres nas ações realizadas pelo MCTI em 2019, porém não é uma ação de âmbito nacional, o que nos permite afirmar ser uma ação focalizada.

O tema “gênero na CT&I” consta como uma das áreas de atuação do MCTI, na quarta edição da revista Mundo MCTI, comemorativa aos 35 anos do Ministério, conforme apresentado na Figura 04, embora já não esteja dentro do recorte do nosso estudo, que vai de 2005 a 2019.

Tecnologia, Inovação e Comunicação - MCTIC. Em 10 de junho de 2020, também por meio de medida provisória, o Ministério é novamente desmembrado em dois Ministérios separados: Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Figura 04: Áreas de Atuação do MCTI.



Fonte: Revista Mundo MCTI, 2020.

Apesar de constar como uma das áreas de atuação, na própria edição não há nenhuma menção a qualquer iniciativa que esteja relacionada à temática, e só é possível identificar o termo “gênero” na Figura 04. Isso é contraditório, pois essa é uma das áreas de atuação do MCTI.

Retomando-se à implementação do PMC, após sua formalização, temos a primeira proposta, que foi formada por três ações, a Chamada de Apoio para Projetos de Pesquisa, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.

Em 2005, foi lançada a primeira edição da chamada de apoio a projetos de pesquisa, com a temática Mulheres, Relações de Gêneros e Feminismos, que recebeu 340 propostas e selecionou 130, que totalizaram um recurso de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) (CNPQ, 2006).

Ainda em 2005, tivemos a primeira edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que beneficiou estudantes em três categorias: ensino médio, ensino superior e pós-graduação. De acordo com o Relatório de

Implementação do I PNPM, o prêmio recebeu 1.270 redações de estudantes de ensino médio, 141 trabalhos de estudantes do ensino superior e 176 de pós-graduação (BRASIL, 2006a).

Já o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências teve a sua primeira edição no ano de 2006, e reuniu 200 grupos de pesquisas, oriundos de 100 universidades, com representação de 23 das universidades federais do país (LIMA, 2017).

De acordo com Lima (2017), o PMC, além das ações previstas inicialmente, também estimulou outras ações e medidas para o fortalecimento da mulher nas áreas científicas. Dentre essas ações, a autora destaca a prorrogação dos prazos das bolsas do CNPq em virtude da maternidade, que inicialmente aconteceu em 2010, para as bolsas de mestrado e doutorado, e, em 2012, foi ampliada para as bolsas de pós-doutorado e bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ). Nesse sentido,

[...] É importante perceber que a bolsa é a principal fonte de recursos financeiros para a longa formação e atuação das/os pesquisadoras/es. Se as mulheres têm sua principal fonte de sustento interrompida no momento em que o orçamento aumenta, essa é uma forma implícita de fazer com que as mulheres escolham entre a carreira ou a maternidade. O fato de a maternidade não estar inicialmente prevista nas normas faz parte de uma lógica baseada no referencial masculino. (LIMA, 2017, p. 129).

Como podemos observar, apenas na década de 2010 as pesquisadoras em formação *stricto sensu* passam a ter o direito à licença maternidade, que é reconhecido no país desde o ano de 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Porém, o desafio para conciliar o desejo da maternidade com a carreira científica, não se encerra com esta conquista. No ano de 2017, tem início o movimento denominado “*Parent in Science*”, provocado pela cientista Fernanda Staniscuaski, o movimento culmina no Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, que aconteceu no ano de 2018, em Porto Alegre/RS, um dos resultados dessa organização foi a campanha “Maternidade no *Lattes*”, onde, as pesquisadoras solicitaram ao Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), um campo para que pudessem registrar as licenças maternidades no Currículo *Lattes*¹⁰.

No ano de 2019, o CNPq publicou que incluiria em sua plataforma, campos para informações a respeito da data de nascimento ou adoção dos filhos das cientistas (ARAUJO; MANZANO, 2020). Entretanto, só recentemente o CNPq publicou em seu *site*¹¹ que, no mês de abril de 2021, esta ferramenta estaria disponível.

Outras iniciativas também foram sendo implementadas sob influência do PMC, e foram agregadas a esse, como a chamada “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, que teve a sua primeira edição em 2013, através da parceria entre a SPM, MCTI e CNPq, com o objetivo de apoiar financeiramente projetos que estimulem a formação de mulheres nas carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no país. A chamada teve a parceria da Petrobrás e recebeu 528 projetos, em que 325 foram aprovados em diversas áreas do conhecimento, a chamada contou com R\$ 11 milhões em recursos (MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobrás, Chamada 18/2013).

O projeto “Pioneiras da Ciência” foi lançado no ano de 2013, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, com objetivo de dar visibilidade a história de pesquisadoras e suas contribuições. A primeira edição contou com dezenove verbetes que contavam a história de pesquisadoras que tiveram destaque em diversas áreas, os verbetes, que foram resultados de uma pesquisa realizada pela SBPC em 2006, foram atualizados e publicados no site do CNPq (CNPq, 2021b).

O “Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de Mulher!”, foi lançado em 2014, também objetivando divulgar jovens cientistas brasileiras, que estivessem em bolsa de produtividade em Pesquisa e tivessem menos de 40 anos de idade. As trajetórias de 22 pesquisadoras foram divulgadas no site do CNPq para inspirar meninas e jovens a atuarem na carreira científica (CNPq, 2020).

¹⁰ Plataforma que é padrão nacional onde estudantes e pesquisadores registram seus currículos profissionais. Adotado pela maioria das instituições brasileiras.

¹¹ Notícia disponível no link <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>

4.2.1 O PMC e as ações de estímulo à produção científica

O PMC traz como seu primeiro objetivo estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo no país (CNPQ, 2012). As primeiras ações do Programa, conforme vimos anteriormente, estão diretamente ligadas a este objetivo. As chamadas de apoio à pesquisa e o prêmio Construindo a Igualdade de Gênero implementadas através do Programa, se apresentam como mecanismos que buscam incentivar a produção científica nestas áreas e dar visibilidade a estas produções. O primeiro objetivo do programa foi analisado por Lima (2017), e informaremos a seguir algumas ações consideradas relevantes quanto a esse objetivo.

a) Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero teve a sua primeira edição no ano de 2005. Com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo, além de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas (BRASIL, 2006b).

O Prêmio é fruto da parceria entre o MEC, a SPM, o CNPq e a ONU Mulheres e se consolida com a premiação de artigos científicos, textos de estudantes do ensino médio e projetos e ações pedagógicas que promovam a igualdade de gênero nas escolas (LIMA, 2017).

Foram realizadas dez edições do Prêmio entre os anos de 2005 e 2015, nestas dez edições foram realizadas 29.371 inscrições (LIMA, 2017). No ano de 2016, foi lançada 11ª edição do prêmio, que ocorria anualmente, porém esta edição foi adiada para o ano de 2017 e acabou não acontecendo. No site do Prêmio, que ficou desatualizado desde então, é possível visualizar o banner da 11ª edição, que teve o período de inscrições adiado por duas vezes e não chegou a ser finalizada. Vale destacar que essa descontinuidade das edições aconteceu no período pós *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, ocasião em que tivemos várias rupturas no que se refere às políticas direcionadas às mulheres, com o enfraquecimento da SPM e, conseqüentemente interrupção de recursos e financiamentos direcionados para ações como o Prêmio.

Lima (2017) apresenta alguns apontamentos em relação aos trabalhos publicados em todas as edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Entre os temas mais recorrentes dos 60 artigos premiados ao longo das dez edições, tivemos “arte, literatura e cultura” e “História das mulheres, do feminismo e das relações de gênero” e “violência”, como os três temas mais recorrentes. A temática “Gênero, ciências e tecnologias” correspondeu a apenas 5% dos artigos premiados. Esses dados ilustram a problemática que já apresentamos nas seções anteriores sobre a divisão sexual do trabalho.

Observamos, assim, que a realidade discutida anteriormente em relação aos espaços ocupados pelas mulheres, ainda permanece. Leta *et al.* (2006) destaca a tímida participação das mulheres nas ciências que, são classificadas como “*hard*”. Resultado do processo educacional a que as mulheres foram submetidas, como apresentamos nas reflexões de Bonato (2003), Saffioti (2013) e Silva (2019) na primeira seção deste trabalho.

De acordo com Lima (2017), o prêmio considera alguns outros marcadores sociais além dos de gênero, como por exemplo, cor e raça. O que reflete que as questões de gênero não estão alheias a outros aspectos sociais. A autora acrescenta que a utilização de estudantes e pesquisadoras pretas na divulgação das chamadas, pode ser considerada um dos motivos da representatividade deste público, posto que

[...] É possível considerar alguns fatores para a significativa participação negra nos prêmios, por exemplo as já citadas políticas de ações afirmativas implantadas na última década. Também é possível associar essa participação à identificação com o tema, que sugere que a abordagem do trabalho inscrito contemple as intersecções de classe social, raça e etnia. Outro fator influente nesse processo é a inserção de imagens de jovens negras/os no material de divulgação do prêmio em todas as suas edições. (LIMA, 2017, p. 111).

Apesar de ainda ser menor que a participação das que se declaram brancas, a participação das negras é bem expressiva, atingindo 48% das inscrições. Conforme já apresentado, as edições do prêmio não tiveram continuidade. A edição que estava prevista para 2016, foi adiada para o ano seguinte e não aconteceu. Neste período, tivemos o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef em 2016, e a ascensão do governo de Michel

Temer. A análise de Lima (2017) contempla todas as edições que foram realizadas.

b) Chamada de Apoio a Projetos de Pesquisa

Como uma das ações desenvolvidas pelo PMC, tivemos o lançamento de Chamadas para apoio a projetos de pesquisa sobre a temática “relações de gênero, mulheres e feminismos”. No ano de 2005, foi lançada a primeira Chamada, seguida de mais três, em 2008, 2010 e 2012. Houve ainda, a previsão do lançamento da 5ª chamada, no ano de 2015, porém essa chamada não chegou a acontecer, considerando a conjuntura política e econômica do país (LIMA, 2017).

Na primeira Chamada nº 45/2005, o CNPq foi o único responsável pelo aporte de recursos (CNPq, Edital nº 45/2005). A partir da segunda chamada, nº 57/2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário entrou como parceiro e fez aporte de recursos para assuntos relativos a “pesquisas voltadas às temáticas das “relações de gênero no campo e na floresta”. Entraram também com recursos o MCTI e a SPM, que também realizaram aporte nas chamadas nº 20/2010 e nº 32/2012 (MCT/CNPq/SPM-PR/MDA, Edital nº 57/2008; MCT/CNPq/SPM-PR/MDA, Edital nº 020/2010; MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA, Chamada nº 32/2012). Os recursos aumentaram a cada chamada e totalizaram nas quatro chamadas, o valor de R\$ 21.200.000,00. Em todas as chamadas foram apoiados 659 projetos de pesquisa, das 1.371 propostas que foram recebidas para análise (LIMA, 2017).

Ao analisar os projetos apoiados pelas chamadas, Lima (2017) apresenta que a maioria das propostas aprovadas, concentram-se nas áreas de Sociologia e Antropologia, áreas que, historicamente já realizavam discussões a respeito de gênero. As propostas relacionadas ao tema: “Gênero, ciências e tecnologias” representaram apenas 5,4% das propostas apoiadas.

Vale destacar que o trabalho da Unesco (2018), que discutimos desde a introdução deste trabalho, já aponta a sub-representação das mulheres nas áreas de ciências, engenharias, tecnologias e matemática, contexto esse justificado pela forma como se deu a inserção das mulheres no processo educativo brasileiro, incluindo-se nesse processo o acesso das mulheres na

educação profissional, como apresentados nos estudos de Bonato (2003), Saffioti (2013) e Silva (2019) na terceira seção desta dissertação.

De acordo com o exposto por Lima (2017), observamos que, além destas áreas ainda possuírem uma participação pequena de mulheres, as discussões e trabalhos que contemplam relações de gênero também são escassas nestas áreas, se configurando como a área com menor número de propostas enviadas em todas as edições das chamadas de apoio a projetos de pesquisa.

c) Encontro Nacional de Grupos e Núcleos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências

O Encontro Nacional de Grupos e Núcleos de Pesquisa de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, foi a terceira ação integrante do Programa Mulher e Ciência a ser executado. A primeira edição do Encontro aconteceu em 2006 e tinha como objetivo,

mapear e analisar o campo de estudo de gêneros no Brasil; estimular a produção acadêmica na área; propor medidas de ação que contribuíssem para ampliar a inserção das mulheres em todos os campos da ciência; e discutir a trajetória de das mulheres e seu posicionamento nas carreiras acadêmicas (BRASIL, 2006c, p. 8).

De acordo com Lima (2017), a proposta é que o Encontro Nacional fosse realizado a cada três anos, possibilitando a discussão entre pesquisadoras, representantes governamentais, demais participantes e convidadas sobre os objetivos do PMC.

O Primeiro encontro Pensando Gênero e Ciências, que aconteceu em 2006, reuniu cerca de 200 grupos de pesquisa em gênero, que discutiram sobre os temas, “estudos de gênero” e “gênero, ciências e tecnologias”. 316 mulheres e 17 homens participaram dos três dias de encontro, que aconteceu em Brasília entre os dias 29 e 31 de março de 2006. A primeira edição do Encontro fez recomendações em 9 (nove) aspectos: 1) Dados – em que recomendou a produção e divulgação de indicadores e informações desagregadas em sexo e raça, inclusive com a recomendação da inserção do quesito “cor” no currículo lattes; 2) Educação científica e de gênero – objetivando a desconstrução de estereótipos de gênero, especialmente por uma educação científica e tecnológica não sexista e não racista; 3) Representação nos comitês científicos,

agências e sociedades científicas – incluindo a democratização no acesso aos cargos de direção; 4) Publicações científicas e tecnológicas; 5) Circulação de informações e democratização do conhecimento científico e tecnológico – estes dois últimos objetivando ampla publicização dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; 6) Financiamentos: editais e agência de fomentos; 7) Ações afirmativas em ciência e tecnologia – buscando a igualdade étnica, racial, de gênero e regional; 8) Institucionalização e fortalecimento de núcleos e grupos de pesquisa; 9) Promoção e carreira – incluindo a questão da licença maternidade (BRASIL, 2006c).

A segunda edição do Encontro, que aconteceu em 2009, teve como tema central “Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de educação, ciência e tecnologia do Brasil”. O segundo encontro teve recomendações relacionadas aos cinco principais temas: a formação e capacitação na área de gênero, mulheres e feminismo; produção científica; divulgação; indicadores e avaliação; e direitos e representações (LIMA, 2017). O Pensando Gênero e Ciências teve apenas as duas edições já apresentadas.

Observamos que as discussões e recomendações realizadas a partir dos Encontros, coadunam com as discussões já realizadas neste trabalho, pois abordam temáticas como a disseminação de uma cultura não-sexista e não-racista, que estão também inseridas nos objetivos apresentados nos PNPM's. Também estão presentes nos apontamentos feitos por alguns autores já apresentados, dentre os quais: Cavalli (2017) que destaca em seu estudo, a importância de romper com os estereótipos de gênero e a perpetuação de uma educação sexista, e Minella (2013) que discute a lacuna ainda existente nas publicações que envolvem a temática de mulheres na ciência, no que se refere a raça e etnia.

Salientamos que a inclusão desse marcador nas discussões a respeito da participação das mulheres nas ciências foi uma das recomendações realizadas após as edições do Encontro. Devemos também nos reportar a Leta (2003) que destaca a ausência de publicações e sistematizações de estudos e pesquisas que enfoquem especificamente a educação para o trabalho de mulheres, conforme discutimos nas primeiras seções deste trabalho.

Conforme apresentado, estas foram as ações/iniciativas que o PMC fomentou especialmente no que se refere ao primeiro objetivo do programa, no

sentido de estimular a produção científica e proporcionar reflexões sobre a temática. O estudo de Lima (2017) faz uma avaliação aprofundada, desse primeiro objetivo em sua tese de doutorado, e após a análise dessa autora, não aconteceram novas edições das ações apresentadas. Destacamos a importância e a inovação das ações, que deram maior visibilidade aos estudos e discussões sobre a temática de gênero nas ciências, em vários níveis de ensino. Apesar de ainda se configurarem como iniciativas pontuais, significaram o início do processo para estimular a produção científica da temática, e tiveram um efeito multiplicador, conforme apresentaremos no decorrer desta seção.

A seguir, apresentaremos algumas ações que estão mais direcionadas ao segundo objetivo do programa.

4.2.2 A participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas: contribuições do PMC

O segundo objetivo apresentado pelo PMC é promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas (CNPq, 2012). Esse objetivo está ligado ao apresentado anteriormente, estimular a produção científica e promover reflexões sobre o tema, até por se configurar como consequência dele, pois o estímulo à produção científica, a publicização e discussão relacionadas à temática, devem funcionar como incentivo para a formação profissional e a participação das mulheres na ciência e tecnologia.

As primeiras iniciativas do PMC vinculadas ao primeiro objetivo, desencadearam ações e projetos que estão diretamente relacionados ao segundo objetivo do Programa, o que nos permite afirmar que há condicionalidades entre os dois objetivos.

O segundo objetivo, conforme discutimos na seção anterior, se apresenta de forma mais direta, e com nexos articulados diretamente ao II PNPM, quando esse Plano trata da ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico e ao ensino superior, assim como, do estímulo à participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas, que em síntese, se constituem como objetivos específicos do segundo capítulo do II PNPM, destinado à educação.

O segundo objetivo do PMC também apresenta nexos com duas ações previstas no II PNPM, quais sejam, a 2.3.1 que trata do estímulo à participação

feminina em áreas profissionais e tecnológicas não ocupadas tradicionalmente por mulheres e a 2.3.2 que aborda a realização de campanhas para ampliar a participação das mulheres no ensino tecnológico e profissional.

A seguir, discutiremos algumas ações e projetos em consonância com o segundo objetivo do PMC.

a) Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação

A Chamada Pública MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobrás nº 18/2013 - Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação é uma das ações que foram incorporadas ao Programa Mulher e Ciência. Através da concessão de apoio financeiro a projetos que estimulem a formação de mulheres nas carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, a chamada tem como principais objetivos combater a evasão das mulheres nestas áreas, especialmente nos primeiros anos de curso, além de despertar o interesse de alunas do ensino médio e graduação em profissões em que as mulheres foram historicamente sub-representadas (MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobrás, Chamada 18/2013).

A primeira edição da Chamada foi publicada pela Petrobrás no ano de 2013, e apresentou a listagem com 211 cursos de graduação que deveriam ser estimulados, especialmente nas áreas de Engenharias, Tecnologia, Matemática, Química e Física. As áreas com maior número de propostas submetidas foram: Engenharia Química, Química, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Física. Foi previsto um recurso de R\$ 11.000.000,00, e apoiou 325 projetos, envolvendo cerca de 1500 bolsistas ligados a 107 instituições.

No ano de 2018, foi lançada uma segunda chamada do projeto. A chamada CNPq/MCTIC nº 31/2018, que teve como objetivo apoiar projetos que estimulem a participação de mulheres nas carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação, despertando o interesse nas estudantes da educação básica, a partir do 6º ano, e do ensino superior nestas carreiras e na pesquisa científica e tecnológica. Foi inicialmente previsto um recurso global de R\$ 3.000.000,00 e teve 500 projetos avaliados com mérito, entretanto, apenas 78 receberam apoio financeiro, os demais ficaram aguardando recursos. Isso

aponta que o contexto político-econômico já discutido anteriormente, que culminou no *impeachment* de Dilma Roussef, e ascensão do governo de Michel Temer, repercutiu diretamente nas políticas direcionadas às mulheres, que sofreram com a falta de investimentos. Se comparada a primeira edição, a redução do investimento foi drástica, e os projetos apoiados representaram apenas 24% do quantitativo beneficiado na primeira edição.

Entretanto, alguns projetos continuaram a ser apoiados, após o primeiro resultado da chamada. No mês de outubro de 2020, aconteceu o Encontro Nacional da Chamada CNPq/MCTIC nº 31/2018 que, devido a pandemia do coronavírus, foi no formato de *live*¹². O Encontro celebrou o encerramento dos 78 projetos que foram atendidos inicialmente. Durante o evento foi divulgado que, além dos projetos já em execução, outros projetos ainda estavam sendo contemplados, e os demais projetos que foram aprovados com mérito, continuaram aguardando recurso para apoio (Encontro Nacional da Chamada CNPq/MCTIC nº 31/2018, 2020).

A chamada estipulou o período de quinze meses para a execução dos projetos, e ela continua em curso, aguardando recurso para contemplar outros projetos que continuam em espera. Vale destacar, que muitas iniciativas contempladas, mesmo após esse período, seguiram em funcionamento, como o caso do “Meninas na Ciência – tecendo redes”, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Feevale e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). No site do projeto, é possível conhecer várias ações que envolvem a temática de mulheres e meninas cientistas no Brasil¹³. Assim, observamos, o caráter multiplicador das ações relacionadas ao Programa Mulher e Ciência.

b) Projeto Pioneiras da Ciência

O Projeto Pioneiras da Ciência, também lançado em 2013, no dia 08 de março, é integrante do PMC, e tem como objetivo dar visibilidade à história de

¹² Transmissão ao vivo na internet, por meio de redes sociais. Disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=s1o8qFPnROg>

¹³ Na página do projeto é possível através do link <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/mnc-no-brasil> localizar ações de mulheres e meninas cientistas no Brasil, são disponibilizados dados básicos de cada projeto e endereço eletrônico para maiores informações. Através da página é possível também cadastrar projetos que ainda não constam na página.

pesquisadoras e cientistas, para incentivar a participação das mulheres nas ciências (LIMA, 2017). A primeira edição do projeto foi publicada inicialmente pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no ano de 2006, sob o título “Pioneiras da Ciência no Brasil”¹⁴, abordando a trajetória de 19 cientistas que tiveram papel importante na disseminação da ciência na cultura brasileira. O Projeto Pioneiras da Ciência em sua primeira edição republicou os verbetes no *site* do CNPq.

Vale destacar os nomes e as respectivas áreas das cientistas homenageadas nesta edição: Neusa Amato, na Física; Carolina Martuscelli Bori, na Psicologia; Alice Piffer Canabrava, na História; Bertha Lutz, na Biologia; Blanka Wladislaw, na Química; Elisa Frota-Pessoa, na Física; Elza Furtado Gomide, na Matemática; Eulália Maria Lahmeyer Lobo, na História; Graziela Maciel Barroso, na Botânica; Johna Döbereiner, na Agronomia; Maria Josephina Matilde Durocher, na Obstetrícia; Maria da Conceição de Almeida Tavares, na Economia; Maria José Von Paumgartten Deane, na Parasitologia; Marília Chaves Peixoto, na Matemática; Marta Vannucci, na Biologia; Nise da Silveira, na Psiquiatria; Ruth Sonntag Nussenzweig, na Biologia; Sonja Ashauer, na Física; e Victoria Rossetti, na Engenharia Agrônoma.

A partir dessa primeira publicação em 2013, outros nomes foram suscitados e aconteceram mais seis edições do projeto, contemplando 79 mulheres cientistas que se destacaram em diversas áreas. As sete edições do projeto foram publicadas na página destinada ao Programa Mulher e Ciência no *site* do CNPq, seguindo o mesmo padrão de pequenos verbetes com a história de cada cientista.

Dentre as áreas que mais apareceram em todas as edições, tivemos: Física, Biologia e Psicologia. Conforme já apresentamos anteriormente, Lima (2017), a Física foi uma das áreas pioneiras, das ciências consideradas “*hard*”, que se destacou no desenvolvimento de eventos e ações que discutissem a participação das mulheres. Podemos apontar que a atuação dessas mulheres contempladas no Pioneiras da Ciência, na disseminação da cultura científica no país desde as primeiras décadas do século XX, podem ter contribuído para esse

¹⁴ O levantamento foi realizado por Hildete Mello e Lygia Rodrigues e está disponível no CNPq, através do link <http://memoria2.cnpq.br/documents/10157/6c9d74dc-0ac8-4937-818d-e10d8828f261>

contexto. Entretanto, como veremos nos dados apresentados no item a seguir de forma mais aprofundada, essa área ainda permanece com pequena participação de mulheres.

Ao analisar os verbetes das sete edições do Pioneiras da Ciência, publicados no *site* do CNPq, observamos as grandes áreas em que se destacaram as cientistas, notamos que a área da saúde e de humanas, representaram juntas quase 70%. Enquanto as Ciências Exatas, Engenharias e Matemática representam apenas 30%. Sendo dentre elas engenharia a área que menos aparece nas trajetórias destacadas. Este cenário reflete o contexto já discutido nas primeiras seções deste trabalho, especialmente porque no projeto foram elencadas cientistas que atuaram no século XX.

Esta preocupação da baixa participação das mulheres nas ditas ciências “*hard*” e sua maior concentração nas ciências humanas e biológicas, foi apontada por Leta *et al.* (2006), e comprovada com dados do CGEE (2020), que apresentamos na Introdução desta dissertação. Situação que conforme discutimos nas seções anteriores, são consequências da falta de estímulo das mulheres para atuação nestas áreas, desde a primeira infância, quando as brincadeiras e atividades realizadas pelas mulheres são voltadas ao cuidado, diferente das destinadas aos homens. Além disso, vale destacar que o ingresso das mulheres na educação formal se deu tardiamente e conforme já discutido neste trabalho, as primeiras iniciativas não contemplavam as matérias relacionadas às áreas “*hard*” sendo priorizadas matérias direcionadas ao papel social que a mulher deveria desempenhar, de mãe e esposa.

c) Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher!

Na mesma linha do Pioneiras da Ciência, em 2014, o PMC lança o projeto Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher! O projeto foi uma ação comemorativa ao dia da mulher e teve como objetivo divulgar as cientistas brasileiras, bolsistas de produtividade com menos de 40 anos (CNPq, 2020). Foram divulgados no formato de verbetes no site do CNPq, na página destinada ao projeto, as trajetórias de 20 pesquisadoras de diversas áreas conforme o quadro a seguir.

Quadro 04 – Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher! - Homenageadas na primeira edição.

Alessandra Reis - PQ 1C	Odontologia - UEPG/PR
Alicia Juliana Kowaltowski - PQ 1B	Bioquímica - USP/SP
Anamaria Siriani de Oliveira - PQ 1C	Fisioterapia e Terapia Ocupacional - USP/SP
Andrea Pedrosa Harand - PQ 1D	Genética - UFPE/PE
Carolina Bhering de Araujo - PQ 1D	Matemática - IMPA/RJ
Clarissa Marcelli Trentini - PQ 1D	Psicologia - UFRGS/RS
Daniela Sales Alviano - PQ 1D	Microbiologia - UFRJ/RJ
Danielle Costa Morais - PQ 1D	Engenharia de Produção - UFPE/PE
Daniella da Glória de Souza - PQ 1D	Farmacologia - UFRM/MG
Elaine Cristina Gavioli - PQ 1D	Farmacologia - UFRN/RN
Elaine Fontes Ferreira da Cunha PQ - 1D	Química - UFLA/MG
Isabel de Camargo Neves Sacco - PQ 1D	Fisioterapia e Terapia Ocupacional - USP/SP
Karina Ramalho Bortoluci - PQ 1D	Imunologia UNIFESP/SP
Maria Martha Campos - PQ 1C	Farmacologia - PUC/RS
Mariana de Mattos Vieira Mello Souza - PQ 1D	Engenharia Química - UFRJ/RJ
Mariana Pires de Campos Telles - PQ 1D	Ciências Ambientais - UFG/GO
Roberta Oliveira Parreiras - PQ 1D	Engenharia de Produção - PUC/MG
Solange Binotto Fagan - PQ 1D	Física - UNIFRA/RS
Sueli Rodrigues - PQ 1D	Ciência e tecnologia de Alimentos - UFC/CE
Tiana Kohlsdorf - PQ 1D	Genética - USP/SP

Elaboração própria (2021).

Quando analisamos as áreas contempladas no projeto, observamos que embora, o foco desta ação sejam pesquisadoras jovens, áreas como Engenharia e Tecnologias, ainda aparecem de forma tímida, dentre as engenharias, tivemos apenas Engenharia de Produção e Engenharia Química, e no que se refere a tecnologia, apenas uma pesquisadora, que se destacou na área de ciência e tecnologia de alimentos. Não aconteceu outra edição desta publicação. Inclusive, vale destacar que em nossas pesquisas mais recentes na página do PMC no site do CNPq, observamos que o *link* que dá acesso a publicação dos verbetes não está mais disponível.

Ações e iniciativas como o Pioneiras da Ciência e Jovens Pesquisadoras contribuem para dar visibilidade ao trabalho das mulheres nas ciências e tecnologias, especialmente em espaços onde são sub-representadas. A representatividade tem grande influência na decisão das carreiras das meninas e jovens. De acordo com Brito, Pavani, e Lima Jr (2015), muitas meninas e jovens não procuram áreas científicas e tecnológicas, por não encontrarem um

modelo. De acordo com os autores, a ampliação da participação das mulheres na ciência e tecnologia é estratégico para o desenvolvimento do país, mas,

povoar a ciência com mais mulheres não implica somente a produção de um corpo científico mais competente. Ampliar o debate sobre a participação de mulheres na ciência significa também pensar numa ciência diferente, inspirada e renovada por experiências de vida historicamente excluídas da produção científica e tecnológica (BRITO, PAVANI e LIMA JR, 2015, p. 39).

Assim, iniciativas que promovam essa participação, e que valorizem o papel das mulheres nesses nichos, criando modelos, em que meninas e jovens possam vislumbrar a atuação nestas áreas, é fundamental para a construção de espaços mais igualitários e heterogêneos. Romper com a divisão sexual do trabalho, conforme discutimos desde a introdução desta pesquisa, ancorados em autores como Nogueira (2004) e Alves (2016), é fundamental, pois como apresentado por Souza (2014), a escolha profissional é influenciada pelos papéis historicamente definidos na sociedade como masculino/feminino.

Para Biroli (2018a) a divisão sexual do trabalho naturaliza a relação de subalternidade das mulheres, como vimos nas seções anteriores, muitas mulheres que ingressaram na ciência ocuparam o papel de auxiliar/ajudante de um cientista homem, a exemplo da cientista Lise Meitner, que apesar de participar da descoberta da fissão nuclear, foi ignorada no prêmio Nobel, entregue apenas ao seu parceiro na pesquisa. Esta realidade não foi um caso particular, tivemos vários outros “apagamentos” de mulheres na história da ciência. Esse apagamento e ausência no reconhecimento de seus trabalhos foi denominado pela historiadora Margaret Rossiter de “efeito Matilda” (BENEDITO, 2019).

Dar visibilidade às mulheres que se destacam no campo científico, como protagonistas nas ciências, é também contribuir para a superação do papel secundário que elas ocuparam historicamente.

Lima (2017) aponta que, além das ações que foram implementadas diretamente com o Programa Mulher e Ciência, ele também tem um efeito multiplicador. Na avaliação da autora, propiciar novas iniciativas e desdobramentos na área, é um dos maiores impactos do programa. Ela cita ainda outras iniciativas que aconteceram em decorrência do PMC, como o

programa Futuras Cientistas, do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), o Meninas na Ciência, da UFRGS, o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), o portal Ciência e Mulher, da SBPC, o Programa Mulheres e Ciências, lançado em 2016 e o projeto Meninas na Ciência, em 2017, ambos pelo MCTI.

Além das ações e iniciativas já apresentadas, Lima (2017) destaca alguns eventos de mobilização em relação a temática gênero nas ciências e tecnologias. A autora elenca três eventos que aconteceram no ano de 2010: o Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências, o Café Científico sobre Mulheres e Ciências – Desafios e Soluções, que aconteceu na SBPC. Essas ações ocorreram em parceria com o *British Council*, organização do Reino Unido que tem como uma de suas pautas a participação nas mulheres na C&T. E ainda o Programa de Cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres, no âmbito do Memorando de Entendimento Brasil-EUA, que possibilitou o intercâmbio de pesquisadoras brasileiras nos EUA e americanas no Brasil.

O Programa Mulher e Ciência está em consonância com políticas internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que apresenta no terceiro Objetivo do Milênio: “Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres” e o quinto Objetivo Sustentável do Milênio: “traçar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Como apresentado por Lima (2017) ratificamos que o PMC tem um efeito multiplicador e influenciou o desenvolvimento de outras ações com o objetivo de estimular a participação de meninas e jovens nas ciências, se destacando como uma das primeiras iniciativas que colocaram a temática na agenda política brasileira.

Ações como a prorrogação de bolsas do CNPq no caso de parto e adoção, e a inclusão do campo referente a licença maternidade no Currículo Lattes, para que as pesquisadoras e cientistas informem os dados relacionados aos filhos. mesmo que, já citadas anteriormente, merecem destaque como incentivo a atuação das mulheres na carreira científica. Estas ações impactam na vida das mulheres pesquisadoras e cientistas, pois como discute Araújo e Manzano (2020), a maternidade se configura como um grande entrave nas carreiras profissionais das cientistas, por naturalmente ser um período em que cai a produção científica das mulheres, devido às limitações próprias do período, além

de acumular as atividades da maternidade e os cuidados com o bebê, que socialmente é definido como responsabilidade da mulher, muitas também acumulam os trabalhos domésticos. O discurso que apresenta a incompatibilidade entre maternidade e carreira científica, acaba por se configurar como mais um aspecto em que as mulheres são desencorajadas a seguir nestas áreas.

Apesar de não se delinear como uma política direcionada às mulheres, vale destacar aqui o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que foi instituído pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. O programa teve como objetivo propiciar a formação dos estudantes brasileiros em instituições estrangeiras, através da concessão e bolsas que possibilitassem a mobilidade internacional, em áreas prioritárias do conhecimento. De acordo com Feltrin, Costa e Velho (2016), as expectativas é que as mulheres tivessem uma pequena participação no Programa, visto que as áreas prioritárias para as bolsas se concentraram nas engenharias, computação e ciências exatas, tradicionalmente com pequena participação de mulheres. Entretanto, as autoras destacam que essa expectativa não se confirmou, e as mulheres representaram até 2016, aproximadamente 44% das bolsas do programa, totalizando 40.488 mulheres atendidas no Programa.

Alves e Azevedo (2019) discutem a interrupção do Programa CsF, no ano de 2016, um período de grandes retrocessos na educação brasileira. O programa proporcionou avanços de internacionalização da ciência, tecnologia e inovação, especialmente em áreas definidas como estratégicas para o país e que apontava para grandes avanços na internacionalização das universidades. Assim, como outros programas que já discutimos, com a transição de governo após o *Impeachment* de 2016, o governo de Michel Temer não deu continuidade ao programa, alegando falta de verbas.

Desta forma, observamos que, o contexto político e econômico do país incidiu diretamente nas políticas sociais que vinham ganhando espaço na agenda política brasileira, especialmente as voltadas à educação para o trabalho, e ao atendimento das demandas das minorias, como no caso aqui estudado nas políticas direcionadas às mulheres.

O PMC continua acontecendo, entretanto, conforme apresentamos nesta seção, desde o processo do *impeachment* de 2016, as ações foram se

fragmentando e outras foram interrompidas. A chamada Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação, é a iniciativa que continua em atividade. De acordo com Andréa Tonini¹⁵, diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq, até fevereiro de 2021, a chamada já havia atendido a 139 projetos, alguns ainda em execução, e totalizando um recurso de R\$ 9.000.000,00, oriundos do CNPq, MEC, MCTI, Secretaria Nacional para Mulheres e Fundações de Apoio, e ainda havia aproximadamente 400 projetos aguardando recursos.

Após a discussão a respeito das ações que se relacionam ao segundo objetivo do PMC, apresentamos a seguir, um panorama a respeito da participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas no Brasil após a implantação do PMC.

4.3 SITUANDO AS MULHERES NOS ESPAÇOS CIENTÍFICOS DO BRASIL (2005-2019)

Nesta subseção apresentamos dados que nos permitiram observar como tem sido a participação das mulheres nas áreas voltadas para a Ciência, após a implementação do Programa Mulher e Ciência, que ocorreu no ano de 2005. Os dados são de espaços formativos, como a Educação Profissional e Tecnológica de nível médio, graduação e pós-graduação, assim como um panorama de dados relacionados à carreira científica.

4.3.1 Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio

Ao buscar informações relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio, utilizamos dados dos Resumos Técnicos, Sinopses e Notas Estatísticas do Censo Escolar do INEP. De acordo com dados apresentados no documento Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Censo Escolar (INEP, 2006), no ano de 2003, os homens eram maioria na educação profissional, realidade que se alterou no ano de 2004, em que as

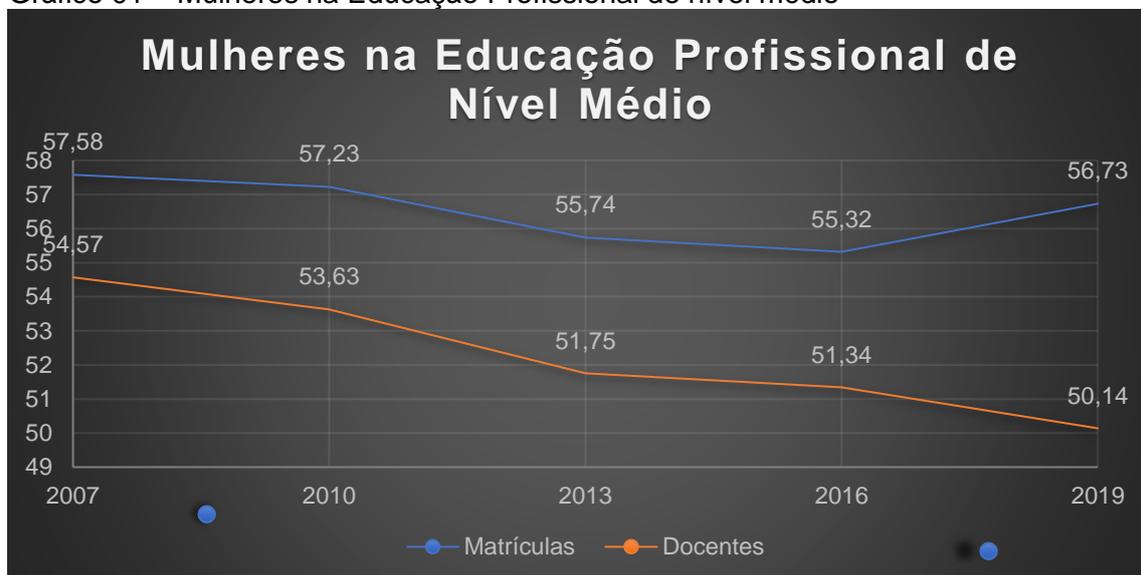
¹⁵ Fala realizada na Live em comemoração ao Dia Internacional e Mulheres e Meninas na Ciência, realizada no dia 11 de fevereiro de 2021, disponível no link <https://youtu.be/B6OMiTK3-uE>

mulheres atingiram 50,4% das matrículas. De acordo com o estudo, esse crescimento é resultado do avanço no número de cursos na área da saúde.

Através de informações do estudo do Inep (2006), é possível verificar que no ano de 2005, as áreas da educação profissional técnica de nível médio com menor participação das mulheres foram indústria, agropecuária, mineração e informática, em que as mulheres representaram apenas 10,7%, 25,9%, 28% e 36,2%, respectivamente. Já nas áreas de desenvolvimento social e lazer e saúde, o percentual de participação das mulheres foi 87,8% e 73,9%, respectivamente. Entretanto não foram lançadas edições posteriores deste estudo.

Desta forma, para análise dos percentuais de matrículas por sexo na educação profissional de nível médio, consideramos os dados, a partir do ano de 2007, quando foi possível encontrar nas sinopses estatísticas do Censo, as informações relacionadas ao sexo, conforme apresentaremos no Gráfico 01. Incluímos também nesse gráfico o percentual de docentes mulheres na EPT de nível médio, de acordo com os dados dos Censos de 2007 a 2019.

Gráfico 01 – Mulheres na Educação Profissional de nível médio



Elaboração própria (2021).

Fonte: INEP.

No Gráfico 01, apresentamos os dados com intervalos de três anos. Observamos que as variações entre 2007 e 2019 foram pequenas. Os dados nos mostram que a participação das mulheres, de forma geral, é maior do que a

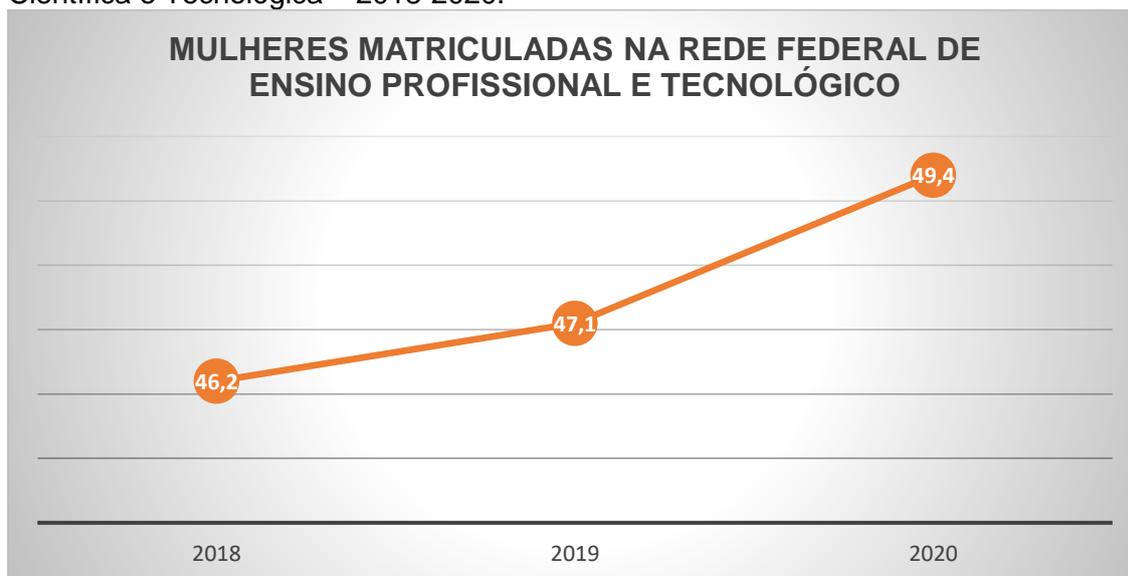
dos homens neste nível de ensino, e os percentuais não apresentaram grandes variações no período estudado. A participação das mulheres na docência também é maior neste nível de ensino, apesar de uma redução nos anos apresentados, atingindo um percentual mais equilibrado com os docentes do sexo masculino.

Nas sinopses estatísticas dos censos escolares analisados - 2007 a 2019, as informações a respeito da participação das mulheres por área, não constam em todos, apenas nos mais recentes. A ausência de dados relacionados às áreas dos cursos, nos impede de uma análise mais aprofundada no que se refere ao nosso objeto de estudo.

Foi possível identificar também no Mapa da Educação Profissional e Técnica no Brasil (CGEE, 2015), alguns dados que relacionam a participação das mulheres por eixo temático na EPT de nível médio no ano de 2013. Os eixos com menor participação de mulheres foram: controle e processo industrial, informação e comunicação, infraestrutura, militar e recursos naturais. Neste estudo, são apresentados dentro de cada eixo, o principal curso em relação ao número de matrículas. Dessa forma, foram destacados os seguintes cursos: mecânica de aeronave, no eixo militar, em que apenas 8% das estudantes eram mulheres; mecânica no eixo de controle e processo industrial, que teve um percentual de participação de mulheres de 12%; agropecuária, em recursos naturais, com 35,8% de mulheres; informática, no eixo informação e comunicação, com 38,2%; e edificações no eixo infraestrutura com 40,3%, de mulheres.

Através de pesquisas na Plataforma Nilo Peçanha, tivemos acesso a outras informações, vale salientar que a plataforma apresenta dados referentes apenas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando ainda outros níveis de ensino, além do médio, como graduação e pós-graduação. Destacamos que a plataforma é recente, e só apresenta dados dos últimos três anos, conforme apresenta o Gráfico 02.

Gráfico 02 – Participação das Mulheres na Rede Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica – 2018-2020.



Elaboração própria (2021).

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Observamos que na Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, o número de mulheres matriculadas vem seguindo uma tendência de crescimento. Se comparado ao ano de 2018, em que elas representavam 46,2%, temos em 2020, um crescimento de 3,2%, porém, vale destacar que os dados disponibilizados na plataforma se referem a um período curto.

Desta forma, no que se refere a educação profissional e tecnológica de nível médio, há uma ausência de informações e dados que sigam um padrão, ou variáveis que nos permitam realizar um estudo comparativo. Observamos nos dados do CGEE (2015), que alguns eixos específicos, como controle e processo industrial, informação e comunicação, infraestrutura, militar e recursos naturais, continuam predominantemente masculinas, entretanto, não podemos analisar se, embora ainda pequena, a participação das mulheres vem aumentando. Apesar dessa limitação no acesso a informações, apresentamos dados que nos permitiram vislumbrar um panorama de como as mulheres se localizam neste nível de ensino.

4.3.2 Graduação

Para análise do ensino superior, especificamente da participação das mulheres na graduação, buscamos informações no Censo da Educação Superior, desde o ano de 2005, ano da aprovação/implementação do Programa Mulher e Ciência, até o Censo 2019¹⁶. Analisamos os dados publicados nas Notas Estatísticas e Resumos Técnicos dos Censos de cada ano, no intervalo de 2005 a 2019.

Foi possível acompanhar as informações no que se refere ao quantitativo de mulheres nos cursos de graduação, em todos os Censos analisados. Em relação ao número de matrículas e de concluintes nas graduações presenciais no país, podemos observar que a realidade não se alterou entre os anos de 2005 e 2019. Em 2005, tivemos 44,1% de homens matriculados, e 55,9% de mulheres. No ano de 2019, essa proporção se manteve, tivemos 44,2% de homens e 55,7% de mulheres matriculadas nas graduações presenciais. O mesmo aconteceu nos dados relacionados aos concluintes das graduações presenciais, no ano de 2005, quando tivemos 37,8% de homens e 62,2% de mulheres, em 2019 os homens representaram 37,3% e as mulheres 62,7% dos concluintes.

Desta forma, observa-se que as mulheres são maioria na graduação brasileira, realidade já apresentada na terceira seção desta dissertação. Entretanto, para uma melhor análise do nosso objeto de estudo seria necessário considerar os dados de forma desagregada, por área e/ou por cursos, mas só é possível apresentar a partir de 2010.

As informações relacionadas às áreas de conhecimento e sexo, só aparecem a partir do Censo de 2010, e não apresentam percentual ou quantitativo, apenas o perfil do aluno de acordo com a área de conhecimento, conforme apresentada no Quadro 05.

¹⁶ O Censo 2020 está previsto para ser publicado em outubro de 2021.

Quadro 05 – Perfil do aluno de Graduação - Censo 2010.

Atributos	Área Geral do Conhecimento							
	Educação	Humanidades e artes	Ciências sociais, negócios e direito	Ciências, matemática e computação	Engenharia, produção e construção	Agricultura e veterinária	Saúde e bem estar social	Serviços
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Categoria Administrativa	Privada	Privada	Privada	Privada	Privada	Pública	Privada	Privada
Modalidade de Ensino	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Grau Acadêmico	Licenciatura	Bacharelado	Bacharelado	Bacharelado	Bacharelado	Bacharelado	Bacharelado	Tecnológico
Turno ²	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Noturno	Integral	Integral	Noturno
Idade (matrícula)	21	21	21	21	20	21	21	20
Idade (ingresso)	19	19	19	19	19	18	19	19
Idade (concluinte)	23	22	23	22	23	23	23	22

Fonte: Inep. Extraído do Censo da Educação Superior 2010.

Podemos observar com as informações apresentadas no quadro 05, extraído do Censo de 2010, que o perfil dos alunos nas áreas de “Ciências, Matemática e Computação”, “Engenharia, Produção e Construção” e “Agricultura e Veterinária”, são do sexo masculino, enquanto nas demais áreas o perfil é feminino. O que nos leva as discussões feitas nas seções anteriores a respeito da sub-representação das mulheres nas áreas de STEM. Vale salientar que o número de alunos do sexo feminino é maior do que do masculino, configurando 57% das matrículas se considerarmos todos os cursos de graduação.

No Censo de 2011, são apresentados dados referentes as dez áreas detalhadas com maior concentração de alunos por sexo, conforme os gráficos 03 e 04. Nestes dados, já é possível verificar o percentual da participação.

Gráfico 03 – Áreas com maior número de mulheres matriculadas.



Elaboração própria (2021).

Fonte: Inep (Censo da Educação Superior).

Observamos, nos dados apresentados no gráfico 03, que a maior concentração de mulheres continua situada nos cursos relacionados aos cuidados e serviços domésticos, espaços que ocuparam historicamente, conforme já discutimos na desde a primeira seção deste trabalho.

Gráfico 04 – Áreas com maior número de homens matriculados.



Elaboração própria (2021).

Fonte: Inep (Censo da Educação Superior).

Já quando visualizamos as áreas de maior concentração dos homens, os cursos relacionados com engenharia e tecnologia, continuam em destaque. O que aponta que esta realidade pouco se alterou.

No Censo da Educação Superior de 2013, são apresentados dados relacionados as grandes áreas do conhecimento e sexo, o que nos permite uma maior compreensão da realidade da graduação, segundo as grandes áreas.

Tabela 02 - Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa (e Sexo, segundo a Área Geral do Conhecimento – Brasil – 2013.

Área Geral do Conhecimento	Total Geral			Categoria Administrativa					
				Pública			Privada		
	Total	% F	% M	Total	% F	% M	Total	% F	% M
Total Geral	7.305.977	57,2	42,8	1.932.527	53,8	46,2	5.373.450	58,5	41,5
Agricultura e Veterinária	178.413	45,5	54,5	106.664	47,0	53,0	71.749	43,4	56,6
Ciências Sociais, Negócios e Direito	2.958.690	57,0	43,0	425.908	53,0	47,0	2.532.782	57,7	42,3
Ciências, Matemática e Computação	441.406	31,0	69,0	178.695	34,8	65,2	262.711	28,5	71,5
Educação	1.371.767	72,7	27,3	596.719	64,4	35,6	775.048	79,1	20,9
Engenharia, Produção e Construção	1.017.328	31,5	68,5	293.775	33,6	66,4	723.553	30,6	69,4
Humanidades e Artes	163.090	55,8	44,2	62.068	56,5	43,5	101.022	55,4	44,6
Saúde e Bem-Estar Social	984.769	76,5	23,5	212.749	72,0	28,0	772.020	77,8	22,2
Serviços	166.767	60,7	39,3	32.798	59,7	40,3	133.969	61,0	39,0
Não aplicável ¹	23.747	45,9	54,1	23.151	45,5	54,5	596	61,4	38,6

Fonte: Inep. Extraído do Censo da Educação Superior 2013.

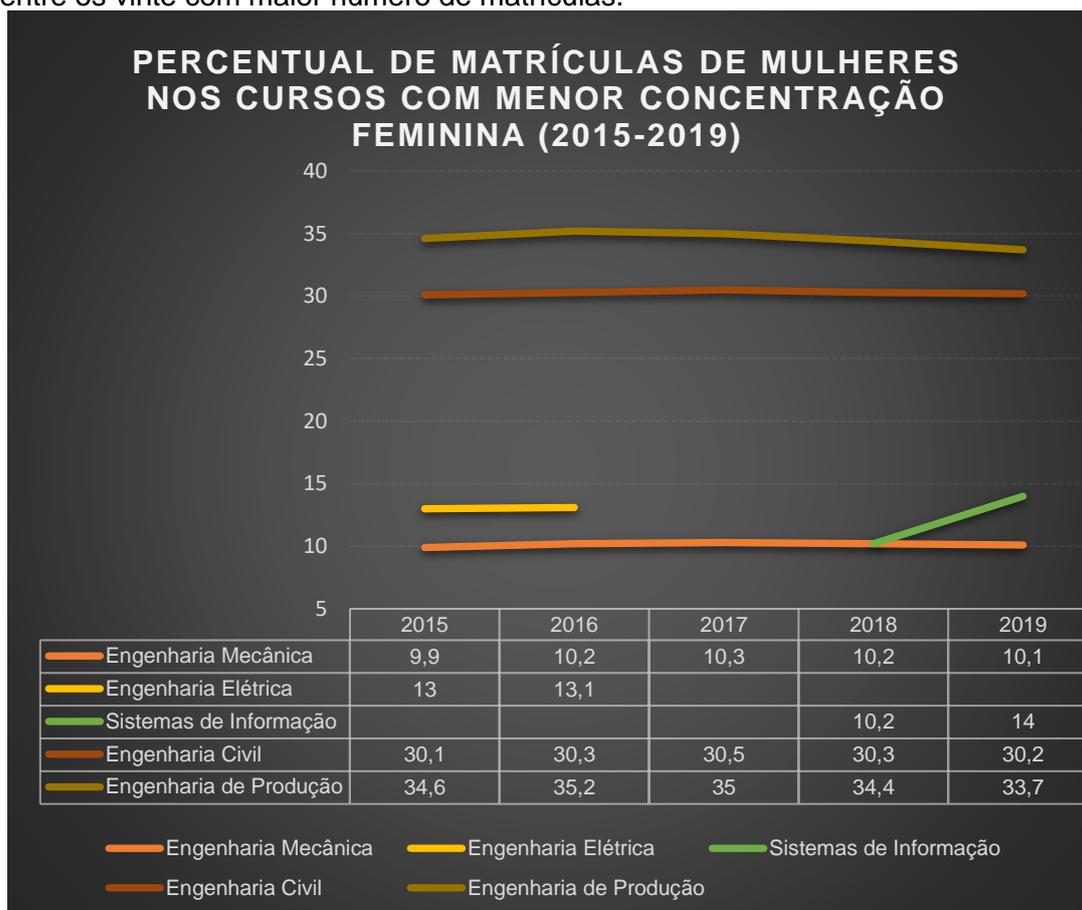
Podemos observar, nos dados acima, que as mulheres no ano de 2013 atingiram o percentual de 57,2% das matrículas nas graduações brasileiras, e as áreas de menor participação foram “Ciências, Matemática e Computação” e “Engenharia, Produção e Construção”, não ultrapassando 32% das matrículas em cursos destas áreas.

Como observado os gráficos e tabelas já apresentados referentes aos Censos não seguiram um padrão, variando entre a apresentação de dados por área geral, área detalhada ou perfil do aluno, o que compromete a análise dos dados, pois trata-se de variáveis diferentes. A partir do Censo de 2015, dados que apresentam as matrículas por sexo e curso, seguem um padrão até o Censo

2019. Nesses são apresentados os percentuais, por sexo, dos vinte maiores cursos em número de matrículas.

Apresentamos no Gráfico 05 os percentuais dos cinco cursos, dentre os vinte constantes dos Censos de 2015 a 2019, que possuem a menor participação feminina.

Gráfico 05 – Matrículas de mulheres nos cursos com menor participação feminina, dentre os vinte com maior número de matrículas.



Elaboração própria (2021).

Fonte: Inep.

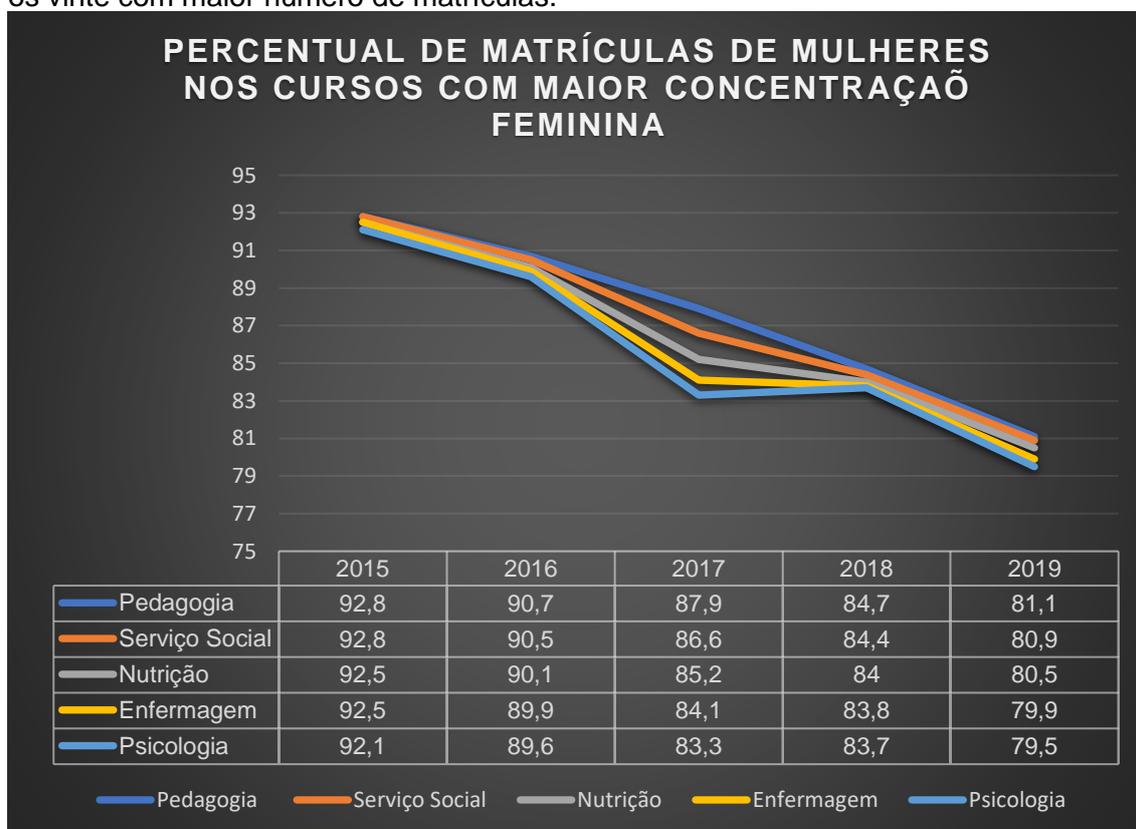
O Gráfico 05 mostra que, dos cursos apresentados com maior número de matrículas, a menor participação das mulheres se concentra nos cursos da área de Engenharia, e no curso de Sistemas de Informação, que faz parte da área de computação e tecnologia, e aparece nos dois últimos Censos entre os maiores cursos em número de matrículas. Os cursos de Engenharia Elétrica e Sistemas de Informação, não estiveram entre os vinte cursos com maior número de

matrícula em alguns censos no intervalo analisado, por isso os dados estão em branco no gráfico.

Os dados sinalizam para as discussões que foram feitas a respeito do histórico da participação da mulher nas ciências tidas como “*hard*”, informática e tecnologia. De acordo com Leta *et al.* (2006), são áreas prioritariamente ocupadas por homens, resultado do processo formativo das mulheres que conforme nos apresentou Bonato (2003), Saffioti (2013) e Silva (2019) aconteceu de forma diferenciada dos homens. Considerando os dados do Gráfico 05, podemos observar que esta é uma realidade que se perpetua. No intervalo apresentado de 2015 a 2019, os percentuais não sofreram variações significativas entre o número de matrículas por sexo.

Da mesma forma que fizemos no Gráfico 05, selecionamos dentre os vinte cursos com maiores números de matrículas, os cinco com maior participação de mulheres, conforme o Gráfico 06.

Gráfico 06 – Matrículas de mulheres nos cursos com maior participação feminina, dentre os vinte com maior número de matrículas.



Elaboração própria (2021).

Fonte: Inep.

Os dados apresentados mostram que a maior parte das mulheres estão em cursos na área da educação e da saúde, relacionados ao cuidado, atividades já destinadas as mulheres no âmbito familiar. Como discutido por Saffioti (1987) o espaço doméstico e as atividades relacionadas ao cuidado, advindos da sua capacidade de ser mãe, são tidos historicamente como natural da mulher. Bonfim (2009) afirma que o cuidado com a saúde dos filhos, se caracterizava como atributo de valorização da mulher. Este pensamento construído historicamente, foi refletido no processo de formação das mulheres, quando as Escolas Profissionais voltadas ao público feminino tinham em seus currículos disciplinas que englobavam áreas como cozinha, cuidados e o magistério.

Em relação à participação das mulheres, o Gráfico 06 aponta que os percentuais, assim como, nos apresentados nos Gráficos 05, não apresentam variações significativas. Assim, podemos observar que mesmo após conquistas legais e o aumento da participação das mulheres em todos os níveis de ensino, a desigualdade em nichos e áreas específicas ainda permanece no Brasil.

No Censo 2019, é apresentada a distribuição do percentual dos concluintes, considerando as grandes áreas de conhecimento, estes dados também foram apresentados no Censo 2013, como podemos observar na Tabela 03.

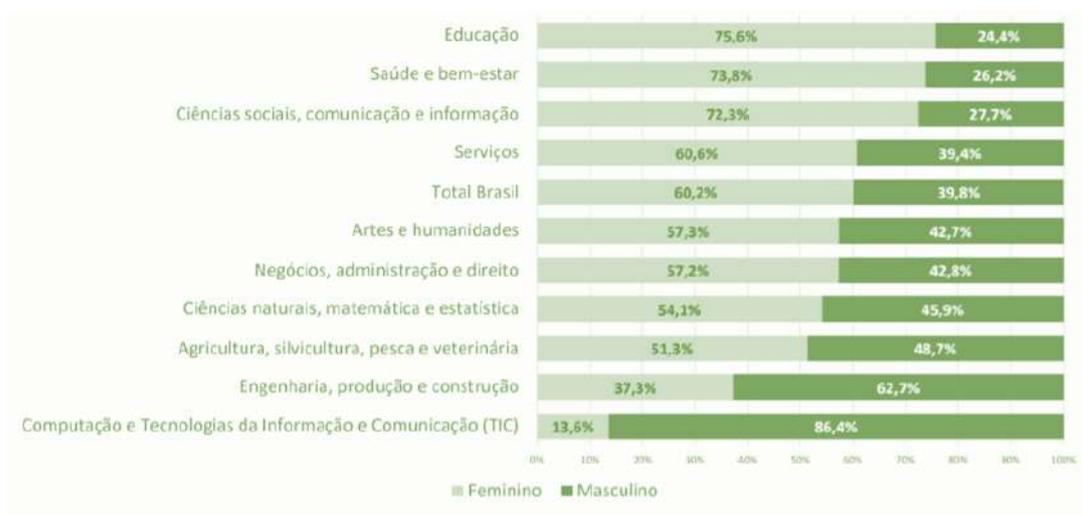
Tabela 03 – Percentual de Concluintes por sexo, segundo áreas do conhecimento (2013).

Área Geral do Conhecimento	Total Geral	Categoria Administrativa							
		% Total		Pública			Privada		
		% F	% M	Total	% F	% M	Total	% F	% M
Total Geral	991.010	60,6	39,4	229.278	58,8	41,2	761.732	61,2	38,8
Agricultura e Veterinária	19.111	43,9	56,1	11.851	45,1	54,9	7.260	41,9	58,1
Ciências Sociais, Negócios e Direito	439.250	58,3	41,7	56.217	55,5	44,5	383.033	58,7	41,3
Ciências, Matemática e Computação	55.176	32,5	67,5	17.818	40,4	59,6	37.358	28,7	71,3
Educação	201.011	76,3	23,7	71.086	70,0	30,0	129.925	79,8	20,2
Engenharia, Produção e Construção	80.850	30,2	69,8	26.795	33,6	66,4	54.055	28,6	71,4
Humanidades e Artes	27.172	57,5	42,5	7.650	58,9	41,1	19.522	57,0	43,0
Saúde e Bem-Estar Social	139.880	76,8	23,2	33.860	74,8	25,2	106.020	77,5	22,5
Serviços	28.560	60,7	39,3	4.001	62,1	37,9	24.559	60,5	39,5

Fonte: Inep. Extraído do Censo do Ensino Superior, 2013.

Observamos que, no ano de 2013, as áreas com menor número de mulheres concluintes de cursos de graduação foram “Ciências, Matemática e Computação” e “Engenharia, Produção e Construção”. No gráfico 07 apresentamos os dados de 2019.

Gráfico 07 – Percentual de Concluintes por sexo, segundo áreas do conhecimento (2019).



Fonte: MEC, Extraído do Censo do Ensino Superior, 2019.

Observamos que houve uma mudança na definição de duas áreas de um Censo para o outro. “Ciências Sociais, Negócios e Direito” apresentado no Censo 2013, foi subdividido em “Ciências Sociais, Comunicação e Informação” e “Negócios, Administração e Direito”, e a área intitulada em 2013 como “Ciências, Matemática e Computação”, também originou duas novas áreas “Ciências Naturais, Matemática e Estatística” e “Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)”.

Se realizarmos um comparativo entres os dados apresentados no Censo de 2013 e no Censo de 2019, podemos observar que a maioria dos percentuais de concluintes por sexo e área, se mantiveram sem mudanças significativas. Vale destacar que com a subdivisão das áreas de “Ciências Sociais, Negócios e Direito” e “Ciências, Matemática e Computação” tivemos algumas alterações. Pois as ciências sociais ao se desvincularem do direito e negócios, apresentou uma maior concentração e mulheres. E a computação ao se desvincular das ciências e matemáticas, apresentou uma maior participação de homens.

Assim, a alteração nos percentuais não significa de fato um aumento da participação das mulheres. Em especial na segunda situação em que tivemos um crescimento de 21,6% de concluintes mulheres, mas os cursos relacionados à computação e tecnologias da informação, não foram contabilizadas, pois passaram a integrar uma nova área, em que, em 2019, apenas 13,6% dos concluintes eram mulheres.

As duas áreas onde de fato podemos considerar o aumento da participação das mulheres foram “Agricultura e Veterinária”, nas quais, a participação cresceu 7,4% e “Engenharia, Produção e Construção”, em que o aumento foi de 7,1%. No primeiro caso, a participação de homens e mulheres atingiu um percentual mais equilibrado. No caso das engenharias, apesar de o percentual de mulheres se manter abaixo do de homens, podemos considerar um grande avanço, especialmente pelo curto espaço de tempo entre os dados. Essas informações nos permitem vislumbrar um crescimento da participação das mulheres nestas áreas, que pode significar impactos positivos em relação às ações do PMC.

Entretanto, merece destaque ainda que as duas áreas onde ainda temos a menor participação das mulheres, “Computação e Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)” e “Engenharia, Produção e Construção”, são áreas que historicamente foram destinadas ao público masculino, como vimos nas seções anteriores. Da mesma forma, quando analisamos áreas de educação e saúde e bem-estar, áreas associadas ao cuidado, temos a expressiva maioria de mulheres que se perpetua ao longo da história.

Reiteramos a dificuldade encontrada durante a pesquisa, pois os dados dos primeiros Censos analisados, não disponibilizavam as informações no que se refere ao número de matrículas e concluintes considerando as grandes áreas e o sexo. Com a análise dos dados disponibilizados em relação a graduação, observamos que houve um crescimento na participação das mulheres na área de engenharias, entre 2013 e 2019 no Brasil.

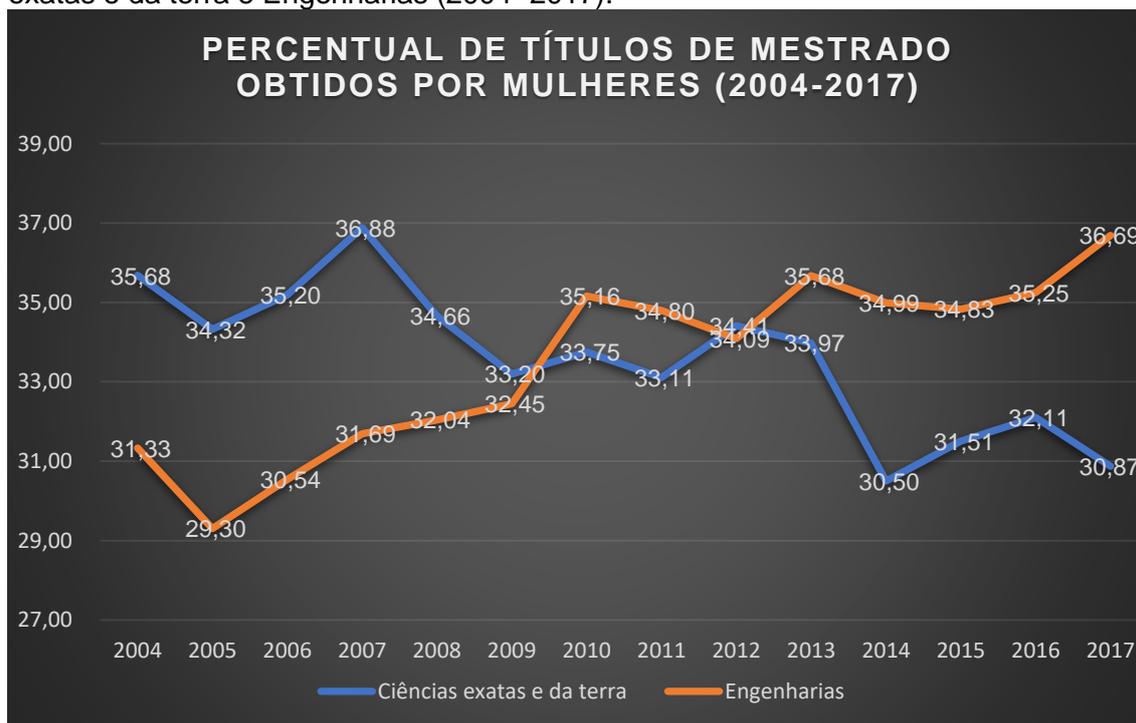
4.3.3 Pós-Graduação

Ao buscar dados relacionados à participação das mulheres na pós-graduação, encontramos no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, dados do Censo que é realizado bianualmente, entretanto, as informações disponíveis mais recentes são do Censo do ano de 2016. Assim faremos um breve comparativo entre os dados do Censo de 2004, antes do PMC, e do ano de 2016 (CNPq, 2021).

No que se refere a pós-graduação, os cursos de mestrados tiveram um considerável aumento na participação das mulheres. No ano de 2004, 54,7% dos mestrados eram do sexo feminino, esse percentual no ano de 2016 chegou a 58,9%. Em relação aos doutorandos, também tivemos um aumento em proporções equivalentes. Em 2004, cerca de 52,5% dos doutorandos eram mulheres, já em 2016 as mulheres representavam 56,3%. Observa-se que há predominância das mulheres em todos os níveis de ensino, porém esse percentual reduz à medida que o nível de ensino aumenta.

Para uma melhor análise da participação das mulheres por área na pós-graduação, utilizamos informações do estudo de Mestres e Doutores do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2020), que apresenta os percentuais de títulos concedidos às mulheres de acordo com a área. Apresentamos os dados do período de 2004 a 2017, no Gráfico 08, relacionados as áreas de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, que estão diretamente relacionadas ao nosso objeto de estudo e são as duas áreas de menor participação desse público.

Gráfico 08 – Percentual de Títulos de Mestrado obtidos por mulheres em Ciências exatas e da terra e Engenharias (2004- 2017).



Elaboração própria (2021).

Fonte: CGEE, 2020.

Observamos, no Gráfico 08, que a participação das mulheres teve um aumento significativo nesse intervalo na área de Engenharias, atingindo no ano de 2017, o percentual de 36,69% dos títulos de mestrados concedidos no país. Apesar do percentual apontar um aumento, observa-se que esse ainda é pequeno, vale salientar ainda que dentro da grande área de engenharias, temos áreas específicas onde esse número é ainda menor e mais discrepante.

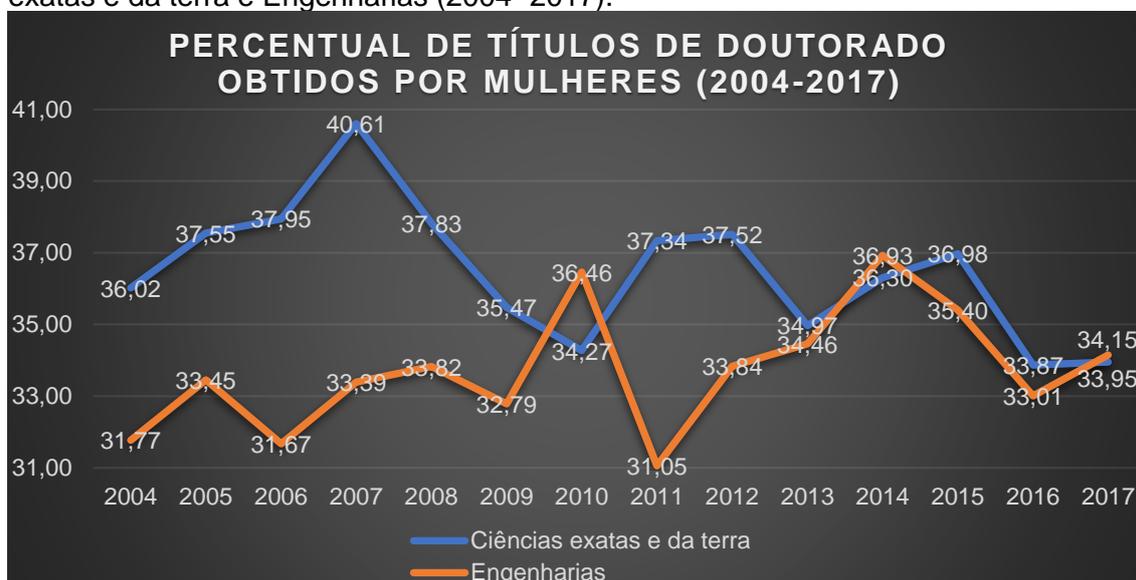
De acordo com os dados do CGEE, no ano de 2017, apenas 19,3% dos títulos de mestrados em Engenharia Elétrica foram para mulheres, que seguidas pela Engenharia Aeroespacial e a Engenharia Mecânica, com 20,79% e 22,15%, respectivamente, são as áreas específicas da engenharia com menor percentual de mulheres a obter títulos de mestre no ano de 2017. Apesar dos baixos percentuais de participação, esses números vêm crescendo se comparados a 2004, onde tínhamos 16,44% em Engenharia Elétrica, apontando um crescimento de 2,79%, 17,3% em Mecânica, crescimento de 4,85% e 13,5% em Engenharia Aeroespacial, com o maior aumento dentre as três atingindo 7,29%.

Já quando consideramos as Ciências Exatas e da Terra, no intervalo estudado tivemos uma redução no percentual de mulheres que obtiveram seus

títulos de mestrado, chegando a quase 5% de redução. É importante também considerar as áreas específicas. As três áreas com menor índice são Ciências da Computação, Astronomia e Física, vale ressaltar que as três tiveram redução no percentual de titulação de mulheres mestres no intervalo de 2004 a 2017, se destacando Ciências da Computação, que tem o menor percentual de mulheres, 15,42%, e vem acumulando quedas a cada ano, se comparado com 2004 temos uma redução de 12,29%.

Para a análise dessas informações, apresentamos no Gráfico 09 dados relacionados ao doutorado.

Gráfico 09 – Percentual de Títulos de Doutorado obtidos por mulheres em Ciências exatas e da terra e Engenharias (2004- 2017).



Elaboração própria (2021).
Fonte: CGEE, 2020.

Ao analisar os dados do Gráfico 09, observamos que a tendência ocorrida no mestrado se repete, porém em menores proporções. Tivemos uma redução de 2,07% nos títulos de doutores concedidos às mulheres na área de Ciências Exatas e da Terra, e um crescimento de 2,38% na área de Engenharia.

Se considerarmos as áreas específicas, a Engenharia naval e oceânica, apresenta o menor percentual de mulheres tituladas como doutoras em 2017, com apenas 5,56%. Entretanto, ao analisarmos os dados, observamos que esta área apresenta variações significativas nos intervalos de seis anos, com anos sem informações, o que sinaliza que não houve titulações, e que há variações a cada seis anos entre um percentual mais significativo, de 20% e 30% e outros

anos em que esse intervalo fica em torno de 5% a 10%. O que nos leva a concluir que há periodicidade diferente nos programas relacionados a esta área.

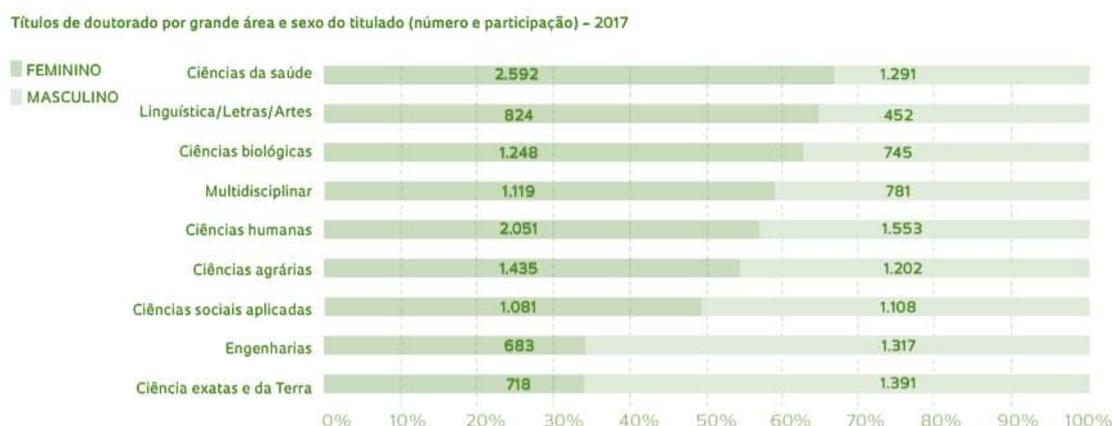
Ao considerar essa particularidade, analisamos as três áreas com menores percentuais, além da Engenharia Naval e Oceânica. Engenharia Elétrica, Aeroespacial e Mecânica, atingiram em 2017 os seguintes percentuais de mulheres tituladas como doutoras, 15,61%, 20,41% e 24,66%, respectivamente. Com exceção de Mecânica, que no intervalo entre 2004 e 2017, teve um aumento de 5,34% no número de mulheres que receberam o título de doutoras, Elétrica e Aeroespacial tiveram redução, a primeira de aproximadamente 2% e a segunda com uma redução mais significativa de 10,36%.

Observa-se que as áreas com menor participação das mulheres se mantêm nos títulos de mestrado e doutorado. Se compararmos os percentuais entre os dois níveis, a Engenharia Elétrica atingiu um percentual um pouco menor no doutorado, redução de 3,7%. A Aeroespacial, se mantém, e a Engenharia Mecânica, tem uma redução 2,5%.

De acordo com os dados referentes às Ciências Exatas e da Terra, as três áreas específicas com menos doutoras tituladas em 2017 foram, Ciências da Computação, com 19,51%, Matemática, com 22,51%, e Física, com 24,83%. Dentre elas, Física foi a única que teve aumento no intervalo estudado, aumento este que atingiu 6,82% considerando os dados de 2004. A área de Ciências da Computação teve uma redução de 9,74% na titulação de mulheres doutoras, queda significativa, especialmente numa área em que esse percentual já é baixo. A área de Matemática teve uma redução de 3%.

No Gráfico 10, temos um panorama geral das titulações de doutorados no Brasil em 2017, considerando todas as grandes áreas do conhecimento.

Gráfico 10 – Títulos de doutorado por grandes áreas e sexo do titulado - 2017.



Fonte: Extraído da Fapesp, 2019.

Podemos observar que, apesar de ser maioria entre os doutores, a presença das mulheres nas áreas de Engenharias e Ciências Exatas e da Terra, ainda é pouco expressiva, não alcançando 35% dos doutores titulados no ano de 2017. As mulheres são maioria entre os doutores desde 2004, e como já apresentado, elas estão situadas em sua maioria nas áreas de Ciências da Saúde, Linguística/Letras/Artes, e Ciências Biológicas. Esta realidade ilustra que a histórica divisão sexual do trabalho que discutimos nas primeiras seções desse trabalho, referenciando autores como Hirata (2003), Nogueira (2004) e Biroli (2018) naturaliza espaços próprios para mulheres e para homens, situação que foi reproduzida no processo educacional das mulheres, que tinha como objetivo de formá-la para desempenhar esses papéis já a elas destinados. Observando os dados apresentados, conclui-se que apesar de grandes avanços no que se refere ao direito de acessar todos os espaços formativos, na prática a divisão sexual do trabalho ainda permanece no país.

De acordo com os dados analisados até aqui, compreendemos que a participação das mulheres na pós-graduação em áreas destinadas historicamente aos homens pouco se alterou. A área de Engenharia apresenta um tímido aumento, tanto a nível de mestrado como de doutorado, entretanto, nas Ciências Exatas e da Terra, a participação, que já atingia um percentual pequeno, teve uma redução. Chama a atenção por ser nesta grande área que estão inseridas as áreas específicas que foram pioneiras nas discussões sobre a participação das mulheres e sua representatividade, como exemplo, física e

matemática. Física ainda sinaliza para uma situação de ampliação no doutorado, mas de redução, embora pequena, quando analisamos em comparação com os títulos de mestrado.

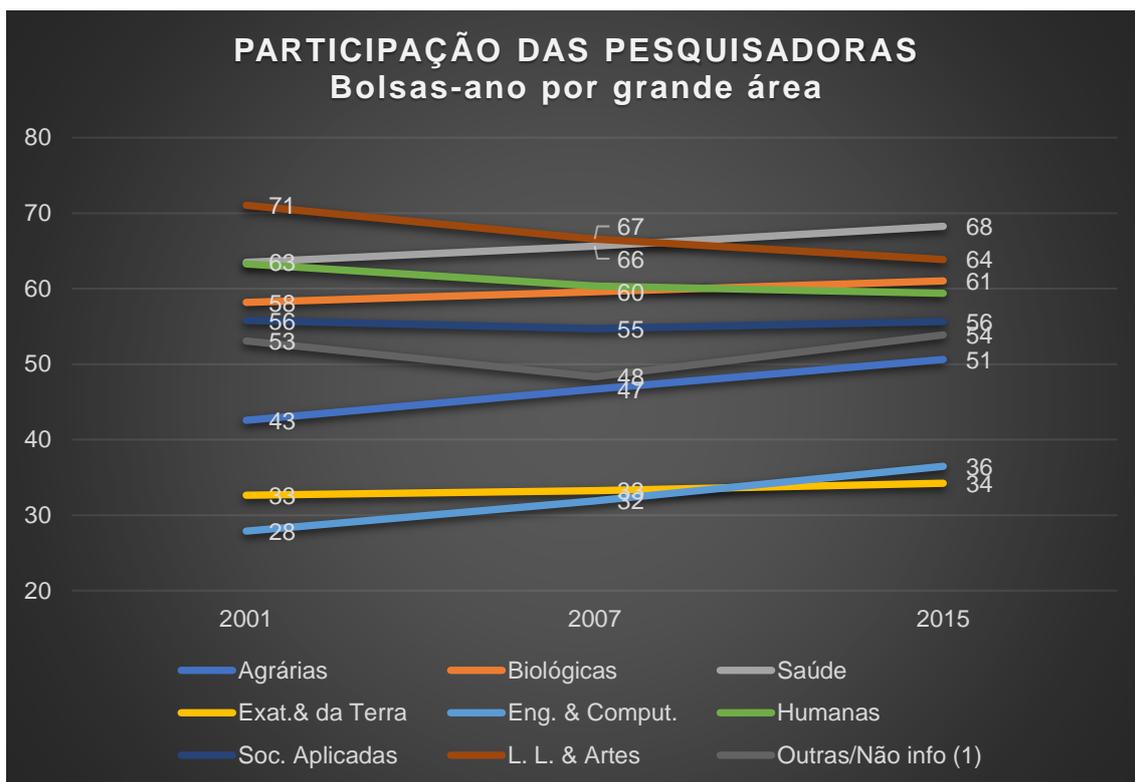
Vale considerar que, embora, muitas iniciativas tenham acontecido e muitos desdobramentos relacionados ao Programa Mulher e Ciência tenham se efetivado, temos desde o ano de 2014, com a situação política vivenciada no país, agravada com o resultado das eleições presidenciais, um avanço do conservadorismo, que influencia diretamente as políticas de educação profissional em todos os níveis de ensino, e estimula ações que promovem a divisão sexual do trabalho, no que se refere à “escolha” profissional das estudantes.

4.3.4 Carreiras Científicas

Para analisar a participação das mulheres nas carreiras científicas, consideramos dados dos pesquisadores cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Esse Diretório apresenta nas séries históricas, dados bienais, e seus dados mais recentes são de 2016.

Em 2004, cerca de 46,5% dos pesquisadores eram mulheres, já no ano de 2016, esse percentual atingiu 49,6%, configurando um aumento de 3,1%. No que se refere à concessão de bolsas de pesquisa, apresentamos alguns dados da participação das mulheres segundo as grandes áreas científicas no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Participação das pesquisadoras – Bolsa-ano por grande área.



Elaboração própria (2021).

Fonte: CNPq.

Observamos no Gráfico 11 que no intervalo entre 2001 e 2015, as três áreas com menor participação de mulheres, quais sejam, “Agrárias”, “Exatas e da Terra” e “Engenharias e Computação”, tiveram crescimento no número de bolsas concedidas a mulheres. Porém, com exceção das Ciências Exatas e da Terra, essa tendência de crescimento da participação das mulheres nas bolsas de pesquisa, vem desde o período anterior a implementação do Programa Mulher e Ciência.

Quando analisamos os pesquisadores em posição de liderança, a diferença entre homens e mulheres é maior, do que entre pesquisadores que não ocupam essas posições, como podemos observar no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Mulheres Pesquisadoras em situação de liderança.



Elaboração Própria (2021).

Fonte: CNPq.

Percebemos que as mulheres vêm ganhando espaço como pesquisadoras líderes nos últimos anos. Porém, observamos que esta tendência de crescimento já vinha acontecendo desde o final dos anos 1990. Entre os anos de 2004 e 2016, período que podemos avaliar após a implementação do Programa Mulher e Ciência, o aumento da participação das mulheres como pesquisadoras líderes¹⁷, foi maior, se considerarmos pesquisadoras de uma forma geral. Entretanto, se considerarmos apenas os percentuais de pesquisadoras com papel de liderança, o crescimento foi menor que do que ocorreu entre 1994 e 2004.

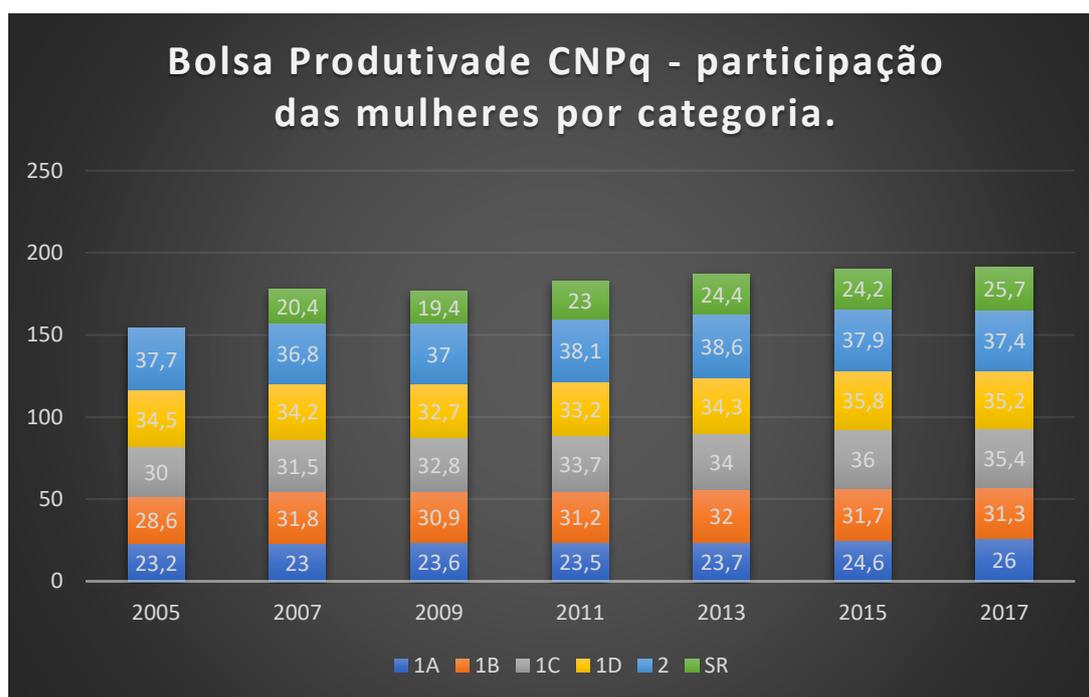
As mulheres que ocuparam papel de liderança em pesquisa passaram de 42%, no ano de 2004, para 47%, em 2016, configurando um aumento de 5% nesse período, já no período anterior ao PMC, o crescimento foi de 8%. Assim, podemos observar que esse crescimento já vinha ocorrendo, nos dez anos anteriores alcançando inclusive um crescimento mais expressivo, o que nos mostra que a implementação do Programa não alterou esta realidade.

Outro dado interessante para trazermos à discussão sobre as mulheres nas carreiras científicas, estão relacionados às bolsas de produtividade do CNPq, destinadas aos pesquisadores que se destacam, valorizando a sua

¹⁷ De acordo com o Glossário do CNPq, o pesquisador líder detém a liderança acadêmica e intelectual no seu ambiente de pesquisa.

produção segundo os critérios normativos. A Bolsa de Produtividade é diferenciada por categorias – 1A, 1B, 1C, 1D, 2 e SR. As bolsas 1A tem duração de 60 meses, os demais níveis da categoria 1 – B, C e D, 48 meses, e a categoria 2, 36 meses. Para ser bolsista da categoria Sênior – SR, é preciso permanecer 15 anos como bolsista de produtividade nas categorias 1A ou 1B. Apresentamos no Gráfico 13 algumas dessas informações.

Gráfico 13 – Bolsa Produtividade CNPq – Participação das mulheres.



Elaboração própria (2021).
Fonte: CNPq.

Observamos que a participação das mulheres nas bolsas de produtividade do CNPq é baixa, e esse percentual diminui à medida que o nível aumenta. Entretanto, visualizamos nos dados do Gráfico 13 que, com exceção do nível 2, que teve um decréscimo de 0,3% entre 2005 e 2017, os outros níveis tiveram crescimento na participação das mulheres, em especial a 1C e a SR (sênior), com aumentos de 5,4 e 5,3%, respectivamente. Isso aponta para avanços da atuação na pesquisa brasileira, considerando que a única categoria que ocorreu uma diminuição, foi no nível mais baixo dentre as categorias de bolsa de produtividade e ainda assim, o percentual foi muito pequeno. A categoria mais alta, a SR, teve um dos maiores crescimentos, apontando para um aumento da representatividade das mulheres.

Entretanto, observamos que esses percentuais ainda permanecem muito desequilibrados frente à participação dos homens. Mesmo com esse crescimento, a participação das mulheres entre pesquisadores SR e 1A, não representam 30%. E em nenhuma das categorias atinge o percentual dos 40%. Esses dados nos apontam que as carreiras científicas ainda são majoritariamente masculinas. Porém, é visível uma tendência de crescimento na participação das mulheres.

Diante dos dados apresentados acima nos diversos parâmetros que nós utilizamos, desde a EPT de nível médio até as carreiras científica, observamos que não aconteceram grandes alterações, tivemos alguns avanços ainda pequenos em determinados espaços, e em outros não tivemos alterações. Vale destacar que o Programa Mulher e Ciência se configura como uma política recente, o que nos impõe algumas limitações para uma análise de seus impactos. Apresentaremos a seguir as considerações finais desse estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.

(Simone de Beauvoir)

As políticas com recorte de gênero são fatos recentes no nosso país. Como vimos na pesquisa realizada, essas políticas se fortaleceram e entraram na agenda de fato apenas em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Políticas de educação para o trabalho de mulheres que possibilitem o aumento da participação deste público nos espaços acadêmicos e científicos, é essencial para o desenvolvimento nacional.

Para analisar as políticas de educação e trabalho para mulheres no Brasil, observando o percurso histórico e a implementação do Programa Mulher e Ciência e suas ações para estimular a participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas, realizamos levantamento histórico a respeito da participação da mulher na sociedade brasileira, especialmente na educação, no trabalho e na ciência, discutimos sobre os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, especialmente no que se refere a educação e trabalho e refletimos sobre as ações do programa Mulher e Ciência e suas ações para inserção das mulheres nos campos acadêmicos e científicos, apresentando dados do período de 2005 a 2019.

A partir do resgate histórico realizado na pesquisa, observamos a ausência de políticas de educação e trabalho específicas para mulheres no Brasil. Ao longo do século XX, algumas iniciativas de formação para as mulheres foram sendo implementadas no país, entretanto, reforçavam o papel e os espaços que a mulher deveria ocupar na sociedade brasileira, qual seja o espaço privado/doméstico. Apenas a partir da segunda metade do século XX, algumas iniciativas, como o ingresso das mulheres nas universidades ganham destaque.

Os últimos anos do século XX são marcados por grandes conquistas sociais, culminando na Constituição Federal de 1988. Porém, iniciativas específicas para as mulheres só ganham espaço nos primeiros anos do século XXI, especialmente após a criação da SPM. O que aponta esse caráter recente

das iniciativas destinadas a este público, especialmente no que se refere à educação e trabalho.

O Programa Mulher e Ciência, traz uma proposta inovadora e específica, qual seja a participação das mulheres nas áreas científicas e acadêmicas. Alguns desafios foram encontrados no desenvolvimento da pesquisa, a ausência de regulamentação do Programa Mulher e Ciência foi um deles. As informações “oficiais” foram encontradas apenas na página eletrônica destinada ao programa. Apesar de ser implementado desde o ano de 2005, não há regulamentação oficial. Assim como não há previsão de um fundo próprio para as ações do programa. Além disso, várias ações ligadas ao PMC tiveram suas páginas suspensas, o que impossibilitou o acesso a informações relacionadas ao programa.

Também tivemos dificuldades no acesso a alguns dados de educação e trabalho que nos possibilitassem compreender os impactos que o Programa Mulher e Ciência. Muitos dados a que tivemos acesso não tinham diferenciação por sexo, ou não seguia uma padronização nas edições posteriores. Apenas nos últimos anos, através dos Censos Escolares e Censos da Educação Superior, foi possível verificar que variáveis que considerem área e sexo, já estavam presentes. Porém, algumas lacunas ainda existem no que se refere às matrículas em diversos níveis de ensino considerando sexo e área.

Apesar da dificuldade em encontrar dados, especialmente anteriores a 2005, ano de implementação do PMC, conseguimos observar alguns avanços com os dados que tivemos disponíveis. Especialmente a nível de graduação, em que as mulheres apesar de ainda representarem um quantitativo muito pequeno nas áreas relacionadas a ciência e tecnologia, tiveram um aumento de representatividade. No que se refere aos pesquisadores e carreiras científicas, também observamos um crescimento das mulheres, apesar de ainda se configurarem como minoria nestes espaços. Vale salientar que os dados apontam crescimentos tímidos.

Pudemos observar na pesquisa que as mulheres já possuem maior escolarização do que os homens, e a sua participação no mercado de trabalho também vem crescendo. Entretanto, diante do que foi apresentado no estudo, é notório que ainda existem alguns entraves para além desses dados.

As mulheres permanecem ocupando cargos com menor remuneração, em serviços mais precários e seguem acumulando a sobrecarga do trabalho doméstico. Ao observar os dados relacionados a educação, as mulheres já são maioria desde o final do século XX, porém a divisão sexual do trabalho ainda influencia as áreas em que a maioria das mulheres atua. Assim, observamos que mesmo com a formação profissional, as mulheres continuam de certa forma excluídas dos espaços acadêmicos e científicos, e principalmente dos papéis de liderança, inclusive nas áreas ligadas ao cuidado, em que são maioria.

É necessário considerar que o período de implementação do Programa é curto, especialmente se considerarmos o contexto político e econômico que afetou as políticas direcionadas as mulheres, conforme vimos no estudo. Ações e iniciativas do Programa, que objetivam a formação da identidade da mulher nas áreas científicas e tecnológicas, demandam tempo para transformação do ideário social que aponte para a superação da divisão sexual do trabalho.

Assim, observamos que um dos maiores legados que o PMC deixa para a participação das mulheres na ciência e tecnologia e nas carreiras acadêmicas, foram as ações e programas que foram desencadeados a partir dele. Consideramos que, embora o PMC seja um marco, muito ainda temos a avançar para a equidade de gênero em todos os espaços.

Vale salientar que o contexto social e político envolvido no processo de *Impeachment* de 2016, foi marcado pela misoginia, pelo preconceito e desvalorização da figura da mulher, como vimos anteriormente. O contexto político nacional no período pós *impeachment*, que se estende até os dias atuais, é marcado pelo retrocesso no que se refere à consolidação das políticas direcionadas às mulheres na agenda nacional. Podemos ilustrar com a interrupção das ações integrantes do Programa, pois atualmente apenas uma ação continua ativa.

Assim, podemos concluir que embora alguns avanços tenham se materializado no período estudado, observamos que a cultura machista e a divisão sexual do trabalho ainda é muito forte e consolidada na sociedade brasileira, e a mudança desta realidade exige além de investimento em ações que promovam a desconstrução de estereótipos estabelecidos historicamente, tempo para que estas ações surtam efeito nas próximas gerações.

Vale destacar que com a pandemia da Covid-19, iniciada desde o início de 2020, e que se perpetua até o momento, as mulheres estão no grupo que mais acumulam atividades. Com a reponsabilidade do trabalho doméstico, do cuidado com os filhos e do acompanhamento do processo educacional deles, que nesse período se realizou de forma remota, muitas ficaram impossibilitadas de desenvolver seus trabalhos profissionais e as que atuam no campo acadêmico e científico foram desestimuladas ao desenvolvimento de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

Em períodos de avanço do conservadorismo, como esse que estamos vivendo no Brasil, políticas como o Programa Mulher e Ciência tendem a mitigar, especialmente com a redução de investimentos. Apesar da interrupção de algumas ações, os impactos do Programa ainda irão reverberar na sociedade brasileira, e o desenvolvimento de estudos e pesquisas que envolvam a temática são necessários. O campo de estudo é recente e não se esgota aqui. Desenvolver trabalhos que abordem a temática, e dar visibilidade a iniciativas como essas são também formas de resistir.

REFERÊNCIAS

ABC. Academia Brasileira de Ciências. **Membros titulares**. Disponível em: http://www.abc.org.br/membros/?busca_membro_categoria=titular Acesso em: 20 jul. 2021.

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 24 (2). p. 629-638. Maio-agosto/2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v24n2/1805-9584-ref-24-02-00629.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. In: **RBPAE**. Vol. 30, n. 2, p. 351-376, mai/ago, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53680> Acesso em: 13 mai. 2021.

AMB. Articulações de Mulheres Brasileiras. **Políticas públicas para igualdade**: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Brasília: CFEMEA, 2011. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/politicaspublicasparaiqualdade_balanco20032010.pdf Acesso em: 15 nov. 2020.

ARAUJO, L. M. B. M. de.; MANZANO, L. C. G. Identidades e (não)lugares da maternidade na ciência: discursos e contra-discursos nas mídias contemporâneas. In: **Estudos Linguísticos**: São Paulo. V. 49. n.3. p. 1185-1199. Dez 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2644/1884> Acesso em: 10 mar. 2021.

ARAÚJO, B. M. de. **Mulher e Ciência**: questões e problemas da inserção feminina na pesquisa científica pela “agenda setting” de dois periódicos científicos internacionais. Tese (Doutorado em Comunicação Social). UESP. São Bernardo do Campo/SP, 2002.

ARRUDA, F. de. **O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil**: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 a 1930). Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). UEFN. Campos dos Goytacazes/RJ, 2013. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/FABIANA-DE-ARRUDA-RESENDE-REIS.pdf> Acesso em: 20 out. 2019.

ASSIS, C. de; MARTINS, F. B.; FERRARI, M. Com queda de 68%no investimento em três anos, Secretaria de Políticas para Mulheres reflete baixa prioridade do tema no governo federal. **Gênero e Número**. 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/com-queda-de-68-no-investimento-em-tres-anos-secretaria-de-politicas-para-mulheres-reflete-baixa-prioridade-do-tema-no-governo-federal/> Acesso em: 19 nov. 2020.

AZEVEDO, F. C. de; PASSOS, R. G. A (con)vocação do trabalho feminino frente as mudanças do mundo do trabalho: o care em evidência. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, ano 15, n.30, 2015.

AZEVEDO, F. *et al.* **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. In: **Cadernos de Pesquisa**. n. 1. P. 125-156. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jul. 2009. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/issue/view/14/pdf_48 Acesso em: 12 mai. 2021.

BENEDITO, F. de O. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas nas ciências. **Ciência e Cultura** [online]. São Paulo, abr/jun 2019. Vol.71, n.2. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200003 Acesso em: 24 ago. 2021.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018a.

BIROLI, F. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, L.; ARGOLLO, F. (Org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: Edufba, 2018b. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25458> Acesso em: 10 mar. 2020.

BONATO, N. M. da C. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. 2003. 185p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253170>. Acesso em: 20 out. 2019.

BONATO, N. M. da C. **A segunda escola profissional para o sexo feminino (Rivadavia Corrêa) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Beneventa Ribeiro (1913-1961)**. Dossiê Histórias das Instituições Educacionais. Série-Estudos. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande/MS. n. 25, p. 85-102, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/228/215> Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1.311-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Reforma do ensino primario e secundario do Município da Corte (Reforma Couto Ferraz). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> Acesso em: 28 setembro 2019

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma do ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio

(Reforma Leônicio de Carvalho). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em: 28 de setembro de 2019

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 437, de 31 de agosto de 2004**. Publicada no D.O.U. nº 171, de 03 de setembro de 2004, seção 2, página 5.

BRASIL. **Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005**. Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - Relatório de Implementação – 2005**, 2006a.

BRASIL. **1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2005, 2006**, 216p. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2006b.

BRASIL. **Pensando Gênero e Ciência.** Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006. Presidência da República – Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006c. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/br000014.pdf> Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Portaria do Ministério da Educação nº 1.015, de 21 de julho de 2011.** Programa Nacional Mulheres Mil.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013a. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Anais da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres,** 2013b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia> Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013c.

BRASIL. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça:** Rompendo fronteiras no mundo do trabalho. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2016a.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022:** Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2016b. Disponível em: https://www.antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/encti_2016-2022.pdf Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.** 2017 Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/conferencias/Relatorio_final_IV_CONFERENCIA_NACIONAL_DE_POLITICAS_PARA_AS_MULHERES.pdf Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 05 de julho de 2019.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-5-de-julho-de-2019-211214952> Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – Raseam 2017/2018.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 2020.

BRITO, C.; PAVANI, D.; e LIMA JR, P. **Meninas na Ciência: atraindo jovens mulheres para carreiras de Ciência e Tecnologia**. Gênero. V.16 n.1; Niterói, 2015. Disponível em: https://www.if.ufrgs.br/cbrito/publicacoes/RevistaGenero_Brito2015.pdf Acesso em: 10 mar. 2021.

Campanha Mais Mulheres no Poder lança plataforma eleitoral para eleições 2008. **Gov.br**, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2008/08/not_plataforma_eleitoral_eleicoes Acesso em: 16 jul. 2021.

CARDOSO. V. L. **A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso da antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais - CEFET/MG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3286> Acesso em: 18 set. 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. In: **Estudos Avançados**, v.14, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&nrm=iso Acesso em: 14 nov. 2020.

CARTA CAPITAL. Quantas mulheres cientistas você conhece?. 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/quantas-mulheres-cientistas-voce-conhece/> Acesso em: 28 jun. 2021.

CAVALLI, M. B. **A mulher na Ciência: investigação do desenvolvimento de uma sequência didática com alunos da educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIOESTE. Cascavel/PR, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3373> Acesso em: 18 set. 2020.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. **Brasil: Mestres e Doutores 2019**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgее.org.br> Acesso em: 26 abr. 2021.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. Relatório Final. Eixo Educação. In: **Mapa da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. (Produto 7). 114 p. Disponível em: https://www.cgее.org.br/documents/10195/734063/produto7_versaofinal_09abril15_Marcia+Leite_10187.pdf/42406058-2f99-455f-8b63-2b562b59217e?version=1.2 Acesso em: 01 mai. 2021.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. 2021a. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home> Acesso em: 10 jan. 2021.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Relatório de Gestão 2006. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/2006-1-relatorio_gestao_2006.pdf Acesso em: 03 jul. 2021.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Programa Mulher e Ciência, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/mulher-e-ciencia> Acesso em: 10 mar. 2021.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Pioneiras da Ciência, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/pioneiras-da-ciencia-1> Acesso em: 10 mar. 2021.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Jovens Pesquisadoras, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/jovens-pesquisadoras> Acesso em: 10 março 2021.

CISNE. M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CORTES, M. R. Lise Meitner, a fissão nuclear e mais um Nobel negado. **Mulheres na Ciência.** 14 de março de 2018. Disponível em: <https://mulheresnaciencia.com.br/lise-meitner-a-fissao-nuclear-e-mais-um-nobel-negado/> Acesso em: 10 jun. 2021.

DORNELLES, P. G.; WENETZ, I. Uma análise generificada sobre o projeto gênero e diversidade na escola. In: **Caderno Pesquisa.** São Paulo, v. 49, n.173, p. 226-243. Jul/set 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cp/v49n173/pt_1980-5314-cp-49-173-226.pdf Acesso em: 21 nov. 2020.

Encontro Nacional da Chamada CNPq/MCTIC nº 31/2018. **Youtube**, 22 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s1o8qFPnROg> Acesso em: 13 jul. 2021.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Títulos de Doutorados no Brasil – participação feminina. In: **Pesquisa Fapesp**, março de 2019. Ano 20. N. 277. p. 11. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-edicao-277/> Acesso em: 27 abri. 2021.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas.** Estudos Feministas. Florianópolis. Jan-abr/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943> Acesso em: 10 mar. 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELTRIN, R. B.; COSTA, J. O. P. da; VELHO, L. **Mulheres sem fronteiras?** Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciências sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional. Cadernos Pagu. N 48. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/4YPmRD9N7h5B7VwQRKKh5mG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 jul. 2021.

FISCHER, T; WAIANDT, C. **A educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro**: uma proposta integradora entre a pós-graduação, a educação básica e os mundos do trabalho. Revista Brasileira de Pós-Graduação, RBPG. Brasília, 2012. v .9, n. 16. p. 87-110. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/278> Acesso em: 10 out. 2020.

FONSECA, C. S. da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, DN/DPEA, 1961. Disponível em: <https://doku.pub/download/fonseca-celso-suckow-historia-do-ensino-industrial-no-brasilpdf-6lkv59d5d804> Acesso em: 12 mai. 2021.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, p. 25-41. 2010.

GALEANO, E. **Espelhos**: uma história quase universal. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HIRATA, H. **Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho**. Revista Educação e Tecnologia. Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETS - PR/MG/RJ. 2003 p. 144-156. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec/article/view/1081/684>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

HORTA, J. S. B. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4702.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2005. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31647.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da População Brasileira 2007. Rio

de Janeiro, 2007. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36151.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da População Brasileira 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/nucleo/dados/indic-sociais2008.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da População Brasileira 2009. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil**: 1992-1997. Rio de Janeiro, 2001. 159 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv779.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2015. 137 p. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2ª edição. 2021. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
Acesso em: 10 mai. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Censo Escolar**. Brasília: Inep, 2006. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Educa%C3%A7%C3%A3o+profissional+t%C3%A9cnica+de+n%C3%ADvel+m%C3%A9dio+no+censo+escolar/4fd0b942-88ae-4126-b943-708cebcbefb9?version=1.2> Acesso em: 25 nov. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A mulher na educação superior brasileira**: 1991-2005. Brasília: Inep, 2007. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+mulher+na+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+brasileira+1991-2005/6c72df7c-62dd-49ac-a119-6c53e6cfda36?version=1.1> Acesso em: 21 nov. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2014. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf Acesso em: 12 abr. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2015**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatistica/s/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2015_matriculas.pdf Acesso em: 12 abr. 2021.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Impacto da crise sobre as mulheres**. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília: Ipea: SPM: OIT, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_Impacto_da_crise_sobre_mulheres_port.pdf Acesso em: 12 nov. 2020.

JORNAL FÊMEA. **Plataforma Política Feminista é aprovada em Brasília**. Brasília: CFEMEA – Centro Feminista de estudos e Assessoria. Ano X. Nº 113. Junho/2002. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea113.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. A Produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**. v. 6, p. 22-32, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983/1566> Acesso em: 20 jun. 2019.

LETA, J. **As mulheres na ciência brasileira**: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, 17. Dez 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F8MbrypqGsJxTzs6msYFp9m/?lang=pt> Acesso em: 20 out. 2019.

LETA, J.; CARISEY, M.; SECHET, P.; OHAYON, P. **As mulheres na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação**: uma comparação Brasil/França. *Revista do Serviço Público*, Brasília. p. 531-548. Out/Dez, 2006.

LIMA, B. S. **Políticas de equidade e gênero e ciências no Brasil**: avanços e desafios. Campinas, 2017. Tese (doutorado) – Universidade estadual de Campinas; 2017.

LIMA, B. S.; LOPES, M. M.; COSTA, M. C. da. Programa Mulher e Ciência: breve análise sobre a política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil. In: **XI Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnología y Género**. 2016. San José. p. 1-20 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306963956_Programa_Mulher_e_Ciencia_breve_analise_sobre_a_politica_de_equidade_de_genero_nas_ciencias_no_Brasil Acesso em: 20 jul. 2021

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed.- São Paulo: Contexto, p.443-481, 2004.

MACHADO, L. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, p. 80-95, 2010.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *In*: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 106, p.15-35, jan/abr 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf> Acesso em: 15 mai. 2021.

MARX, K. **O capital** (crítica da economia política). Livro 1 v. 1. *Tradução de* Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MENEZES, C. S.; MACHADO, C. J. dos S.; NUNES, M. L. da S. **Mulher e educação na República Velha**: transitando entre o discurso histórico e o literário. Educação Unisinos. Jan/abr 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4927/2178> Acesso em: 20 março 2021.

MENICUCCI, E. **O golpe e as perdas de direitos para as mulheres**. *In*: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Org.). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29, 1994.

MINELLA, L. S. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu** (40) janeiro-junho de 2013. p. 95-140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JXJgYbcktzL3CwChZKZQ9qp/?lang=pt> Acesso em: 08 jul. 2021.

MORAES, M. L. Q. de. **O feminismo no Brasil** – Uma perspectiva histórica da luta das mulheres brasileiras. Curso online sobre feminismo. Por que lutamos? Escola de Formação política Castro Alves. Youtube. 19 de maio de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wb0T0Lo3btg&list=PLZOhQw6rxxr6TQ1vWQ_nDxbIBm47ahlxk&index=4 Acesso em: 10 de jul. 2021.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito. Porto Alegre. v.5, n.2. p. 154-164, jul-dez. 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399> Acesso em: 20 ago. 2021.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, R. M. A. de; SILVA, L. L. S. **Políticas Públicas de Educação e Trabalho para Mulheres: Um estudo exploratório na SETEC/MEC**. In: Anais do III Encontro Nacional de Ensino e Interdisciplinaridade - ENACEI. Mossoró/RN: UERN, 2019.

OLIVEIRA, R. M. A. de; SILVA, L. L. S. **O Plano Nacional de Políticas para Mulheres e o Programa Mulher e Ciência em seus nexos convergentes com a Educação Profissional**. In: GOMES DE OLIVEIRA, Elenice (Org). Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: Educação como prática da esperança. Fortaleza – CE: Realize Editora, 2019. Disponível em https://b4435f84-fcd4-48dc-918c-fb30e6766cc4.filesusr.com/ugd/d70b51_acf907d429374fc8b6a2b7eeddd54ace.pdf Acesso em 20 de julho de 2021.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, E. L.; ANDRADE JÚNIOR, H.; LUZ, R. P. da. **Pró-equidade de gênero: incorporando políticas de ação afirmativa no mundo do trabalho**. In: Revista do Serviço Público. Brasília: Out/Dez, 2009.

PUPO, S. C. **Mulheres no pop, no espaço e na tecnologia: reflexões sobre gênero e ciência, e o videoclipe como ferramenta na difusão científica**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). USP. São Paulo/SP, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-10012019-000016/publico/PUPO_SC_Dissertacaocorrigida.pdf Acesso em: 20 mar. 2021.

RAMOS. M. N.; FRIGOTTO, G. **“Resistir é preciso, fazer não é preciso”**: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES, v. 19, n. 46, p. 26-47. jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19329/13057> Acesso em: 10 mar. 2021

REGO, S. A. S. **Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina**. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea). UFPE. Caruaru/PE, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/28025/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20S%c3%a9rgio%20Ant%c3%b4nio%20Silva%20R%c3%aago.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

REIS, F. de A. R.; MARTINEZ, S. A. **O ensino profissional feminino no Brasil: Uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha** (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). In: TRINCHÃO, G. (Org.). **A cor das letras: Revista do departamento de letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana – v. 13, n.1.** _ feira de Santana: UEFS, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1481/pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

REZENDE, D. L. **Mulher no poder e na tomada de decisões.** In: FONTOURA, N.; REZENDE, M.; QUERINO, A. C. (Org.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo.** IPEA: Brasília, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10319/1/MulhernPodernaTomadeDecisoes_Cap_7.pdf. Acesso em: 13 mai. 2021.

RICCIOPPO, A. C. **Ensino Profissionalizante feminino em Uberaba: o Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba (1953 - 1963).** Dissertação (Mestrado em Educação). UNIUBE. Uberaba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1059/1/ANA%20CAROLINA%20RICCIOPPO.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

ROCHA, L. O significado da I Conferência Nacional de Mulheres. In: **Revista Princípios.** São Paulo: Anita Garibaldi. Ed. 75 Out/Nov 2004, p. 64-67. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/75/cat/1068/o-significado-da-i-conferência-nacional-de-mulheres-.html> Acesso em: 14 nov. 2020.

ROCHA, R. de C. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) IFRN. Natal/RN, 2017. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/943/ROCHA%252c%20R%20C.%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 23 jul. 2021.

ROCHA, R. de C; e SILVA, L. L. S. O acordo bilateral Brasil/Canadá na Educação Profissional para o Programa Mulheres Mil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.] v. 1, n. 20, p. 1 – 25. E 12952, set. 2021. ISSN 2447-1801.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987. (coleção polêmica).

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTANA, O. **Sobre o golpe e as mulheres no poder.** In: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero.** Salvador: Edufba, 2018.

SARAIVA, E. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf Acesso em: 10 jul. 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. IN: **Revista Brasileira de Educação**. v. 12. n. 34. Jan/abr 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2019

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. Miséria da ideologia. 141 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/mny2p/pdf/schwartzman-9788599662502.pdf> Acesso em: 03 jul. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, A. P. **Imprensa, gênero e poder: discursos sobre a educação da mulher no Brasil Império**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019.

SILVA, E. de S. **Profissionalização da mulher na Era Vargas: a história da Escola Profissional Nilo Peçanha, Campos, RJ (1931 a 1946)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). UENF. Campos dos Goytacazes/RJ, 2016. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2017/05/EUZA-DE-SOUZA-SILVA.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, L. L. S.; AZEVEDO, M. A. Reforma Educativa a partir dos anos 1990: Implementação na América Latina e Caribe, e Particularidades Brasileiras. **Holos**. Ano 28. v. 2. 2012.

SILVA, T. D. **Mulheres na Educação Profissional: movimentos nos cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). UFSM-RS. Santa Maria, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10600553#:~:text=disse%rtac%CC%A7a%CC%83o%20final%20para%20impressao.pdf Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, V. B. de. Gênero, Marxismo e Serviço Social. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Ano 14, n.27, 2014.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220349/mod_resource/content/1/TEL>

[ES%2C%20Maria%20Am%C3%A9lia.%20Breve%20hist%C3%B3ria%20do%20feminismo%20no%20Brasil.%20%281%29.pdf](#)> Acesso em: 20 abr. 2019.

TRINDADE, F. de M. **As significações do III Plano de Políticas para as mulheres e do Programa Mulheres Mil: educação profissional para mulheres pobres.** Universidade do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Tese)Doutorado em Educação nas Ciências. 2017. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/6069> Acesso em: 10 mar. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas par a Educação, a Ciência e a Cultura. **Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).** Brasília: Unesco, 2018. Disponível em: https://ead2.iff.edu.br/pluginfile.php/138994/mod_resource/content/1/Decifrar%20o%20CODIGO.pdf Acesso em: 20 mar. 2020.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

WU, X.; RAMESH, M; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Traduzido por Ricardo Avelar de Souza, Brasília: Enap, 2014. 160p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf> Acesso em: 01 jul. 2021.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. In: **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro. 43. Jan/fev 2009. p. 231-256. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a11v43n1.pdf> Acesso em: 15 mai. 2021.